UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PEREIRA LOPES

O COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA EM SANTOS-SP (1933-1947): OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONALIZANTE

SANTOS
2021

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PEREIRA LOPES

O COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA EM SANTOS-SP (1933-1947): OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONALIZANTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Apparecida Franco Pereira

SANTOS

2021

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita de C. Rebello Nastasi - CRB-8/2240

L864c Lopes, João Pereira
O Colégio Casa de Nossa Senhora em Santos-SP (1933-1947) : os caminhos da educação primária e profissionalizante / João Pereira Lopes ; orientadora Maria Apparecida Franco Pereira. -- 2021.
168 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2021.
Inclui bibliografia

1. Missionárias de Jesus Crucificado. 2. Colégio Casa de Nossa Senhora. 3. Práticas educativas. I. Pereira, Maria Apparecida Franco - 1937-. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 37(043.3)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Apparecida Franco Pereira (Orientadora)

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (Membro titular interno)

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (Membro titular externo)

Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida (Membro suplente interno)

DEDICATÓRIA

A meus pais, Jaime Pereira Lopes (*in memoriam*) e Maria de Lourdes Pereira Lopes, que investiram em minha formação e me ensinaram que a “educação nunca é demais; transforma o estudante e materializa os seus sonhos”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela inspiração constante de persistir sem desanimar, e a fazer o que contribui para o bem comum.

À Diocese de Santos e à Sociedade Visconde de São Leopoldo, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual não seria possível realizar esta pesquisa.

À Irmã Lindinalva Gomes da Silva, em cujo nome agradeço ao Conselho da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado pela abertura do arquivo geral em Campinas/SP, para que a pesquisa documental pudesse ser realizada.

À professora dra. Maria Apparecida Franco Pereira, pela valiosa contribuição de seus conhecimentos e por sua orientação nesta dissertação.

À professora dra. Irene Jeanete Lemos Gilberto, coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica de Santos, pela amizade e incentivo à vida acadêmica.

Às professoras dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e dra. Maria Isabel de Almeida, e ao professor dr. Luiz Carlos Barreira, pela participação na banca de defesa e suas relevantes contribuições para a conclusão desta pesquisa.

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-graduação em Educação, pela amizade e trocas de experiência através das aulas, mostras de pesquisas e seminários.

Aos membros do grupo de pesquisa Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação, que contribuíram na elaboração deste trabalho. A todos os mestrandos e doutorandos com os quais convivi no período do mestrado e com quem aprendi a fazer pesquisa em educação. Em particular, aos amigos, Fernando, Thiago e Alex, que comigo compartilharam os desafios e conquistas durante o mestrado.

A meus irmãos Osvaldo, Marlene e Mauro, que sempre acompanharam a minha trajetória acadêmica e me ajudaram a superar as dificuldades e a vencê-las.

“Em história, tudo começa com o gesto de separar e reunir, transformando em documentos determinados objetos antes dispostos de outra maneira”.

(Michel de Certeau, 1975)

RESUMO

Esta pesquisa se filia à linha de pesquisa Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão. Nesta linha se insere o – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (Liame), onde se desenvolveu este trabalho, que busca compreender o ensino primário e profissionalizante em Santos/SP (1933-1947), realizado pelas Missionárias de Jesus Crucificado, uma congregação religiosa fundada por d. Francisco Campos Barreto e Maria Villac, em Campinas/SP, em 1928. O interesse do presente estudo é dar a conhecer a importância do trabalho com a educação primária e profissionalizante das referidas missionárias em Santos, pioneiro na época em que foi realizado. Pela íntima correlação, a pesquisa objetiva tratar conjuntamente da atividade em favor do estrato da sociedade a que se dedicavam e da história da congregação, desde sua origem em Campinas, e o ensino primário e profissionalizante oferecido pelo Colégio Casa de Nossa Senhora, fundado e dirigido por elas no período de 1933 a 1947, em Santos/SP. Os objetivos específicos consistirão em pontuar alguns aspectos da história dessa congregação em Campinas, além do contexto da cidade e do nascimento da instituição, e sua expansão territorial. Pretendo mais; identificar os caminhos da educação primária e profissionalizante oferecidos pelo Colégio Casa de Nossa Senhora e o contexto da cidade e dos institutos religiosos no Brasil; destacar as práticas educativas realizadas nesse colégio e sua particular cultura escolar. Pesquisaram-se as fontes da congregação; dialogando com elas, o que se pretendeu foi conhecer a regra, as diretrizes, e a origem desta instituição. A partir deste levantamento documental, encontrar evidências que revelassem práticas educativas e a atuação das missionárias no campo da educação em Santos/SP. A problemática é compreender qual a importância do trabalho com a educação primária e profissionalizante das Missionárias de Jesus Crucificado em Santos. Metodologicamente, esta pesquisa se enquadrou no campo da História da Educação, com o recorte temático na área das Instituições Escolares, tendo como base a pesquisa documental e a bibliográfica. Isto permitiu análises e interpretações das fontes. O levantamento de livros de ata, de livros tombo, além da história contada pela própria instituição. A documentação pesquisada mostrou que, através do Colégio Casa de Nossa Senhora, as missionárias realizaram um trabalho educacional e social reconhecido pela sociedade santista. Esta notabilidade social evidencia os traços da cultura escolar transmitida através de disciplina, matérias, normas e ritos. Tais práticas educativas contribuíram para alcançar o objetivo da formação de alunos cidadãos, conscientes de sua responsabilidade social. A partir destas perspectivas, as categorias que permearam toda a pesquisa foram a Igreja, o Estado, a sociedade e a educação. Tomando estas categorias como norteadoras da pesquisa, foram analisados, em âmbito nacional, os contextos da história da educação, da política e da Igreja, ao longo do período estudado (1933-1947).

Palavras-chave: Missionárias de Jesus Crucificado. Colégio Casa de Nossa Senhora. Práticas educativas.

ABSTRACT

This research is part of the research line Educational Institutions, History, Politics and Management Processes. In this line is inserted the – Laboratory of Information, Archive and Memory of Education (Liame), where this work was developed, which seeks to understand the primary and professional education in Santos/SP (1933-1947), carried out by the Missionaries of Jesus Crucified, a religious congregation founded by d. Francisco Campos Barreto and Maria Villac, in Campinas/SP, in 1928. The interest of this study is to raise awareness of the importance of working with primary and professional education for the aforementioned missionaries in Santos, a pioneer at the time it was carried out. Due to the intimate correlation, the research aims to jointly address the activity in favor of the stratum of society to which they were dedicated and the history of the congregation, since its origin in Campinas, and the primary and vocational education offered by Colégio Casa de Nossa Senhora, founded and directed by them in the period from 1933 to 1947, in Santos/SP. The specific objectives will consist of pointing out some aspects of the history of this congregation in Campinas, in addition to the context of the city and the birth of the institution, and its territorial expansion. I want more; identify the paths of primary and professional education offered by Colégio Casa de Nossa Senhora and the context of the city and religious institutes in Brazil; highlight the educational practices carried out in this school and its particular school culture. The sources of the congregation were researched; dialoguing with them, what was intended was to know the rule, the guidelines, and the origin of this institution. From this documental survey, find evidence that reveals educational practices and the role of the missionaries in the field of education in Santos/SP. The problem is to understand the importance of working with the primary and professional education of the Missionaries of Jesus Crucified in Santos. Methodologically, this research was framed in the field of History of Education, with a thematic approach in the area of School Institutions, based on documentary and bibliographical research. This allowed for analysis and interpretations of the sources. The survey of minutes and books tombo, in addition to the story told by the institution itself. The researched documentation showed that, through the Colégio Casa de Nossa Senhora, the missionaries carried out an educational and social work recognized by the society of Santos. This social notability highlights the traces of the school culture transmitted through discipline, subjects, norms and rites. Such educational practices contributed to achieving the goal of training citizen students, aware of their social responsibility. From these perspectives, the categories that permeated the entire research were the Church, the State, society and education. Taking these categories as guidelines for the research, the contexts of the history of education, politics and the Church throughout the period studied (1933-1947) were analyzed nationwide.

Keywords: Missionaries of Jesus Crucified. College House of Our Lady. Educational practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-D. Francisco Campos Barreto 28
Figura 2 - Maria Villac 31
Figura 3 - Fachada do Hotel d'Europe 39
Figura 4 - As missionárias em traje secular 44
Figura 5 - Madre Maria Villac em traje religioso 46
Figura 6 - Cruzada das Senhoras Católicas 70
Figura 7 - Colégio Casa de Nossa Senhora 82
Figura 8 - Colégio Casa de Nossa Senhora 94
Figura 9 - Formatura do Curso Profissionalizante em 2/12/1950 137
Figura 10 - Lembrança de formatura 138
Figura 11 - Formatura do Curso Profissionalizante 140
Figura 12 - Prova de bordado 141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Campinas urbana 1878 21
Mapa 2 - Campinas rural em 1929 22
Mapa 3 - Localização dos Colégios 73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiras fundações das missionárias de Jesus Crucificado.....47
Quadro 2 - Movimento Estatístico de 1942 a 1970 49
Quadro 3 - Casas abertas, fechadas e existentes entre 1942 e 1970.....50
Quadro 4 - Imigrantes em Santos 59
Quadro 5 - Corpo docente e séries (a).....81
Quadro 6 - Corpo docente e séries (b).....94
Quadro 7 - Demonstrativo da receita 95
Quadro 8 - Número de matrículas.....122
Quadro 9 - Currículos.....126
Quadro 10 - Programa da exposição de trabalhos (a) 128
Quadro 11 - Programa de exposição de trabalhos (b) 128
Quadro 12 - Inspeção escolar (a).....134
Quadro 13 - Inspeção escolar (b).....135
Quadro 14 - Formaturas (a).....136
Quadro 15 - Formaturas (b).....139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
1 O INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DOS RELIGIOSOS NO BRASIL 20
1.1 CAMPINAS, ORIGEM DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO 20
1.2 FRANCISCO DE CAMPOS BARRETO 27
1.3 MARIA VILLAC 29
1.4 ASSOCIAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO 32
1.5 RELAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO REPUBLICANO 35
1.6 FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO 37
1.7 CARISMA E EXPANSÃO 42
2 MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SANTOS 54
2.1 OS INSTITUTOS RELIGIOSOS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO 54
2.2 SANTOS: CONTEXTO DA CIDADE 58
2.3 ESTADO E IGREJA CATÓLICA NA CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930 66
2.4 FUNDAÇÃO: CRUZADA DAS SENHORAS CATÓLICAS 70
2.5 PRIMEIROS TRABALHOS 73
2.6 NOVA CASA E COLÉGIO NO MORRO SÃO BENTO 81
2.7 COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA NO BAIRRO DO JABAQUARA 92
2.7.1 Centro de Catecismo 96
2.7.2 Os círculos operários 99
2.7.3 Círculo Operário de Santos 104
2.7.4 Militares 116
2.7.5 Apostolado da Oração 117
2.7.6 Missionárias externas 117
3 COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA E AS INTERFACES DA CULTURA ESCOLAR 121
3.1 MATRÍCULAS 121
3.2 O CORPO DOCENTE 123
3.3 O CATECISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO 123
3.4 CURRÍCULO ESCOLAR 124
3.5 EXPOSIÇÕES DE TRABALHOS MANUAIS 127
3.6 OS RITOS CÍVICOS 130

3.7 PASSEIOS 132
3.8 INSPEÇÃO ESCOLAR 132
3.9 FORMATURAS 135
CONSIDERAÇÕES FINAIS 142
FONTES 148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 149
ANEXOS 157

INTRODUÇÃO

Objeto desta pesquisa é o Colégio Casa de Nossa Senhora, em Santos/SP (1933-1947), que pertencia à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, fundada por d. Francisco Campos Barreto e Maria Villac, em 1928, na cidade de Campinas/SP. A aproximação a este objeto ocorreu no início do primeiro semestre de 2019, quando me preparava para ingressar no programa de mestrado em educação da Universidade Católica de Santos. Desde 2016, quando cheguei à cidade de Santos, vindo da cidade de Ituporanga, localizada no Alto Vale do Itajaí/SC, fui designado para trabalhar na paróquia Nossa Senhora da Assunção, no Morro São Bento, em Santos, e residir no Santuário Santo Antônio do Valongo, no Centro Histórico de Santos. Como padre, aos poucos fui conhecendo as pessoas e a história do território paroquial pelas conversas que tive nas idas ao Morro Santo Bento e do Centro Histórico e nas vindas de lá. Dessa mesma maneira, fui conhecendo o tema das religiosas e o trabalho educacional por elas realizado nas proximidades do mosteiro São Bento e no bairro do Jabaquara.

Com a repercussão de um trabalho realizado há tanto tempo, e que ainda fazia eco, resolvi conhecer esta história mais de perto. Foi quando descobri, na pesquisa de campo, que as missionárias tinham uma escola próximo ao mosteiro São Bento, em Santos, que ficava no território da paróquia que eu administrava, o que, de certa forma, me estimulou ainda mais a conhecer os detalhes do trabalho educacional dessas missionárias. Diante disso, decidi assumir este objeto de pesquisa e revisitar aquelas páginas da história dos idos das décadas de 1930 a 1970, e dialogar com as evidências para conseguir me aproximar daquele objeto e tentar compreendê-lo na medida que a documentação, a partir do referencial teórico levantado, ia sendo encontrada e analisada. Assim, aos poucos, foi sendo viabilizado este projeto.

Diante de alguns documentos encontrados e de pesquisas realizadas sobre o trabalho educacional das Missionárias de Jesus Crucificado, esta pesquisa foi sendo validada por minha orientadora e apresentada ao Grupo Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (Liame), do qual comecei a participar como ouvinte no primeiro semestre de 2019, antes de ingressar no mestrado.

Embora ainda não tivesse tido contato com as missionárias, a pesquisa me levou até elas em Campinas/SP, local da sede administrativa da congregação, que, na linguagem religiosa, se convencionou chamar de Casa Geral. Neste lugar, encontra-se o arquivo geral, onde já estive algumas vezes para fazer o levantamento documental, pois esta pesquisa se guia pela metodologia documental, que, por sua vez, se fundamenta nas fontes primárias manuscritas, e nas secundárias, impressas em artigos, livros e fontes digitais. Por se tratar de uma pesquisa documental, os arquivos que podiam fornecer alguma evidência da presença educacional das missionárias foram pesquisados em Santos e em Campinas, como se verá no corpo da pesquisa. Ainda assim, permanecem algumas lacunas devido à falta de documentos não encontrados, por terem sido, eventualmente, extraviados no percurso das escolas até o arquivo geral em Campinas/SP.

Com esta pesquisa, pretendo responder à seguinte questão: Qual a importância do trabalho com a educação primária e profissionalizante das Missionárias de Jesus Crucificado em Santos?

A documentação estudada revela que, através do colégio Casa de Nossa Senhora, dirigido e administrado pelas Missionárias de Jesus Crucificado, se realizou um trabalho educacional e social reconhecido pela sociedade santista. Esta notoriedade social justifica a escolha deste objeto de estudo. Evidência disso era o envolvimento da elite nos projetos do colégio, como será evidenciado ao longo do trabalho. Ainda se faz necessária esta pesquisa, porque não há publicação sobre o Colégio Casa de Nossa Senhora em Santos.

O objetivo geral será o de apresentar a história das Missionárias de Jesus Crucificado e os caminhos da educação primária e profissionalizante, assim como as práticas educativas do Colégio Casa de Nossa Senhora em Santos/SP.

Objetivos específicos consistirão em pontuar alguns aspectos da história dessa congregação em Campinas, além do contexto da cidade e do nascimento da instituição, e sua expansão territorial. Pretendo mais; identificar os caminhos da educação primária e profissionalizante oferecidos pelo Colégio Casa de Nossa Senhora e o contexto da cidade e dos institutos religiosos no Brasil; destacar as práticas educativas realizadas nesse colégio e sua particular cultura escolar.

A hipótese deste trabalho é que as Missionárias de Jesus Crucificado tenham contribuído com a educação primária e profissionalizante e com a assistência aos

pobres nos locais em que trabalharam nesta cidade. Nesta pesquisa, a assistência aos pobres é entendida no sentido bíblico de dar assistência aos pobres, percebido pela congregação como um imperativo de caridade, origem de uma atividade interpretada como expressão, de parte de quem pode ajudar, do dever ético e cristão de colaborar. “Trata-se, portanto, de uma ação concreta em favor do desenvolvimento humano e solidário da humanidade” (POPULORUM PROGRESSIO,1967, n. 5).[1]

A pesquisa bibliográfica foi realizada para identificar se já havia trabalhos publicados sobre o tema que pudessem contribuir com esta pesquisa. Fiz buscas nas plataformas Scielo, Google Acadêmico, no portal de periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As consultas foram feitas com os seguintes descritores: Missionárias de Jesus Crucificado; Colégio Casa de Nossa Senhora, mesclando estes descritores com o de educação.

Este levantamento mostrou que já foram publicadas cinco dissertações sobre o trabalho dessas missionárias no campo da educação, da história e das ciências da religião.

1. Maria Jeane dos Santos Alves: *Mulheres contra o arbítrio:* as Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola Social Padre Anchieta em Maceió em tempos de AI5. Universidade Católica de Pernambuco, 2008. Mestrado em Ciências da Religião.
2. Rafael Capelato: *Francisco de Campos Barreto:* uma resenha biográfica de fontes e críticas historiográficas. Pontificia Università Gregoriana, Falcoltà di Stória e Beni Culturali dela Chiesa, Roma, 2011. Tesi di Licenza in Storia.
3. Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto: *O educandário Nossa Senhora Aparecida– Ipameri/Go (1936-1969).* Universidade Federal de Goiás, Catalão /2013. Mestrado em Educação.
4. Lindinalva Gomes da Silva: *Um estudo sobre as Missionárias de Jesus Crucificado, movimentos de mulheres e movimentos feministas.* Mestrado em História. PUC de Goiás, 2016.
5. Luzia Valladão Ferreira: *A atuação das Missionárias de Jesus Crucificado como vigárias paroquiais em Nísia Floresta/RN (1963-1989):* uma inovação pastoral. Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

[1] Tradução: Desevolvimento dos povos. Trata-se do título de uma Carta Encíclica do Papa Paulo VI, publicada em 1967.

Essas dissertações contribuíram para aprimorar o conhecimento da história das Missionárias de Jesus Crucificado e compará-las com as fontes desta instituição. Pode-se constatar que todos usaram as fontes do Arquivo Geral de Campinas-SP, e livros publicados pelas Missionárias de Jesus Crucificado, exceto a pesquisa de Capelato (2011), sobre a vida de Dom Barreto, que apresentou fontes além dos arquivos de Campinas, por abranger em sua pesquisa toda a trajetória de Dom Barreto de Pelotas-RS e Campinas. Dessas dissertações elencadas a única que se assemelha ao meu projeto é a pesquisa de Peixoto (2013) por se tratar do mesmo objeto, um colégio administrado pelas missionárias, no mesmo período, porém em outro contexto. Contudo, me forneceu dados para o referencial teórico.

A presente dissertação foi dividida em três partes, ou três capítulos.

O primeiro **– O Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado no contexto da educação dos religiosos no Brasil -**, tem por objetivo apresentar a cidade de Campinas/SP, onde nasceu a congregação, fundada em 1928 por d. Francisco de Campos Barreto e a madre Maria Villac. Nesta primeira parte se apresenta a trajetória das missionárias, desde a fundação até sua expansão no Brasil e no exterior. Para isso, as principais fontes foram: o *livro Nossa história das Missionárias de Jesus Crucificado*, de 1998; Pollak (1989), Azzi; Klaus (2008), Beozzo (2009) e Ansart (2001).

O capítulo II **– Missionárias de Jesus Crucificado: os caminhos da educação em Santos/SP -** desenvolve o contexto desta cidade, evidenciando a presença de imigrantes de diversos países; aponta também o envolvimento da elite santista com a educação e o desenvolvimento da cidade a partir do porto e das riquezas produzidas com a exportação do café pelo porto da cidade. Contextualiza a presença das missionárias no fluxo dos institutos religiosos para o Brasil, no início do século XX, que vieram com a missão de trabalhar com a educação de acordo com o respectivo carisma. Algumas instituições assumiam trabalhos no campo da educação devido à demanda da educação católica e não pela regra do instituto das missionárias de se inserir neste contexto. Por fim, apresentam-se os caminhos da educação pavimentados pelas missionárias em diversos locais da cidade de Santos, onde atuaram no campo da educação e com grupos da sociedade, dando-lhes instrução religiosa. Neste capítulo, destacam-se os seguintes autores: Pereira (1996), Leonardi

(2011), Certeau (1976), Negromonte (1961), Camacho (1995), Silva (2003) e Thompson (1981).

O capítulo III **– Colégio Casa de Nossa Senhora e as interfaces da cultura escolar -** visualiza o colégio além dos muros e apresenta o cotidiano da administração escolar e dos alunos. Evidencia o que foi possível captar dos documentos pesquisados. Este conjunto de ações administrativas e pedagógicas - que compreende desde a matrícula, passando pelo currículo e culminando com o rito de formatura -, inculca a cultura escolar no corpo docente, nos alunos e na sociedade. Além das fontes primárias, destacam-se Valdemarim (2010), Romanelli (2010), Vidal (2000), Lisboa & Kerr (2005), Portelli (1996) e Finoto & Cária (2011).

Esta pesquisa se fundamenta em fontes primárias, tais como livros de atas, livros tombo, fontes manuscritas e impressas das Missionárias de Jesus Crucificado que, à época, era a mantenedora do Colégio Casa de Nossa Senhora. Outros autores são citados. Alguns deles, já mencionados, contribuíram para a análise documental e crítica das fontes que originaram esta pesquisa. A instituição escolar, por sua vez, conta com diversos documentos nos aparecem a história e o contexto em que ela estava inserida.

Para Buffa (2002), “a pesquisa das instituições escolares é uma forma de estudar a história e a filosofia da educação brasileira, na medida que compõe os sistemas escolares então impregnados pelos valores de cada época”. Segundo a autora, neste percurso metodológico, adotam-se diretrizes para a construção da pesquisa:

> Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola: estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (, 2002, p. 27).

Diante do exposto, constata-se a necessidade de um levantamento documental para começar a compreender o objeto a ser estudado. O objeto vai se constituindo à medida que as fontes são encontradas e organizadas segundo o que se quer identificar e explicitar na pesquisa. Nesta, devido à falta de documentos, o Colégio

Casa de Nossa Senhora será apresentado a partir das fontes disponíveis, que são, particularmente, os documentos da congregação, afora os livros que tratam do tema.

Há autores, como Magalhães (1999) e Felgueiras (1998), que destacam a importância da base material. Para este último, os artefatos e tudo o que compõe o ambiente institucional formam uma espécie de "sítio histórico" que deve ser considerado e interpretado. O espaço físico é indispensável na composição da história das instituições escolares.

O grande desafio da pesquisa no campo da História das Instituições Escolares, contudo, é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido não como limite, mas como possibilidade de abertura que dialoga para além do que foi posto, estabelecido e ordenado. Assim, um lugar pode admitir relatos de espaços vistos de formas diferentes, visto que atores, acontecimentos e projetos são mutáveis. Segundo Merleau-Ponty, "[...] existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas", pois os espaços estão vinculados a ações e a sujeitos históricos (apud CERTAU, p. 202, 1996).

Nesses espaços, percebe-se a ação do tempo sobre a base material e documental da instituição, construída na subjetividade daqueles que a registram em suas memórias e nos arquivos da instituição. Considera-se o espaço da instituição como objetivo e subjetivo, não simplesmente, de acordo com Werle, como:

> A recuperação exata, exaustiva e minuciosa dos fatos como se fossem coisas captadas em sua essência. Visitar variadas vezes os espaços subjetivos e objetivos da instituição possibilita diversificados entendimentos da história (2004, p. 113).

Segundo a autora, o tempo age; cada tempo constrói uma história, suas histórias acerca da escola. É o que me proponho a fazer nesta pesquisa.

1 O INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DOS RELIGIOSOS NO BRASIL

Este capítulo visa a apresentar a cidade de Campinas/SP, onde nasceu a congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, fundada por d. Francisco Campos Barreto e Maria Villac, em 1928. Sintetiza a trajetória dos fundadores e os passos dados desde a fundação da congregação, os trâmites jurídicos para sua vinculação oficial à Igreja, as relações da Igreja com o Estado Republicano, e, por fim, destaca a administração de colégios, a diminuição da entrada de missionárias na congregação e sua expansão no Brasil e no exterior.

1.1 CAMPINAS, ORIGEM DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO

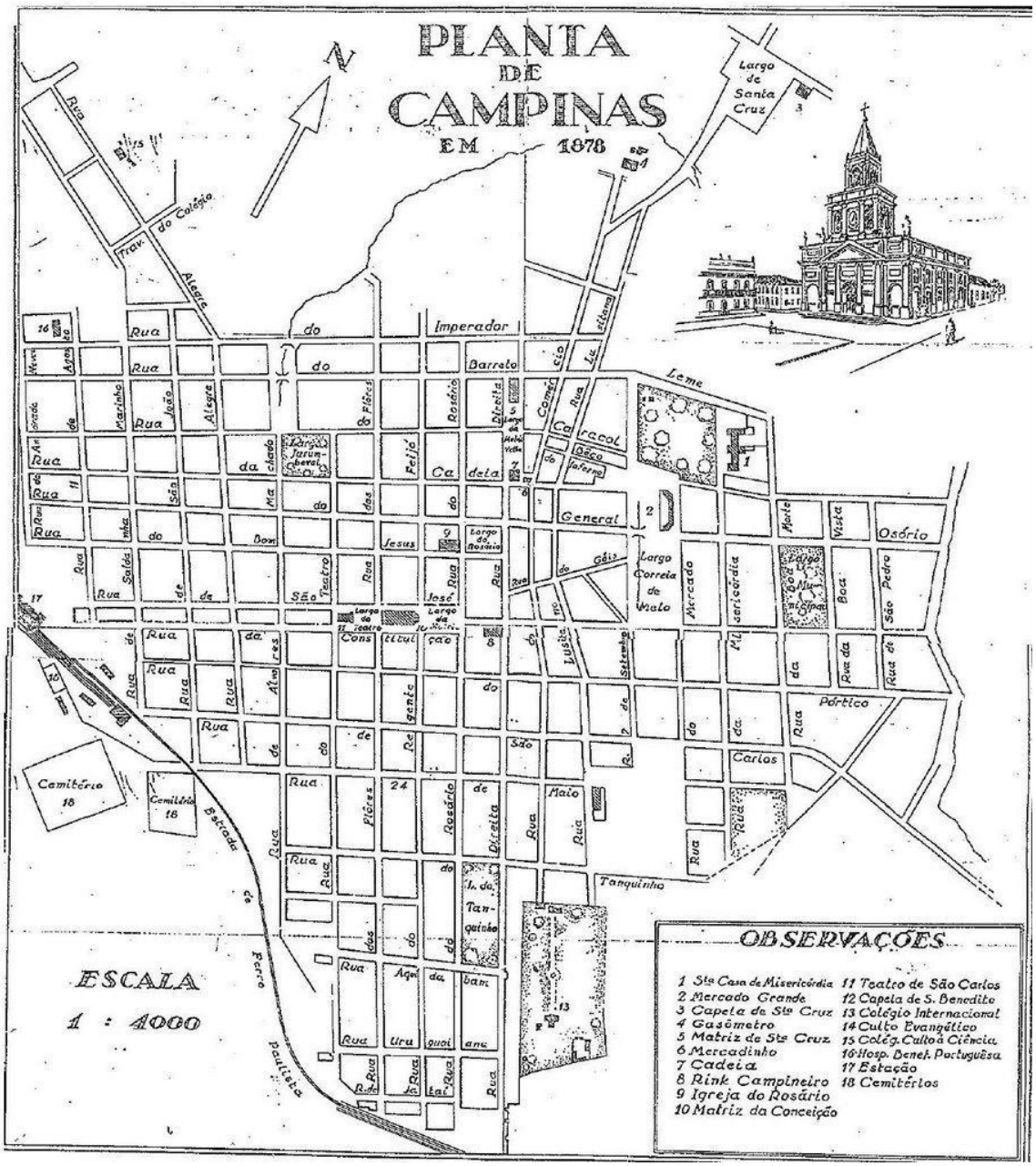
A cartografia histórica contribui para o conhecimento da história da educação a partir da análise de mapas da cidade de Campinas/SP. Cabe destacar, nesta análise cartográfica, que o primeiro mapa abrange o período de 1878, um ano depois do nascimento de Francisco de Campos Barreto. O segundo mapa mostra o processo de urbanização de Campinas em 1929, nos inícios da fundação do instituto das Missionárias de Jesus Crucificado.

Segundo Rampazzo; Matias (2013), a cidade de Campinas passou por vários estágios de mudança, desde pouso de tropeiros a polo industrial e científico. Esses estágios foram preservados e, ao mesmo tempo, esquecidos nos mapas, aliás produzidos com o objetivo de representar aquilo que vinha ser a realidade, ou reapresentar a história, em geral desconhecida. A importância dos mapas se deve à sua natureza de documento, neste caso, como ‘registros’ das mudanças que ocorreram em cada período histórico, algumas, breves, outras, mais longas, no processo de desenvolvimento da cidade. Constata-se que pouco se “há produzido no campo da Cartografia Histórica no Brasil. Atualmente, muitos mapas históricos acabam por se perder em meio a tantos documentos abandonados em acervos.

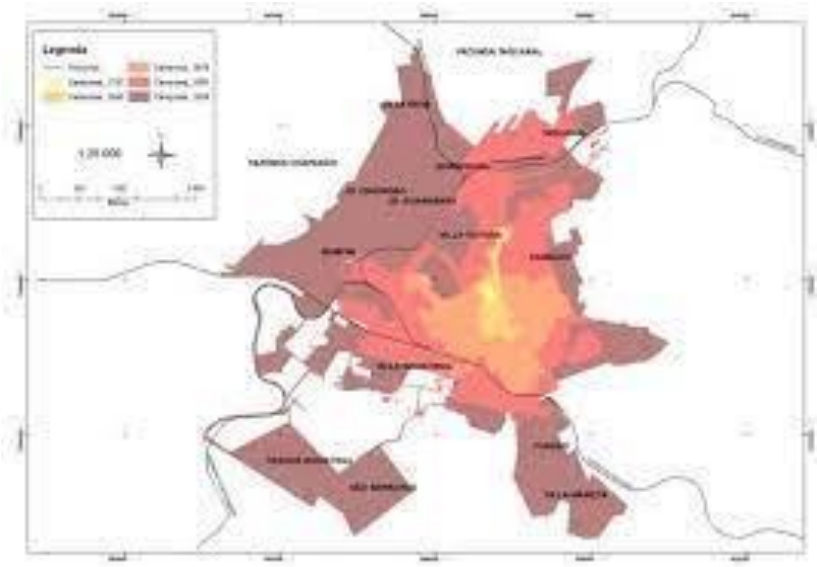
Os mapas 1 e 2, aqui apresentados e utilizados para os fins deste trabalho, mostram a delimitação de terras e propriedades. O primeiro mostra a Campinas urbana, com suas ruas, escolas e igrejas. O segundo, a Campinas rural, com

fazendas, loteamentos e núcleos coloniais. As missionárias surgem em pleno desenvolvimento urbano e rural

Mapa 1 - Campinas urbana 1878


PLANTA
DE
CAMPINAS
EM 1878
N
Largo de Santa Cruz
Rua do Imperador
Rua do Barreto
Rua do Rosário
Rua do Rosário
Rua do Ouvidor
Rua do Rosário
Rua do Rosário
Rua do Rosário

Mapa 2 - Campinas rural em 1929



Fonte:https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xxicongresso/paineis/115875.pdf
Acesso em: 13 abr. 2021.

Campinas é uma cidade situada no sudeste brasileiro, a noroeste de São Paulo. A história das Missionárias de Jesus Crucificado, instituição a ser pesquisada, destacando o campo educacional por ela trilhado, nasceu nessa cidade, berço também de seus fundadores, d. Francisco de Campos Barreto e madre Maria Villac. A apresentação de alguns traços de Campinas, permitirá conhecer melhor o contexto em que viveram os fundadores.

Ao estudar a história de Campinas, constata-se que está ligada à de Jundiaí, criada em 1655. A viagem de Jundiaí para Goiás tinha uma parada, um pouso agradável no Campinho, ou nas Campinas do Mato Grosso (expressão generalizada para designar as matas virgens). No início, este povoamento foi denominado de Campinas; logo construíram uma primeira capela. Foram-lhe concedidas, entre os anos de 1728 e 1774, seis sesmarias (MELLO, 1969, p. 20).

Nota-se, desde o início, que a família Barreto estava presente na recém-fundada vila de Campinas. O primeiro habitante da pequena vila, Francisco Barreto Leme, estabeleceu-se lá com a família entre 1741 e 1745, proveniente de Taubaté/SP. Abriu caminho aos parentes e amigos para o povoamento rural. Isto o coloca como o primeiro desbravador das matas gigantescas que cercavam a paragem. Foi ele o

doador do patrimônio da freguesia. Devido ao seu crescimento, Campinas se emancipou de Jundiaí em 1774. Poucos anos depois, em 1781, como marco religioso, foi construída a matriz definitiva em substituição à provisória.

A economia do município era movimentada pela agricultura, que se tornou a principal fonte de riqueza do município. Já em 1775, a maior produção do ciclo roceiro era o milho, a que se seguiu o do açúcar. Além do milho, a indústria açucareira tomou força entre 1790 e 1795, tornando-se a maior fonte de riqueza. Em seguida, veio o ciclo do café, que exigiu muita mão de obra. Neste processo de crescimento econômico, o trabalho dos escravos foi fundamental. Devido à mão de obra dos escravos, houve o crescimento agroindustrial na região (ALENCAR *et al.,* 1985, p. 24-28).

Segundo Sesso (1970), a escravidão no Brasil foi o ponto-chave da vida econômica. Os negros representavam os pés e as mãos do senhor. Sua participação na população brasileira sempre constituiu mais de um terço do total de habitantes.

De acordo com o mesmo autor, em Campinas esta realidade se tornou palpável. No primeiro decênio do século XIX, ela era conhecida como o ‘centro negreiro’, tal a quantidade que apresentava de negros e mamelucos. Mello (1969) comenta que “ao passar por suas ruas, durante o dia, viam-se mais negros do que brancos [...]. Houve época em que os pobres negros achavam-se em constante sobressalto, com receio de novas perseguições”.

Para Benedetti (1984), em Campinas, o negro, mesmo atingido pela cruel opressão, não esmorecia em seu anseio de reunir valores do seu povo. A partir de 1888 (13 de Maio, libertação dos escravos), buscou, já com mais liberdade, realizar seu ideal: construir suas Igrejas, organizar suas irmandades e confrarias.

Segundo Domingues (2007, p. 102), após a “Proclamação da República no Brasil, em 1889, o novo sistema político, entretanto, não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra”. De acordo com o mesmo autor (2007, p. 103), para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, libertos, ex-escravos e seus descendentes organizaram movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações). Neste cenário, evidencia-se, desde o seu início, que Campinas foi fortemente beneficiada pela presença do escravo africano. Mas, ao invés de esta convivência enriquecer mutuamente as diferentes culturas, predominou,

na realidade, o racismo. É o que comentam os historiadores citados, lamentando o fato.

Este contexto escravagista da realidade social da cidade no século XIX ajuda a explicar seu rápido crescimento na agricultura. Embora esta fosse a primeira fonte de riqueza de Campinas, ela também se desenvolvia em outras áreas. Nota-se progresso nos transportes, com as estradas de ferro em 1866 e 1867, acrescidas pela Companhia Mogiana, em 1872. O valor intelectual se fazia notar através dos colégios. Funcionava, desde 1816, a Escola de Primeiras Letras da Cidade. Em época mais recente, coube ao Colégio Progresso Campineiro iniciar a série de importantes estabelecimentos de ensino na cidade. Campinas era um centro em que se recebia o teatro francês, se usava a moda francesa e, em certas famílias, se fazia leitura em francês.

Mello Pupo (1969) destaca também o desenvolvimento na arte, que constituiu uma tônica dessa época. Observa-se a arte na arquitetura da catedral da cidade, na pintura, na escultura. As marcas do progresso propiciaram, de certa maneira, o investimento na arte, o que denota sinal de progresso econômico e intelectual. Exemplo disso foi a música com Carlos Gomes, filho de Campinas, que conseguiu a mais alta glória alcançada pelo Brasil com sua obra, reconhecida em todo o mundo.

No que tange à política, sua influência se fez notar particularmente nos anos que precederam a República. Já vinha, de longe, no Brasil, um clima de revolta contra o Império e de propaganda republicana. Campinas se tornara, na década de 1870, sede central das conjurações contra a monarquia, a ponto de o governo imperial enviar emissários para quase todos os rincões do Brasil, acendendo a chama republicana (MELLO PUPPO, 1969).

Nessa crescente economia e influência política, Campinas passou por momentos não isentos de dificuldades:

> Esta marcha de progresso, que acompanhou a Capital Agrícola do País até o fim do século XIX, não impediu de sofrer dificuldades para um crescimento mais rápido. Não a isentou da fase de decadência em que entraria nos primeiros anos do século XX. Referindo-se às dificuldades (GOUVEA, 1982)

O autor comenta que nessa época estavam muito infiltradas, na cidade, as doutrinas abolicionistas, maçônicas e positivistas e faz uma crítica global à situação, nestes termos:

> Assim era Campinas no findar do século XIX: uma cidade que impressionava pela sua riqueza agrícola e pelo seu ativo comércio, mas que surpreendia pelas suas precárias condições sanitárias e pela lenta transformação urbana, o que depunha contra os seus foros de cidade progressista e de Capital Agrícola da Província" (1982).

Neste contexto, a própria Igreja reconhece que nem sempre tratou a situação social, especialmente aquela vivida pelos negros, com a devida atenção libertadora. Sem julgar as consciências, nem projetar no passado a sensibilidade atual, reconhece-se que a Igreja nas Américas, em geral, desempenhou um papel que implicava a legitimação da colonização e de suas práticas, entre as quais a escravidão. Leigos e religiosos, teólogos e hierarquia chegaram a justificar a escravidão e dela usufruíram. Assim consta no texto-base da Campanha da Fraternidade: Ouvi o clamor deste povo (1988, p. 20-23).

Cabe ressaltar que logo após a instalação da República no Brasil surgiu a crise da cristandade colonial, dando início ao processo de formação de um novo tipo de cristandade. A Igreja[2] do Brasil distanciou-se do catolicismo popular[3], bem como da realidade nacional. Também sofreu a influência de Roma e da Europa. Tal influência aumentou ainda mais o distanciamento da Igreja do povo, pois o estilo romano e o europeu ignoravam as devoções que traduziam numa linguagem simples a fé do povo (RICHARD, 1982, p. 138).

Segundo Azzi (1977), o catolicismo popular está no Brasil desde a chegada dos primeiros portugueses, apresentando basicamente duas formas: o catolicismo da elite portuguesa, detentora do poder monetário e político na colônia. Esta primeira vertente é marcada pela ligação de bispos e padres com a coroa portuguesa. Dessa forma, mantinham a relação de troca entre a Igreja e o Estado – regime de padroado. Nesta troca de favores, a Igreja conseguia o apoio do Estado, que sustentava

[2] No distanciamento da Igreja do catolicismo popular dois aspectos são importantes neste processo de mudança: Romanização, que centraliza a Igreja Católica em torno de Roma, portanto cumpre-se as diretrizes da Igreja de Roma. Este processo é acentuado em meados do século XIX. A romanização destaca-se no Brasil com a Proclamação da República, separação entre Igreja e Estado. Um segundo aspecto deste processo, o Concílio Vaticano II a partir dos anos de 1960, promove a atualização pastoral da Igreja. Neste mesmo período ocorre transformações pontuais no Brasil, desencadeadas pelo processo de modernização, industrialização e migração.

[3] O catolicismo popular tradicional é marcado pela fidelidade ao passado. Dentro dessa mentalidade subsiste uma concepção histórica como um processo cíclico, sem ser essencialmente estática. Esta mentalidade está muito ligada a periodicidade da natureza, ao ciclo das estações, aos tempos de chuva e sol, à época do plantio e da colheita. Neste contexto compreende-se a força sobrenatural, através das devoções para ajudarem nos problemas de saúde, trabalho e alimentação (PASSOS, 2002, p. 175).

economicamente o clero, as ordens religiosas e os conventos. Em contrapartida, o governo português conseguia manter sob controle a instituição do padroado e o da religião.

Fazemos, aqui, menção ao catolicismo popular. Na primeira vertente, predominava a elite. A segunda forma de catolicismo, o catolicismo popular, exercia uma forte função junto aos portugueses pobres que chegavam ao país e se estabeleciam principalmente nas zonas rurais. Assim se explica a 'forma popular' de praticar a religião católica, uma forma pessoal de relacionar os devotos com os santos. O que se praticava, e isto ainda se aplica aos dias atuais, vai além do rito oficial da Igreja, pelas adaptações culturais que permitem uma vivência diferenciada da religião "oficial", embora não menos importante. Alguns elementos se destacam no catolicismo popular, como romarias, devoção ao santo, folia de reis, ladainhas, entre outros. "Cabe ressaltar que é um catolicismo popular, profundamente inculturado, que contém a dimensão mais valiosa da cultura latino-americana", expressa especialmente nas danças e nos cânticos do folclore religioso" (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, n. 258-259).

Há grande riqueza religiosa no catolicismo popular. Não é nossa pretensão, aqui, descer aos detalhes desta rica tradição religiosa, mas mostrar sua importância no contexto da pesquisa e destacar que essa específica categoria de catolicismo, o popular, não desapareceu, pois suas práticas continuam, principalmente no interior do Brasil. "Aqui temos uma religião sem igreja, que se reúne nas casas, tem muitos preceitos para ver e falar com os deuses, mas não temos tratados teológicos nem direito canônico" (DAMATTA, 1986). Fica patente uma religiosidade com particularidades distintas de uma prática oficial. No entanto, a Igreja incentiva o catolicismo popular. "É uma espiritualidade encarnada na cultura dos simples, que nem por isso é menos espiritual, mas que o é de outra maneira" (DOCUMETO DE APARECIDA, 2007, n. 263).

De acordo com Pucci (1985, p. 7), ao se distanciar do catolicismo popular, a Igreja foi perdendo progressivamente sua influência junto aos pobres e trabalhadores. Parecia ser uma igreja cúmplice com o Estado e não profética, não denunciadora dos interesses do sistema dominante, como também não defensora da justiça universal.

Apesar disso, predominava a piedade popular, especialmente a devoção a Jesus Crucificado. Destaca-se o trabalho da Sociedade São Vicente de Paulo,

popularmente conhecida como ‘os vicentinos’, cujo trabalho, destinado justamente à assistência aos pobres, à construção da Santa Casa de Misericórdia onde atendia aos doentes, e a Pia União das Filhas de Maria. As instituições de piedade e de caridade estavam grandemente desenvolvidas e marcavam o movimento religioso em Campinas. Tais instituições eram frequentadas pelas famílias Villac e Barreto.

É neste contexto que nascem Francisco de Campos Barreto, Maria Villac e as Missionárias de Jesus Crucificado, como sinal profético de mudança e transformação da sociedade a partir da origem dessa congregação na cidade.

1.2 FRANCISCO DE CAMPOS BARRETO

A coletânea de dados historiográficos compendiados sob o título Missionárias de Jesus Crucificado “Nossa História”, registra a história das missionárias de Jesus Crucificado e de seu fundador, Francisco de Campos Barreto, que nasceu no Arraial dos Souzas, município de Campinas/SP, em 28 de março de 1877, filho de Joaquim de Campos Barreto e Gertrudes Ludovina de Moraes. O casal teve onze filhos. Os pais, primos em quarto grau, descendiam de famílias tradicionais, remontando a Francisco Barreto Leme, fundador de Campinas (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 28).

Nota-se que era comum numa família tradicional a pertença a uma religião, no caso, a católica, hegemônica no período. Por conta da vertente familiar, Francisco foi educado na religião por seus pais, no que ele reconhece a fonte de sua futura vocação sacerdotal, que mais tarde recebeu e abraçou. Iniciado na religião pelo batismo, em seguida fez sua primeira comunhão em 1886, na capela da Santa Casa, em Campinas. Demonstrava habilidade no estudo e fez logo o curso primário, sendo considerado o líder da classe. Nessa ocasião, o padre João Batista Corrêa Nery, então vigário da matriz de Santa Cruz (hoje basílica do Carmo), que seria mais tarde bispo de Campinas, criou a escola de acólitos da paróquia. Francisco pertenceu a essa escola. Aprofundando-se na religião, surgiu o desejo de se tornar sacerdote, o que o levou a se matricular no Seminário Episcopal de São Paulo, em setembro de 1890. No seminário, fez o curso ginasial, a filosofia e a teologia. Terminados os estudos, foi ordenado sacerdote, aos 23 anos, em 22 de dezembro de 1900, na catedral de São Paulo, por d. Antônio Candido de Alvarenga. Celebrou sua primeira missa na capela

do Convento da Luz, na capital paulista (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 28-29).

Segundo a história das missionárias, padre Francisco recebeu, em fevereiro de 1901, a administração da recém-criada paróquia de Vila Americana, hoje Americana. De maio de 1903 a dezembro de 1904, ficou à frente da paróquia do Arraial dos Souzas, sua terra natal. Neste período, pensava-se na criação da diocese de Campinas.

Figura 1-D. Francisco Campos Barreto

Fonte: Missionárias de Jesus Crucificado, 1998, p. 59.

Padre Francisco de Campos Barreto foi incansável, levando avante a justa aspiração dos católicos da cidade. A Santa Sé criou a diocese em 1908, nomeando como seu primeiro bispo d. João Baptista Corrêa Nery, então bispo de Pouso Alegre/MG, que tomou posse em primeiro de novembro do mesmo ano. Dia 9 de março de 1908, o papa Pio X conferiu ao padre Barreto o título de monsenhor, recompensando, assim, seus esforços pela criação da nova diocese. Uma vez instalada, monsenhor Barreto recebeu de d. Nery as nomeações de procurador da

mitra e consultor diocesano, no mesmo ano de 1908, e de “cônego do Cabido Diocesano”[4] em 1909 (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 33-34).

Monsenhor Barreto permaneceu em Campinas ainda por três anos, depois de criada a diocese. Em 12 de maio de 1911, através da Bula “*Dilectis Filiis*”,[5] Pio X o nomeou primeiro bispo da diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A ordenação episcopal aconteceu no dia 27 de agosto do mesmo ano, na catedral de Campinas. Presidiu a cerimônia, como sagrante, d. João Baptista Corrêa Nery, e consagrantes, d. Sebastião Leme da Silveira Cintra, na ocasião bispo auxiliar do Rio de Janeiro/RJ, e d. Antônio Augusto de Assis, então bispo de Pouso Alegre. Como lema de seu episcopado, d. Barreto adotou o primeiro versículo do Salmo 23: (*Dominus regit me*) “O Senhor me governa” (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 37).

Com a morte de d. Nery, em 1º de fevereiro de 1920, tendo ficado vacante a diocese de Campinas, o papa Bento XV, em 30 de junho de 1920, houve por bem escolher d. Barreto para substituir d. Nery. Sua posse como segundo bispo de Campinas ocorreu em 14 de novembro do mesmo ano.

D. Barreto, quando trabalhava na diocese de Campinas, exercendo o seu sacerdócio, conhecia Maria Villac, que frequentava a sua paróquia. Nomeado bispo de Campinas, estreitou os laços de amizade com ela, nessa época líder de um grupo de moças e senhoras que às sextas-feiras faziam a via-sacra. Essa devoção ao Crucificado-ressuscitado embasou tudo o que aconteceria na vida de Maria Villac, que já demonstrava uma inclinação para a vida religiosa. Tal tendência a uma vida de doação em prol dos carentes foi se desenvolvendo com o apoio de sua família, de seu diretor espiritual e com a assistência de d. Barreto. Desse modo, Maria Villac desenvolveu o seu projeto de vida religiosa.

1.3 MARIA VILLAC

[4] Para manter uma recitação mínima do Ofício Divino em público, as catedrais instituíram sacerdotes reunidos em comunidade, sob uma regra. Ainda que não fossem religiosos, permanecendo seculares, diocesanos, deveriam submeter-se a certas particularidades da vida religiosa, uma delas a celebração da Liturgia das Horas, ou ao menos das horas principais, no coro, diante dos fiéis. A essa comunidade de padres das catedrais se dá o nome de cabido e seus membros são os cônegos, cuja origem remonta aos agrupamentos de sacerdotes que já tinham vida em comum no século V. Devem ter seus estatutos aprovados pelo Bispo diocesano, que nomeia os padres da Diocese que deverão tomar parte no cabido. Disponível em: https://www.veritatis.com.br/monsenhor-e-conego-o-que-significam-estes-titulos/. Acesso em: 23 jul. 2020.

[5] Aos filhos queridos (Tradução do autor).

Maria Villac nasceu em 26 de fevereiro de 1894, em Campinas/SP, onde sempre viveu. Era filha de Joaquim Villac e Lucia Maria Francisca Isnard Villac, que tiveram oito filhos. A sólida formação cristã de seus pais marcou profundamente sua personalidade. Batizada em 16 de maio do mesmo ano, na matriz de Santa Cruz, hoje basílica do Carmo, recebeu o nome de Maria Josefina, em louvor a São José. No Ano Santo de 1900, viajou para Roma com Maria Luiza, sua avó materna. Nessa ocasião, recebeu uma bênção especial do papa Leão XIII (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 50).

Em julho de 1903, iniciou seus estudos no externato das Irmãs de São José, em Campinas, com as quais se preparou para a primeira eucaristia, realizada no dia 8 de outubro de 1905, na capela da Santa Casa de Misericórdia. Em 23 de março de 1906, recebeu o sacramento da crisma, ministrado por d. Eduardo Duarte e Silva, amigo de sua família, cerimônia também realizada na capela da Santa Casa de Misericórdia. Segundo o costume francês, da parte de seu avô materno, que veio da França, deram-lhe uma padroeira, Santa Inês (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 51).

Pode-se afirmar que o início dos estudos de Maria Villac no externato São José tenha influenciado sua trajetória estudantil. Certamente, seus pais escolheram uma instituição que pudesse dar continuidade à educação cristã fundamentada em valores humanos e cristãos que a filha recebia em família.

Cabe destacar os valores sobre os quais embasava a educação neste externato: o cuidado, a acolhida, a família e a dupla união total das pessoas entre si e com Deus. Contemplava, portanto, valores que formavam para a sociedade e a vida cristã, que a ajudaram no seu percurso de seus estudos.

Os estudos continuaram e Maria Villac se matriculou, em 1908, no grupo escolar para fazer o quarto ano primário. Depois, estudou na Escola Normal de Campinas, onde se formou como professora, em 1912. Ainda jovem, foi presidente da Pia União das Filhas de Maria do Colégio Progresso Campineiro. Padre Francisco de Campos Barreto, quando pároco da matriz de Santa Cruz, contou com a participação ativa de Maria Josefina Villac entre seus paroquianos. Em 26 de setembro de 1913, aos 19 anos, sentindo o despertar da vocação religiosa, Maria se consagrou inteiramente a Deus. No ano seguinte, planejou fazer-se religiosa na Congregação

das Irmãs Redentoristinas, na Bélgica, onde sua tia Helena, irmã de sua mãe, ingressara havia muitos anos. No entanto, a grande guerra de 1914 impediu a realização de seu sonho. Começou, em 1917, a exercer apostolado com suas amigas, procurando incentivá-las a uma vida mais intensa de oração (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, p. 51-55).

Figura 2 - Maria Villac

Fonte: < http://www.mjc.org.br>. Acesso em: 15 de jul. 2020.

Percebe-se a liderança de Maria Villac ainda jovem, ao presidir a Pia União das filhas de Maria. Tal encargo exigia o conhecimento das diretrizes daquela associação presidida pela religiosa. A finalidade da associação era dar às moças uma formação religiosa e moral adequada, segundo os princípios católicos. Era proibido tomar parte ativa em bailes, folias de carnaval (AZZI; KLAUS, 2008, p. 468-469). Depreende-se, do exposto, que a vida de Maria Villac se restringia à família e à Igreja. Pelo que consta, não participava de outros eventos na cidade. Esses padrões de controle de certa forma preparavam as moças para uma vida conventual. A associação da Filhas de Maria representou um espaço privilegiado para recrutar as jovens para a vida

religiosa. O conhecimento das normas do manual das Filhas de Maria da parte de Maria Villac lhe fornecia instrumentos para discernir a sua vocação e, ao mesmo tempo, lhe permitia saber como funcionava uma associação religiosa. Esse pertecimento à Pia União das Filhas de Maria contribuiu para a sua consagração e o percurso religioso que empreenderia.

Assim, em 26 de setembro de 1918, fez Maria um juramento de fidelidade eterna a Jesus crucificado. Em 1919, em 27 de janeiro, faleceu seu pai. Começou a fazer vias-sacras na igreja de Santa Cruz. Convidando algumas amigas a com ela participarem, formou um grupo que se reunia para pequenas práticas de piedade, em diversas igrejas de Campinas. No mesmo ano de 1919, em 26 de setembro, Maria fez voto perpétuo de castidade, e, por um ano, votos de obediência e pobreza. Estava decidida a consagrar sua vida a serviço do Evangelho. Em 26 de fevereiro de 1921, com 27 anos, consagrou-se a Nossa Senhora sob voto, com a entrega total de si mesma para trabalhar por ela. Em 1922, na mesma data - 26 de fevereiro -, fez seus votos perpétuos de obediência e pobreza[6] (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 51-53). Depreende-se que nas reuniões promovidas por Maria Villac já estava sendo desenvolvido o que viria a ser, mais tarde, a Associação das Missionárias de Jesus Crucificado.

1.4 ASSOCIAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO

Em Campinas, um grupo de moças procurava Maria Villac para rezar, juntas fazer a via-sacra e realizar algum trabalho apostólico em favor dos pobres. Além da realização da via-sacra, havia encontros mensais, com acompanhamento de padre Domingos Giovannini, SDB,(Salesianos de Dom bosco), diretor espiritual de Maria Villac e de algumas de suas companheiras de seu grupo. Em julho do mesmo ano, surgiu a ideia da elaboração de um pequeno regulamento, que unisse mais o grupo. Desejavam os membros viver do mesmo modo; seguir uma mesma prática. O regulamento seria apresentado ao bispo. Escolheram um nome para o grupo:

[6] Assumem livremente essa forma de vida nos institutos de vida consagrada, canonicamente erigidos pela competente autoridade da Igreja, os fiéis que, por meio dos votos ou de outros vínculos sagrados, conforme as leis próprias dos institutos, professam os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e, pela caridade à qual esses conduzem, unem-se de modo especial à Igreja e a seu ministério. Cânon 573, parágrafo 2. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado pelo papa João Paulo II. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 763 p.).

“Associação das Missionárias de Jesus Crucificado” e, como diretor, o padre Domingos Giovannini, SDB. Nessa ocasião, a diocese de Campinas tinha como bispo d. Francisco de Campos Barreto, em substituição a d. Nery, falecido tempos antes (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 54).

Maria Villac e algumas representantes da nascente Associação procuraram d. Barreto para apresentar-lhe o regulamento e colocá-lo a par dos trabalhos que exerciam. O bispo entusiasmou-se. Não só aprovou o regulamento, como também incentivou o trabalho que faziam. Em reunião, dia 10 de setembro de 1922, a ideia de se formar a “associação”, com o regulamento já aprovado, foi novamente apresentada ao numeroso grupo reunido para as orações em comum. Convite também foi feito a quem dela desejasse participar. A resposta foi espontânea. Sessenta e duas pessoas deram seus nomes (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 54-55).

O entusiasmo do bispo é entendido na história eclesiástica brasileira no contexto da implantação da República, que trouxe mudanças nas relações existentes entre Igreja e Estado. A maior parte dos bispos não conseguiu compreender a separação as duas grandes instituições, lamentando a perda de privilégios até então atribuídos à Igreja Católica. O sentimento de descontentamento que tomou conta do clero era visível, atribuindo às forças demoníacas o esforço de superação da tradicional sociedade sacralizada. A Carta Pastoral de 1890 antevê a separação entre Igreja e Estado como um evento que desembocará numa crise social e religiosa, pois se acreditava que todo progresso social era baseado na religião e, em particular, na católica.

Nesse contexto, na década de 20 do século XX, se reacende no clero brasileiro a necessidade de reorganização e recristinianização. Esse desejo passa a ser reforçado com a ascensão do Papa Pio XI ao pontificado romano, de 1922 a 1939, propondo um audacioso programa para tornar a Igreja presente e ativa numa sociedade laicizada. Foi nesse clima, construído por Pio XI à frente do pontificado romano, que suas ideias se fizeram sentir no Brasil, tendo d. Sebastião Leme como o grande representante da Igreja e dos ideais de reforma. A ele se deve o trabalho de elaborar o ideal da neocristandade como modelo ideal de aliança entre Igreja e Estado, porém, não mais assentado na submissão, mas na colaboração entre ambas as instituições. Os representantes da Igreja seguiam uma lógica bastante interessante, pois sabiam que a maioria da população brasileira era constituída por

católicos, o que permitiria à Igreja gozar de direitos dentro da conjuntura social e política vigente, e deles se valer.

Com este entendimento, e de forma estratégica, a Igreja passou a utilizar o peso numérico de católicos para fazer frente ao Estado republicano. Os governantes sabiam de sua importância e de sua influência sobre a população, o que fazia com que preferissem tê-la como aliada a inimiga. Além disso, como representante do poder espiritual, apenas a Igreja e seus representantes poderiam fundamentar os princípios de ordem e autoridade, sem os quais a nação fatalmente se desintegraria, caindo em um caos social. De forma inteligente, o clero pregava a colaboração entre Estado e Igreja, respeitando os espaços de cada um. Da mesma forma, estabeleciam uma clara distinção entre o poder temporal e o espiritual, e respectiva autonomia.

A “nova cristandade” apoiava-se preferencialmente nas classes médias, que, a partir da década de 1920, começaram a manifestar sua importância social e política, começando a requerer mais participação na vida pública do País.

Assim é que a Igreja passa a se utilizar desta força emergente na sociedade brasileira para pressionar as lideranças políticas da época para ser reconhecida e tida como importante na governabilidade do País, além de necessária e grande colaboradora do Estado republicano. Isso também explica e justifica o interesse de d. Barreto em aprovar a Associação das Missionárias de Jesus Crucificado. Aproveitou-se, para isso, do diálogo com a República e da urgência de a Igreja se inserir no diálogo com uma sociedade que estava perdendo sua influência religiosa no governo do Brasil, contexto que propiciou a oportunidade de se criar a Associação das Missionárias de Jesus Crucificado.

No dia 14 de setembro de 1922, na capela de Santa Cruz, foi celebrado um especial ato de consagração a Jesus Crucificado, pelo qual as religiosas se incorporaram à associação.

Receberam, naquele momento, um cordão vermelho com um crucifixo. D. Barreto, atento ao grupo e nele muito interessado, acompanhava-o de perto, visitando-o, quando reunido na capela de Santa Cruz. Entre os membros da associação, circulavam “Folhinhas Mensais” de orientação e oração. D. Barreto as aprovava pessoalmente e procurava estimular o espírito apostólico de cada um dos membros. A Associação das Missionárias de Jesus Crucificado fora por ele encarregada de fundar centros de catecismo nos bairros e de visitar as famílias. Com o tempo, foram

elaborados novos estatutos, sob orientação do próprio bispo (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 55).

Neste contexto de organização e expansão da associação, em 3 de maio de 1925 tomou posse, oficialmente, a primeira diretoria da Associação das Missionárias de Jesus Crucificado, assim constituída: assistente eclesiástico – padre Domingos Giovannini, SDB; presidente – Maria Villac; vice-presidente – Josefina Braga; secretária - Gertrudes Moraes; tesoureira – Otília Moraes. Em 1926, o padre Domingos Giovannini foi transferido para São Paulo e, atendendo ao pedido da presidente, d. Barreto tomou pessoalmente a direção da associação, que já contava com 364 moças e senhoras. Daí por diante, o bispo presidia a todas as reuniões (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 56).

Nessa associação já estava presente o projeto missionário que viria a ser consolidado e perpetuado com a fundação do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado. Para garantir a estabilidade de um trabalho comunitário na Igreja, deve-se criar uma legislação própria, de tal maneira que a ordem e a unidade do que se pretende fazer tenham a aprovação da autoridade eclesiástica, com vistas a suprir eventuais lacunas na evangelização. Tal empreendimento supunha diálogo com autoridades eclesiásticas e o Estado, que disseminava uma política anticatólica.

1.5 RELAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA COM O ESTADO REPUBLICANO

Segundo Aquino (2012, p. 144), a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, trouxe à tona a ideia de um Estado que se desenvolveria pela via do progresso e da civilização, concepções fundadas na modernidade. Cabe ressaltar que esses ideais de progresso e desejo de modernidade e civilidade, antes de serem exaltados na República, já eram praticados pelas elites brasileiras, devido à influência de Pedro II, dedicado às ciências e às letras.

Antes, porém, houve um trabalho de convencimento das elites e de populares. Esse processo de mudança de regime foi conturbado, o que mostrou as diversas reivindicações registradas pela historiografia: o tenentismo, o Partido Republicano Paulista, a conversão do Centro Positivista com a Igreja Positivista do Brasil. Estes fatos mostram que a República não foi uma fatalidade histórica, mas resultado da deterioração da administração pública ao longo do Império, o que desencadeou a

mudança de regime de império para república. Destaca-se que a mudança de regime fora um golpe de Estado dos militares, por sua vez “uma resposta autoritária e elitista às agitações sociopolíticas de um período marcado por transformações no ritmo da vida e por utopias de progresso que só pareciam se realizar com o fim da monarquia” (AQUINO, 2012, p. 145).

Na esteira de ideais de progresso da República, no dia 7 de janeiro de 1890, o Decreto 119-A determinou o fim do padroado e estabeleceu a liberdade de culto no Brasil. Em outras palavras, a Igreja Católica não era mais a religião oficial do Estado, O Estado tornou-se laico. Em tese, não haveria mais influência da Igreja sobre o Estado. Deste decreto resultou a perda de vários privilégios que a Igreja manteve durante quatro séculos de hegemonia na América portuguesa e no Brasil. Ao longo do Padroado, o Império indicava nomes para o episcopado e validava documentos da Santa Sé romana no território imperial, assim como aprovava a criação de dioceses, de seminários e conventos. Admitia o recebimento do imposto do dízimo eclesiástico, desde que usado para o pagamento de bispos e padres (AQUINO, 2012, p. 146).

De acordo com o referido autor (2012, p. 149), os conflitos entre Estado e Igreja foram mais veementes em 1872, com o início da chamada “Questão Religiosa”, oportunidade em que d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e d. Antônio Macedo Costa foram presos. Pedro II, em 17 de setembro de 1875, concedeu anistia a esses bispos. Os conflitos, porém, perduraram até a Proclamação da República. De fato, o Decreto 119-A procurou acomodar, de um lado, as reivindicações anticlericais de jacobinos, maçons e positivistas; de outro, as exigências católicas. Esse decreto não correspondeu as expectativas dos grupos acima citados, desencadeando um período de debates, conflitos e tensões, encerrado em 24 de fevereiro de 1891, com a promulgação da primeira Constituição Republicana do Brasil.

Neste contexto, através da Carta Pastoral de 1890, a Igreja emitiu seu parecer sobre a separação entre Igreja e Estado. Do documento, alguns pontos merecem ser destacados: a lástima pela perda de privilégios e o júbilo pela liberdade institucional; a indiferença da Igreja em relação a todas as formas de governo. A Carta Pastoral Coletiva de 1890 demonstrou a opção política do episcopado brasileiro pela República. Esta carta, portanto, deve ser entendida como um programa de reivindicações católicas e como uma diretriz institucional das relações entre Estado e Igreja durante a Primeira República (JUNIOR, 2015, p. 84-85).

De acordo com Aquino (2012, p.157), a estratégia da Igreja para recuperar o prestígio e ampliar a sua presença em território brasileiro foi o processo de diocesanização. As dioceses constituíram unidades avançadas de ação sociopolítica e religiosa da Igreja, em cujos limites territoriais se desenvolveram as reformas eclesiásticas elaboradas pelo cardeal Rampolla e por d. Macedo Costa. Depreende-se que a falta de bispos em todo o território nacional foi responsável pela fragilidade do catolicismo, o que, ao mesmo tempo, explica a consequente separação entre Estado e Igreja no advento da República.

É preciso ressaltar que a estratégia de crescimento territorial fazia parte de um movimento internacional de reorganização da Igreja. No Brasil foi fundamental para ampliar a presença eclesiástica, respondendo às demandas da Cúria Romana e às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa da República. Indicou, ainda, uma tensa relação da Igreja com a modernidade; afinal, ela incorporou muitas de suas novidades científicas e tecnológicas, mas combateu as repercussões morais e religiosas. Inscrita nesses contextos e processos, a diocesanização no território brasileiro durante a Primeira República foi responsável por criar uma rede de administração eclesiástica que deu capilaridade territorial sem precedentes à Igreja em sua história no Brasil, sobretudo por sua incursão institucional nos sertões (AQUINO, 2012, p. 158-159). Neste contexto de expansão territorial da Igreja no Brasil é que foi fundado o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado.

1.6 FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO

Pode-se afirmar que o instituto nasceu da associação com base na preocupação de d. Barreto de dar continuidade ao trabalho da associação, possibilitando, dessa forma, sua permanência no apostolado. Tal propósito foi despertado em 1924, quando, na condição de bispo de Campinas, d. Barreto foi a Roma para a visita "*Ad Limina*".[7] Nessa visita, o bispo teve ocasião de se encontrar, por duas vezes, com umas religiosas que se trajavam à secular: as "Damas

[7] O bispo diocesano tem obrigação de apresentar ao Sumo Pontífice, a cada cinco anos, um relatório sobre a situação da diocese que lhe está confiada, de acordo com o modo e o tempo determinados pela Sé Apostólica. Cf. Idem, Cânon 399, parágrafo 1.

Catequistas Espanholas",[8] congregação fundada por madre Dolores Sopeña. Viu, nesse estilo de religiosas, a inspiração para dar continuidade à Associação das Missionárias de Jesus Crucificado (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 56).

D. Barreto, em 1927, recordou o encontro que teve com a "Congregação das Damas Catequistas Espanholas", que tinha conhecido em Roma. No dia 6 de setembro, Maria Villac foi ao palácio episcopal pedir ao bispo a aprovação da Folhinha Mensal da Associação de outubro. Neste encontro, ele manifestou a Maria Villac o que pensava para o futuro da associação para que pudesse perseverar: era criar uma congregação religiosa com um pé no mundo e outro no convento. Para efetivar tal proposta, tinha em mente o modelo das Damas Catequistas Espanholas. Em casa, tinham seu hábito e, para sair, andariam como todo mundo (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 57).

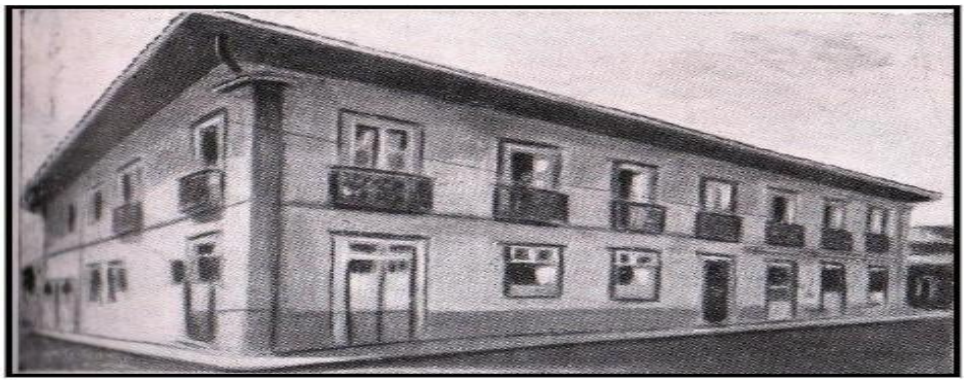
Cabe salientar que a "expressão pé no convento" é uma referência à vida religiosa conventual que, munida, internamente, de uma dinâmica própria, de vida comunitária, recitação dos salmos, observância das diretrizes da congregação e da Igreja. De outro lado, a expressão "pé no mundo" aponta para o apostolado externo, fora do convento. O objetivo era o de fundar uma congregação que se inserisse nos problemas sociais e atendesse às demandas das dioceses, assumisse a administração de escolas, se responsabilizasse pelas aulas de catecismo e as ministrasse, se dedicasse à assistência aos pobres e operários.

Neste contexto, Maria Villac pensou na proposta de d. Barreto e consultou seu diretor espiritual, padre Domingos Giovannini. Ainda em 1927, em 29 de setembro, Maria foi chamada ao palácio e d. Barreto a recebeu com a seguinte pergunta: "Então, d. Maria, em que ficamos?" Ao que ela respondeu: "Sim, Excelência", aceitando, dessa forma, fundar, com ele, o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado como

[8] Instituto fundado pela beata madre Maria Dolores Rodriguez Sopeña (1848- 1918). Nasceu em Vélez-Rubio, na Espanha. Após trabalhos de catequese no cárcere feminino de Madrid, foi para Porto Rico, onde desenvolveu um trabalho que consistia em alfabetizar e ensinar o catecismo em bairros periféricos da cidade, fundando centros de educação. De volta a Madrid, em 1892, fundou uma associação de apostolado secular (Movimento Laical Sopeña). Realizou o mesmo em Sevilha, e rapidamente sua obra se espalhou pela Espanha. Em 1900, indo a Roma, fundou um instituto religioso, que ficou conhecido como Instituto das Damas Catequistas, bem como a Obra Social e Cultural Sopeña. Morreu em 10 de janeiro de 1918, com fama de santidade.Cf.http//www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20030323_ rodriguez_po.html. Acesso em: 9 out 2020.

congregação religiosa. A primeira casa da congregação, onde funcionava o Hotel d'Europe, foi doada pelos pais de Maria Villac (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, p. 57-58).

Figura 3 - Fachada do Hotel d'Europe



Fonte: MENDES, José de Castro. Retratos da Velha Campinas, 1950, p. 223.

A historiografia não apresenta detalhes dessa doação. O que levantamos aqui são hipóteses. Joaquim Villac, pai de Maria Villac, morreu em 1919, antes da doação. Esse hotel era herança de Joaquim, pois pertencia aos seus pais, Paulo Villac e Maria Luiza, que tinham residência na cidade e mantinham o hotel. Parece que houve uma perda patrimonial. Na época da fundação da congregação, a família Villac morava no próprio hotel. A finalidade da doação era de acolher o grupo de missionárias a fim de se iniciar o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado.

Desde a fundação da congregação, Lúcia Maria Villac, mãe de Maria Villac, morava com as missionárias. Isso evidencia que, entre as primeiras missionárias, a família Villac era a única que podia colaborar com as instalações da congregação até que se desenvolvesse e conseguisse outros espaços. O fato de Maria Villac ter a mãe morando na comunidade desde a fundação pode ter influenciado na familiaridade entre as missionárias.

Destacam-se as primeiras missionárias que moraram na casa doada pela família Villac e o rito de entrada neste primeiro convento, que marca o início da história delas. Em 25 de dezembro, a convite de d. Barreto, na capela do Palácio da Conceição, as primeiras futuras missionárias, apresentadas por Maria, receberam a bênção de Jesus Crucificado pelas mãos do fundador.

Em 25 de dezembro, a convite de d. Barreto, na capela do Palácio da Conceição, as primeiras futuras missionárias, apresentadas por Maria, receberam a bênção de Jesus Crucificado pelas mãos do fundador. Eram elas: Maria Villac; Josephina Braga; Lúcia de Souza Moraes e Eutália Pithon. Nesse mesmo dia, d. Barreto escreveu a Roma solicitando do santo padre Pio X a permissão para fundar uma congregação de direito diocesano. A resposta positiva do santo padre veio de Roma com o 'Rescrito da Congregação dos Religiosos', com data de 26 de março de 1928 (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 58).

As primeiras missionárias coristas[9] foram as quatro acima citadas e mais Francisca Bittencourt Prado, Maria da Conceição Oliveira, Amália Aguirre e Delminda Pinto de São José. Neste mesmo dia, entrou também a primeira missionária oblata interna, Maria do Espírito Santo Ferreira, sendo, assim, nove as fundadoras da congregação. Os membros da associação que não entraram para a congregação continuaram como missionárias externas. Em abril de 1928, entraram mais duas irmãs oblatas: Lydia Maria da Conceição Pompeo e Anésia M. Miquelina de Andrade (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 59-60).

As oblatas[10] pertenciam ao grupo de moças mais simples, empregadas domésticas; muitas eram negras e analfabetas. Foi um passo à frente que a congregação estava dando ao admitir tais candidatas à vida religiosa. As congregações que tinham duas classes de irmãs, coristas e oblatas, estabeleciam essa divisão segundo critérios de menor ou maior cultura, havendo, consequentemente, atividades diversificadas, trajes distintos, locais de trabalho separados. As oblatas eram tratadas com discriminação. Outro fato significativo da abertura dos fundadores foi também a acolhida na congregação de filhas ilegítimas e de pessoas com defeitos físicos, o que não era comum acontecer nas outras congregações (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 61-62).

Essa divisão de trabalho entre oblatas e coristas era comum na época. O mesmo procedimento era adotado nas congregações masculinas. Vale ressaltar que

[9] O nome "corista", de acordo com o Missionárias de Jesus Crucificado (p. 59), no início da congregação, designava as irmãs destinadas ao trabalho missionário direto. Tirado de ordens e congregações religiosas, que cantavam o ofício divino em coro, este nome foi, durante muitos anos impropriamente usado na congregação, pois as irmãs não cantavam o ofício.

[10] "Oblatas", conforme a mesma fonte, era o nome dado às irmãs que se ocupavam mais dos serviços domésticos.

a Igreja estava em plena expansão e demandava grande número de religiosos para implantar a instituição no território brasileiro. Para acolher a todos, quem não tinha condições de acompanhar os estudos, mas demonstrava sinais para a vida religiosa, era aceito, até por não terem pretensão de ascender a hierarquia. Tratava-se de pessoas encarregadas de outros trabalhos que garantiam a manutenção dos conventos e seminários em que trabalhavam, enquanto os demais se mantinham na linha de frente da administração e da expansão da instituição.

Evidencia-se, neste recrutamento de religiosas, um preconceito de classe. As oblatas eram destinadas e preparadas somente para os trabalhos domésticos ou para acompanhar as missionárias em sua missão. Constata-se uma falta de capacitação que as mantinha em nível inferior e sem perspectivas de igualdade com as missionárias coristas. Todas as congregações que tinham duas classes de irmãs estabeleciam essa divisão, segundo critérios de menor ou maior cultura, de função mais ou menos importante, havendo, consequentemente, atividades diversificadas, trajes distintos, locais de trabalho separados.

D. Barreto e Madre Maria Villac quiseram, desta forma, valorizar a pessoa humana em vista da consagração a Deus na vida religiosa, dando espaço para quem não o tinha, como muitas vezes se expressaram dirigindo-se às missionárias. A fundação oficial da congregação ocorreu em 3 de maio de 1928. No decreto de fundação, d. Barreto colocou seus objetivos:

> Fazemos saber que, depois de praticamente reconhecer as bênçãos e vantagens dos piedosos trabalhos da Associação das Missionárias de Jesus Crucificado, funcionando nesta episcopal cidade, com estatutos por nós aprovados, atendendo às santas inspirações, julgamos conveniente assegurar o futuro desta importante obra de piedade e zelo, erigindo-a em Instituto religioso e regular sob o nome de Missionárias de Jesus Crucificado. Tendo, pois, em vista a maior glória de Deus e a santificação das almas, após o beneplácito da Sagrada Congregação dos Religiosos, datada de 26 de março de 1928, em cumprimento do cânon 492, nesta episcopal cidade de Campinas, depois de madura consideração em presença de Deus e em virtude da presente letra, erigiram canonicamente ereta uma congregação religiosa sob o nome de “Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado” para senhoras, que, se destinando a várias obras de zelo, especialmente se dedicarão a fundar centros de catecismos nos bairros mais difíceis da cidade e visitarão espontaneamente os doentes e famílias pobres e suspeitas de infiltração herética e que não souberem cumprir os seus deveres religiosos. Para mais facilmente cooperarem no ensino do catecismo às crianças e na prática religiosa dos adultos, empregarão também as santas indústrias de

> caridade cristã, para cuja realização contarão com os benfeitores do Instituto (COR UNUM[11], 1967, p. 43-44).

Segundo o decreto de fundação, o instituto nasceu da Associação das Missionárias de Jesus Crucificado, já existente em Capinas desde 1922, sob a presidência de Maria Villac. Aprovado pela autoridade da Igreja, o novo instituto,[12] amparado pela legalidade, passou a usufruir plenamente de direitos e deveres que o próprio decreto de fundação impunha, podendo, assim, atender às demandas da missão, que culminou com um rápido processo de expansão.

1.7 CARISMA E EXPANSÃO

No artigo 1º das primeiras constituições, escritas por d. Barreto em 1928, consta, como principal fim do Instituto das Missionárias, a própria santificação. “Para isso exercitarão as irmãs, no limite de suas possibilidades, todas as obras de caridade espiritual e corporal em favor do próximo, especialmente dos operários e dos pobres”. Nas constituições, explicita as obras que a congregação deve executar. Do livro, Missionárias de Jesus Crucificado (1998, p. 64-65), podem-se destacar as seguintes:

> Poderão tomar conta de casas de preservação de meninas abandonadas, de orfanatos e de patronatos, com escolas profissionais, artes femininas e dispensários. Essas instituições poderiam ser aceitas desde que as missionárias pudessem realizar a sua missão específica de catequizar, visitar os doentes e operários, trabalhar em favor da boa imprensa, visitar as

[11] COR UNUM, nome do boletim mensal de circulação interna das Missionárias de Jesus Crucificado. O nome, que tem sua origem no latim e significa “um coração”, expressa integridade da comunicação (Nota do autor).

[12] O artigo 583 do Código de Direito Canônico, define: A aprovação pela Santa Sé torna o Instituto - naquilo que foi aprovado – patrimônio comum da Igreja, pelo que já não pode ser modificada sem nova aprovação da mesma Santa Sé. Normalmente são aprovadas as Constituições, nos Institutos de direito pontifício (nas Ordens antigas, as “Regras”); nos de direito diocesano, apenas os participantes gerais de espiritualidades e de organização que foram submetidos à consulta da Santa Sé. O artigo 587 do mesmo Código também versa sobre o sentido do termo “Constituições”. Nas ordens mais antigas, o código principal tem o nome de regra, a qual tem um estilo literário e determinações bem deferentes que nos textos principais das modernas congregações. Na Companhia de Jesus, não existe “Regra”, mas os princípios fundamentais de encontram na chamada ‘Fórmula do Instituto’, contidas nas bulas de aprovação *Regimini militantes Ecclesiae*. Nestas ordens antigas, ’constituições’ significa normalmente disposições mais pormenorizadas, que desenvolvem a regra ou a fórmula e que não precisam de aprovação pontifícia. Pelo contrário, nas modernas congregações e institutos seculares, assim como na sociedade de vida apostólica, as constituições são o código principal, aprovado pela Santa Sé. Contudo, em tempos recentes, introduziram-se também outros nomes, como “norma de vida”, ou semelhantes. Para os códigos secundários, as denominações são muito variadas: diretório, normas práticas, ordenações, estatutos etc. Dada essa ambiguidade da terminologia, é necessário atender, em cada caso concreto, qual seja o sentido das palavras e quais foram as normas aprovadas de fato pela Santa Sé. Cf. Código de Direito Canônico – TOTUS TUUS. Tradução oficial: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1983. Cân. 587, p. 275.

> fábricas, os cárceres, os asilos de velhos e hospitais não dirigidos pelas religiosas.

O bispo d. Barreto e Maria Villac tinham clareza da originalidade da congregação que haviam acabado de fundar. Tal originalidade aparece quando ensinam às missionárias: “A missionária não significa estabilização, mas anda sempre adiante. Não representa uma paralisação, não deve ficar esperando que o trabalho venha em suas mãos. Deve ir sempre em busca das almas” (9 de janeiro de 1930). “As senhoras precisam pensar nisso: os trabalhos antigos não dão mais resultados. O método de tocar sino, abrir as portas da igreja é antiquado, é de outros tempos”(7 de janeiro de 1931). “A necessidade da igreja é a das senhoras: pé na rua. As senhoras foram chamadas para o trabalho das almas, tendo por clausura a rua e a casa dos mais necessitados” (25 de junho de 1936 (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 65).

Neste contexto de integração, especialmente com os mais pobres, d. Barreto, inspirado na congregação das Damas Catequistas espanholas, adotou o hábito secular para as missionárias de Jesus Crucificado. Este, que era usado para sair de casa, mesmo à noite, para visitar famílias, ir à casa dos mais necessitados, catequizar também homens, fez com que as missionárias nem sempre fossem aceitas como religiosas por outras congregações.

Para Azzi e Klaus (2008, p. 536), a dispensa do hábito religioso nas atividades externas deu uma grande autonomia aos trabalhos pastorais e sociais, não impedindo que fossem reconhecidas como religiosas. Era uma forma de vida raramente encontrado entre religiosas formadas com a rigidez convencional da época.

Figura 4 - As missionárias em traje secular

Fonte: Missionárias de Jesus Crucificado (1998, p. 67).

No texto que precede a foto acima, vimos as justificativas para o uso do traje a secular. Um símbolo que nele aparece em destaque é a cruz, cujo significado o próprio fundador interpretará nesta seção. Este traje é tão distintivo das missionárias quanto o hábito religioso usado no convento. Se a ideia era uma aproximação maior com o povo, um bloqueio certamente devia ser derrubado; nesse caso, o hábito religioso. Isto é o que parece, embora o traje secular não se tenha diferenciado muito de um hábito religioso, com exceção do uso do véu.

Esse traje era usado para o trabalho externo. Percebe-se ter sido pensado para proteger do sol, do frio, e não para atrair a atenção sobre a missionária. Os sapatos parecem apropriados para longas caminhadas e intempéries. A pose para a foto revela similaridade entre as missionárias, o que denota disciplina; um olhar sereno que parece ultrapassar o ângulo da câmera. Isso evidencia a urgência do trabalho missionário. “Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”; por isso constitui uma fonte histórica (KOSSOY, 2001, p. 45).

Para o fundador, o carisma[13] brota da mística da Cruz. O Mistério Pascal foi colocado como centro e fonte da espiritualidade da congregação, repetindo ele as palavras do Apóstolo: “Nós pregamos o Cristo Crucificado!” (1Cor 1,23). “A cruz deve ser a loucura da Missionária; deve ser a sua única alegria. E seu ideal, ser crucificada como o foi aquele que ele ama” (3 de maio de 1936). Para d. Barreto, Jesus Crucificado foi sempre o Cristo vivo, Ressuscitado. “[...] procurarão as Missionárias nutrir uma devoção terna e viva para com Jesus Crucificado, realmente presente na Santa Hóstia [...]” (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, 1998, p. 66-68).

Madre Maria Villac, na circular de 19 de abril de 1968, também fala da presença de Maria na congregação: “Nossa Senhora é quem tudo faz no Instituto. Esperemos, tenhamos paciência, saibamos semear: ela regará essas sementes e as fará florescer e frutificar.”.

Essa afirmação parece ter sido formulada com elementos do manual da associação da Filhas de Maria, da qual era membro e fora presidente:

> Recomenda-se que as jovens procurem se espelhar na imagem da Virgem Imaculada: “os olhos virados e voltados para o céu”, “as mãos juntas diante do peito”, “o rosário ao braço”, o vestido branco, conservando-se limpas de todas as manchas do pecado pelo recolhimento, modéstia e mortificação”; “a terra debaixo dos pés, pisando o mundo com suas falsas máximas vaidades e seduções”. E o articulista conclui: “Ditosa a Filha de Maria, a moça cristã, que todos os dias sabe achar alguns instantes para mirar-se neste famoso espelho” (AZZI; KLAUS, 2008, p. 468).

As virtudes que as Filhas de Maria deviam praticar foram introduzidas, de certa forma, no carisma das missionárias. Depreende-se disso a devoção a Nossa Senhora das Lágrimas, assim como as devoções particulares das missionárias a Nossa Senhora, que aparece em nomes de conventos e colégios chamados de “Casa de Nossa Senhora”. O carisma das missionárias está centralizado em Jesus Crucificado; porém, Nossa Senhora também modela a vida e a missão das Missionárias de Jesus Crucificado.

[13] Carisma [Teologia], dom extraordinário e divino concedido a um crente, ou grupo de crentes, para o bem da comunidade. Cf. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

Figura 5 - Madre Maria Villac em traje religioso

Fonte: www.colégiod.barreto.com. br/histórico.asp. (Acesso em: 16 jul. 2020).

O carisma da congregação atraiu muitas mulheres que se identificaram com a forma de vida fundamentada no Crucificado-Ressuscitado, que enviava em missão, propondo mansidão em todos os relacionamentos. Foi assim que esta família religiosa ultrapassou o território da cidade de Campinas, em São Paulo, e chegou a muitos lugares devido a um carisma inovador, que atraía as moças para uma experiência religiosa, missionária e concreta, inserida em meios populares e carentes de uma palavra de esperança, de catequese e de assistência material.

Prova da força do carisma foi o crescimento rápido da congregação. Em 1942, já eram 524 as irmãs, 28 as casas; em 1952, 1.012 as irmãs, em 59 casas; em 1962, 2.136 irmãs em 127 casas.[14]

[14] Disponível em: http://www.mjc2.tempsite.ws/site-pt-br/nossa-historia (Acesso em: 23 jul. 2020).

Quadro 1 - Primeiras fundações das missionárias de Jesus Crucificado

Primeiras fundações	UF	Ano	Atividades
Araras	SP	1929	Catecismo, visitas a cadeias, a doentes, a quartéis e o apostolado com os operários
Amparo	SP	1929	Formação espiritual e profissional; trabalhos de costura, bordados, flores e economia doméstica; visitas domiciliares e trabalho com os operários
Itabira	SP	1930	Manutenção de um colégio de meninas, visitas domiciliares e catecismo; trabalho com operários e operárias
Uberlândia	MG	1932	Colégio de Nossa Senhora das Lágrimas, centros de catecismos, visitas domiciliares, trabalho com operários
Salvador	BA	1932	Colégio Bom Jesus, escola profissional gratuita para moças pobres, catecismo, pescadores, visitas domiciliares, aos doentes e à cadeia
Santos	SP	1933	Colégio Casa de Nossa Senhora, catecismo, visita a cadeias, quartéis, famílias, cursos de costura, flores
Cachoeira	RS	1935	Escola primária, operários, catequese com crianças, jovens e adultos e trabalho com militares
Ipameri	GO	1936	Colégio misto, catequese para crianças, moças, rapazes soldados e visitas domiciliares
Recife	PE	1936	Educandário Jesus Crucificado, apostolado com os operários, centros de Catecismo nos bairros pobres, páscoas coletivas de motoristas, carreteiros, jardineiros, alfaiates, ferroviários, portuários, visitas domiciliares
Fortaleza	CE	1941	Obra dedicada à pobreza, páscoas coletivas de motoristas, carreteiros, jardineiros, alfaiates, ferroviários, portuários, missões extraordinárias, visitas domiciliares, aulas de religião em colégios, centros de catecismo
São Paulo	SP	1941	Pensionato para moças, preparação das páscoas, do exército, guardas-civis, corpo de bombeiro, visitas a detentos, atuação em meio estudantil
Teresina	PI	1941	Organização dos centros de catequese para crianças, adultos, operários; preparação a páscoas coletivas para senhoras, jovens, militares, motoristas, operários, comerciários, domésticas, esportistas, estudantes, intelectuais e funcionários públicos; jardins de infância, pensionatos para jovens estudantes, escola profissional (patronato) para meninos e moças
Rio de Janeiro	RJ	1944	Casa da criança-creche da Legião Brasileira de Assistência, visitas domiciliares, catequese, círculos operários.
Rio de Janeiro		1945	Casa da empregada: alfabetização, cursos de arte culinária, corte e costura, lazer, formação humana e religiosa
Campinas	SP	1952	Escola Normal d. Barreto, na qual se beneficiavam as crianças e a juventude do bairro, se exercia a Pastoral vocacional das missionárias; instalação de oficinas de corte e costura, bordado, encadernação e sapataria
Brasília	DF	1957	Trabalho social com os operários, pensionato para moças e escola doméstica para jovens pobres

(conclusão)

Fonte: Missionárias de Jesus Crucificado (1998, p. 74-152; elaboração do autor).

Segundo Azzi e Klaus (2008, p. 535), o convite para as missionárias atuarem em diversas regiões estava pautado em seu “caráter moderno e atual, confrontando-se com a maioria das congregações da época”.

A expansão das Missionárias de Jesus Crucificado nas primeiras décadas de fundação mostra a força do carisma e a abrangência da atuação no território nacional, que cresceu, a partir de Campinas, para cidades do interior de São Paulo e outras cidades do Sudeste, Sul, Centro Oeste e Nordeste. Em cada área de atuação, o trabalho principal era a catequese, que se organizava com a criação de centros de catecismo, com a preocupação de atingir todas as faixas etárias e profissões. Uma marca no desenvolvimento deste trabalho foi, desde o início da congregação, a inserção em bairros de baixa renda, distantes dos grandes centros, e habitados por operários e pessoas carentes.

Contudo, as casas das missionárias não estavam todas em bairros pobres. Uma delas na Rua Vergueiro, 2087, Vila Mariana, um bairro nobre de São Paulo. Em Santos, moraram no bairro José Menino, que têm famílias ricas e pobres, lugar onde há mansões em áreas do morro, mas também casas simples. Nestes lugares abastados, o que arrecadavam de benfeitores era usado, em parte, para a manutenção das missionárias; outra parte era destinada à assistência aos pobres.

Essa expansão não era previamente determinada: iam para onde eram convidadas. Os bispos as convidavam para trabalhar em suas dioceses, e elas assumiam o trabalho que lhes era oferecido. Numa sociedade em que a urbanização e a democratização caminhavam a passos largos, souberam se atualizar e se adaptar. Seu propósito era corresponder às demandas que vinham de todo o Brasil e, mais tarde, até do exterior. Outro trabalho delegado às missionárias desde o início foi a administração de escolas. Embora não fizesse parte do carisma, era permitido assumir instituições escolares desde que continuassem com os centros de catecismo e a inserção em bairros populares. Observa-se, no quadro 1, em vários lugares, a presença das missionárias em colégios, escolas, educandários e creches. Devido ao crescente número de ingresso de religiosas na congregação, como apresenta o quadro 2, foram desenvolvidos diversos dos trabalhos listados no quadro anterior.

Quadro 2 - Movimento Estatístico de 1942 a 1970

Ano	Entradas		Egressas	Falecimentos	Total
	Missionárias	Oblatas			
1942	29	37	44	03	526
1943	48	34	42	01	565
1944	41	38	40	01	603
1945	43	38	32	01	651
1946	29	46	15	03	708
1947	38	58	36	02	766
1948	34	61	40	02	819
1949	55	64	41	01	896
1950	46	53	42	01	952
1951	47	64	51	04	1008
1952	33	56	25	02	1070
1953	49	68	24	03	1160
1954	57	70	34	02	1251
1955	85	92	54	04	1370
1956	84	112	74		1492
1957	73	106	46	05	1620
1958	80	121	61	06	1754
1959	97	160	77	05	1929
1960	103	119	134	01	2000
1961	88	103	114	03	2089
1962	73	77	108	01	2136
1963	46	65	107	07	2135
1964	32	39	92	06	2094
1965	31	24	116	10	2023
1966	39	-	89	01	1973
1967	21	-	95	05	1895
1968	03	-	104	05	1789
1969	02	-	88	07	1696
1970	04	-	71	04	1622
TOTAL	1407	1705	1896	96	

Fonte: Missionárias de Jesus Crucificado (1998, p. 160; 251).

No movimento estatístico, a entrada de oblatas, maior do que a de missionárias, evidencia uma abertura para a entrada de moças negras - o que não era comum em outras congregações - desencadeou a um grande número de candidatas negras, ou “de cor”, conforme a nomenclatura da época (AZZI E KLAUS, 2008, p. 536). As oblatas eram admitidas para os trabalhos domésticos e de manutenção das casas de formação e de missão.

Observa-se, a partir de 1960, um aumento considerável de egressas, fenômeno que resultou de um período de crise na vida religiosa:

> A Vida Religiosa passa, então, por uma verdadeira crise, no momento em que as estruturas conventuais, ainda firmadas em concepções pré-modernas, se defrontam com uma geração de religiosas que pautam por uma nova perspectiva cultural e social. Há uma relativização de normas e

> comportamentos, até aí tido como valores absolutos. Certas prescrições internas passam a ser percebidas como forma de controle do pensamento e rejeitadas. Essa situação gera certa perplexidade, frente a um mundo pluralista e secularizado, que põe em xeque a validade, ou a utilidade da Vida Religiosa, gerando, em muitos casos, o abandono dos quadros institucionais (AZZI; BEOZZO, 1986, p. 204).

Assim, fica evidente que a organização rígida das congregações e ordens já havia sido superada. Inicia-se um processo de adequação aos comportamentos e valores modernos. “O novo universo cultural centrado na valorização do sujeito, na destruição de uma visão sacralizada do mundo, no pluralismo religioso, possibilita essa organização da Vida Religiosa [...] numa linha personalista” (AZZI; BEOZZO, 1986, p. 205).

Nesse contexto, a vida religiosa atua na sociedade sob uma nova perspectiva, ampliando sua presença em todos os setores da sociedade. Trata-se de sair do mundo restrito do convento e de se inserir num mundo além do claustro. Neste movimento de saída, conclui-se que era necessária a diversificação profissional. Educação, saúde, assistência social não eram mais os únicos campos de atuação. Podia-se lecionar e trabalhar em instituições que não pertenciam à congregação, o que evidencia uma alternativa de inserção no trabalho em outras áreas do conhecimento, marcando, assim, a presença cristã em todas as áreas da sociedade. Este cenário de constantes transformações na sociedade e na vida religiosa mostra aumento na demanda pelo trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado.

Quadro 3 - Casas abertas, fechadas e existentes entre 1942 e 1970

Ano	Abertas	Fechadas	Existentes

(cont.)

(conclusão)

1942	02	-	29
1943	04	-	33
1944	03	-	36
1945	04	-	40
1946	02	-	42
1947	04	-	46
1948	03	-	49
1949	02	02	49
1950	01	-	50
1951	04	-	54

1952	05	-	59
1953	06		65
1954	04	-	69
1955	05	-	74
1956	05	01	78
1957	08		86
1958	16	01	101
1959	13	01	113
1960	05		118
1961	06	01	121
1962	02	02	127
1963	02	-	123
1964	01	-	125
1965	06	02	129
1966	03	02	130
1967	04	06	127
1968	14	04	125
1969	10	04	142
1970	28	06	161

Fonte: Missionárias de Jesus Crucificado (1998, p.161-252).

Nota-se, no quadro 3, a crescente abertura de casas, o que revela um número crescente de missionárias que ingressavam, afora os convites que a congregação recebia de bispos para atuar em suas dioceses, suprindo as carências pastorais, especialmente no campo da catequese e, em alguns lugares, com o trabalho em asilos, pensionatos, patronatos, e/ou no trabalho com a educação, que era bem aproveitado para disseminar o carisma através dos alunos e de suas famílias, em interação com a sociedade em que educavam e junto à qual contribuíam para o progresso espiritual, material e cultural. Missionárias e oblatas, no apostolado direto e nos serviços domésticos, trabalhavam para manter a missão em plena expansão e o florescimento vocacional, e até mesmo para os fins de unificação das classes. Ao se tornar, elas próprias uma classe, tiveram que reaprender a se integrar na missão com o povo e a cuidar também dos afazeres domésticos.

Segundo Beozzo *et al.* (2009, p. 275), a decisão de unificar as classes foi tomada no VI "Capítulo Geral"[15] da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, em 1965.

> Dentre as deliberações tomadas neste VI Capítulo Geral, a mais importante foi a "unificação das classes" missionárias e missionárias oblatas em nossa família religiosa, o que vem a se constituir em "uma nova estrutura" em nossa Congregação, isto é, seu funcionamento com uma só classe de religiosas, que desde então serão denominadas, em todos os seus membros, "Missionárias de Jesus Crucificados". (VILLAC, fl. 164v.).

Evidencia-se a existência de uma memória "proibida" e, portanto, "clandestina", que comprovava a separação e a discriminação entre irmãs coristas e oblatas. Depois de quase quatro décadas, a memória subterrânea veio à tona; tornou-se pública e reivindicativa de direitos iguais no exercício das funções domésticas e no apostolado externo, antes somente facultado às coristas. A separação de classes implantada durante décadas, como uma prática da época, e o silêncio instalado por conta da aparente "normalidade", mostram a "sobrevivência de lembranças traumatizantes que esperavam por um momento propício para serem expressas" (POLLAK, 1989, p. 5). Todo o ressentimento vem à tona quando encontra a possibilidade de ser externado.

Ansart (2001, p. 15) designa o termo 'ressentimento' como a "soma de sentimentos, tais como: rancores, invejas, desejos de vingança e os fantasmas da morte". Ainda segundo o mesmo autor (2001, p. 31), existe a tentação do esquecimento. Percebe-se uma linha tênue entre o esquecimento dos fatos e o esquecimento dos ressentimentos. Pode-se afirmar que "o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, se aferra bem menos às lembranças dos ressentimentos". Os fatos passam; os ressentimentos são incertos, quanto mais vívidos e sentidos. O indivíduo tende a esquecer os próprios ódios quando a história os torna caducos, quando predomina a autodefesa, ou seja, a repugnância daqueles de quem foi objeto. Constata-se, salvo exceção, que as novas experiências possibilitam sair da rota de colisão com antigos adversários e não sentir o peso das psicologias agressivas, físicas ou simbólicas sofridas.

---

[15] O capítulo geral é a autoridade máxima da congregação e expressa a participação de todos os membros em sua vida e missão. O Capítulo Geral Ordinário é convocado pela superiora geral, pelo menos oito meses antes de sua celebração. O capítulo geral se reúne a cada quatro anos. Cf. Missionárias de Jesus Crucificado. Constituições e Diretório. Campinas, 1969 (Artigos, 140, 141 e 143).

Essa unificação de classes, depois de um processo de revitalização e expansão e um longo período de quase quatro décadas de trabalhos realizados por classes, exigiu da congregação ousadia e criatividade para reestruturar a vida da instituição, que era estável e agora passava a aprender a trabalhar de forma unificada. Tal empreendimento possibilitou uma reorganização de toda a estrutura da congregação e desencadeou tensões que acompanharam os desdobramentos de uma nova forma de vida - uma única classe e a mesma missão de missionárias - e estimulavam a todas ao trabalho direto com o povo. As ex-oblatas negras, agora missionárias, segundo Beozzo *et al*., tornavam-se protagonistas como religiosas missionárias de Jesus Crucificado (2009, p. 276).

A forma de vida das Missionárias de Jesus Crucificado, entendida como instituição, sem separação de classes, passou a enfrentar o desafio de se reinventarem, para se adequar ao novo modo de vida, no qual todas as missionárias tinham as mesmas oportunidades de trabalho.

De acordo com Azzi; Klaus, “numa sociedade em que a urbanização e a democratização caminhavam a passos largos, as missionárias mostravam ter captado os sinais dos tempos, procurando dar uma resposta cristã mais atualizada ao chamado mundo moderno” (2008, p. 536).

A atualização dessa resposta demandou uma expansão da congregação para corresponder às diversas realidades em que foram inseridas, tendo presente o objetivo principal de fundar centros de catecismo, visitar famílias carentes e trabalhar com a educação para a manutenção da instituição. Diante dessa demanda, o carisma se expandiu por vários estados do Brasil e no exterior

Em termos de regiões, a congregação abrangia o Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste. A presença no exterior chegava aos seguintes países: na América Latina, trabalhavam, e ainda continuam, no Chile, no Equador, na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai e na Nicarágua. O mesmo vale para a África, presentes em Moçambique, Quênia e Angola.

Destaca-se, entre as inúmeras fundações no Brasil e no exterior, a primeira casa fundada no território da região de São Paulo, na cidade de Santos, litoral paulista, onde as missionárias vieram em 1933, para trabalhar em cursos de catecismo, de ensino primário e profissionalizante.

2 MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SANTOS

Este capítulo apresenta o contexto da cidade de Santos/SP. Destaca o contexto dos institutos religiosos que vieram ao Brasil no início do século XX para trabalhar no campo da educação. Evidencia o crescimento da cidade a partir das riquezas advindas da exportação do café pelo porto da cidade e registra a presença da imigração. Contextualiza o Estado e a Igreja Católica na configuração da educação brasileira na década de 1930. Apresenta dados estatísticos de escolas, alunos e professores que atuavam em suas escolas, o envolvimento da elite santista com a educação e os caminhos da educação das Missionárias de Jesus Crucificado. Por fim, destaca ainda algumas atividades e grupos assistidos pelas missionárias nos bairros – com os centros de catecismo, a corporação dos militares, os operários, o apostolado da oração e as missionárias externas -, trabalhos estes feitos além das atividades escolares.

2.1 OS INSTITUTOS RELIGIOSOS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO

Segundo Azzi e Klaus (2008, p. 525), desde a Revolução de 1930 até o Golpe Militar de 1964, os institutos religiosos masculinos e femininos constituíram, durante as quatro décadas em foco, uma das mais poderosas forças de atuação no país. Essas instituições, com os respectivos projetos de trabalho, constituíram, na história da Igreja, um estímulo de renovação, contrapondo-se, por vezes, ao poder hierárquico institucional, cujo perfil era conservador. No âmbito das dioceses e paróquias estava implantada uma organização tradicional da Igreja; entretanto, os religiosos estimulavam a abertura de novas frentes de trabalho de acordo com as necessidades locais. Esses carismas de atuação se distanciavam, em geral, do conservadorismo da organização hierárquica. Por outro lado, os institutos religiosos buscavam áreas de periferia e de fronteira, atentos às mudanças na realidade social, tornando-se um estímulo para a renovação católica.

Essas instituições, no Brasil, atuavam com mais força na conservação de valores devido à pressão da “Cúria Romana”,[16] que, preocupada com a influência da

[16] Cúria era o nome aplicado no Direito romano, ao conjunto dos funcionários que ajudavam diretamente o imperador na administração do Império. Por extensão, era também o palácio, onde esses

modernidade do século XIX, impunha regras mais severas para a fundação e a organização de institutos de vida consagrada, criando, dessa forma, uma certa padronização, exigindo dos institutos tarefas que cabiam aos leigos. Desse modo, as congregações, em sua maioria, foram convidadas a abrir escolas para combater o ensino leigo e protestante, mesmo quando a educação não constituía seu carisma (AZZI; KLAUS, 2008, p. 525).

Essa experiência no campo da educação, porém, revelou que a maioria dos membros das ordens e congregações vinha da zona rural e trazia consigo valores tradicionais, internalizados como permanentes. Essa visão equivocada da realidade os impedia de vislumbrar a ampla realidade brasileira, quando membros dessas congregações ocupavam cargos de direção. Desse modo, mantinham as diretrizes dos fundadores e os institutos nos padrões do passado, o que revelava que as metas eram inadequadas às transformações sociais. ”Sob esse aspecto, destaca-se o papel relevante desempenhado pela Ordem Dominicana, e pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado” (AZZI; KLAUS, 2008, p. 526). Tais instituições, ainda segundo os autores, foram pioneiras e propuseram uma participação mais abrangente.

No que tange às congregações femininas, Leonardi (2011) destaca as congregações católicas que entraram no Brasil entre 1849-1912, tendo a educação como finalidade. Dentre elas, destaca:

> Irmãs do Imaculado Coração de Maria; Sociedade das Filhas de Caridade São Vicente de Paulo; Religiosas de Nossa Senhora do Bom Conselho; Irmãs de São José de Chambéry; Irmãs de Santa Dorotéia; Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã; Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers; Instituto Filhas de Maria Auxiliadora; Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade; Congregação dos Santos Anjos; Irmãs da Divina Providência; Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu; Religiosas da Instrução Cristã; Irmãs de São Vicente de Paulo Gysegem; Irmãs de Santa Catarina Virgem e Mártir; Irmãs Carmelitas da Divina Providência; Pequenas Irmãs da Divina Providência; Irmãs Franciscanas do Coração de Maria; Congregação da Sagrada Família; Missionárias do Sagrado Coração de

funcionários se reuniam. O papa assumiu essas denominações na ordem civil. No anterior Código (1917), as instituições da Cúria Romana recebiam o nome genérico de dicastérios (literalmente, “lugares de justiça”). O Código atual (1983) os chama simplesmente “organismos” (instituta). Na atualidade, podem ser classificadas nas seguintes categorias: Congregações, Tribunais, Secretariados, Conselhos ou Comissões Permanentes, Ofícios. Lugar à parte ocupa a Secretaria de Estado, ou Papal. A organização da Cúria Romana responde atualmente às determinações da Constituição Apostólica de Paulo VI, promulgada por João Paulo II, a *Pastor Bonus*, de 28 de junho de 1988, que reorganizou por inteiro a matéria. O Código limita-se a remeter a essa lei específica (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cân. 360, 2003).

> Jesus; Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena; Religiosas do Santíssimo Sacramento; Congregação Romana de São Domingos; Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco de Assis; Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição; Irmãs da Providência de Gap; Religiosas do Sacré-Couer de Jesus; Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo; Franciscanas da Sagrada Família; Irmãs Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento; Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria: Irmãs do Sagrado Coração de Maria; Instituto das Irmãs de Caridade Filhas de Maria do Horto; Irmãs de Nossa Senhora do Calvário; Religiosas da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes; Congregação da Sagrada Família de Bourdéus; Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus; Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; Filhas de Jesus; Irmãs do Sacré-Coeur de Marie; Congregação de Santa Catarina de Sena da Ordem Terceira de São Domingos; Concepcionistas Missionárias do Ensino; Pia União Jesus, Maria, José; Irmãs de Santa Marcelina. Dentre aquelas que apresentavam a educação como uma dentre suas principais atividades, estão: Religiosas de Notre Dame de Sion; Irmãzinhas da Imaculada Conceição; Missionárias Servas do Espírito Santo; União das Cônegas de Santo Agostinho da Congregação de Nossa Senhora; Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora; Irmãs Servas da Imaculada Virgem Maria; Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing. Outras cinco congregações não apresentavam explicitamente a palavra educação em sua finalidade, destacando cuidado de doentes, regeneração da família cristã ou disseminação de determinada devoção. São elas: Servas do Santíssimo Sacramento; Filhas de Santana; Religiosas da Assunção; Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus. Constava, ainda, apenas uma de vida contemplativa (Ordem da Visitação de Santa Maria) e uma na qual não constava a finalidade (Monjas da Ordem de São Bento) (LEONARDI, 2011, p. 105-106).

Observa-se que a referida pesquisa parte da história de cada congregação, com o intuito de compreender como elas estavam organizadas e, a partir desse levantamento, especificar as que traziam a educação como elemento norteador de sua missão e quais as que não explicitavam a educação em sua finalidade. Destaca-se, neste levantamento, a pesquisa a partir da história dos colégios e não a partir da história de cada instituição.

As congregações que trabalhavam diretamente com a educação a tinham como elemento principal do carisma, e vinham ao Brasil para trabalhar em colégios. Em geral, o convite era feito pelo bispo local, que tinha em vista a presença de religiosas na diocese para dinamizar os trabalhos pastorais. No caso dos colégios, estes, em geral, destinavam-se à educação da elite, embora também desenvolvessem trabalhos com os carentes. As congregações que não tinham expressamente no carisma o trabalho educacional, o assumiam para atender à demanda dos bispos e como meio de sustento da congregação.

Leonardi (2011, p. 106) constata que “a bibliografia aponta para a inexistência de colégios femininos mantidos por ordens e congregações católicas antes da República, com exceção do já conhecido estudo sobre as Irmãs de São José de Chambéry”. Segundo a autora (2011, p. 125), “no início do século XX houve uma grande entrada de congregações no país, o que aponta para a variedade de trabalhos dessas instituições”, e a ação educativa em diferentes frentes não só ligadas à fundação de colégios. Dentre as congregações masculinas que chegavam ao país, que mencionavam explicitamente a educação como missão principal, destacam-se:

> Sociedade de Instrução São Francisco de Sales; Maristas; Sociedade do Divino Salvador; Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo; Irmãos das Escolas Cristãs; Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo. Para outras congregações, a educação está em meio a outras atividades de conversão e apostolado: Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho; Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria; Sociedade do Verbo Divino; Ordem dos Recoletos de Santo Agostinho; Oblatos de São Francisco de Sales; Missionários do Sagrado Coração de Jesus; Padres de Nossa Senhora de Sion. A maioria, dentre elas, entretanto, visava a outras formas de ação na qual a educação pode ser compreendida como, por exemplo, missões, propagação da fé, catequese, imprensa. Este é o caso das seguintes organizações: Ordem dos pregadores; Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria; Sociedade do Apostolado Católico; Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos; Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus; Congregação do Santíssimo Redentor; Ordem Premonstratense; Ordem Basiliana de São Josafat; Missionários de Nossa Senhora da Salette; Terceira Ordem Regular; Ordem dos Irmãos Descalços da B. V. M. do Monte Carmelo; Missionários da Sagrada Família; Congregação da Santíssima Cruz e Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo (LEONARDI, 2011, p. 126).

Diante dessa abordagem, outro estudo constatou que as ordens e congregações femininas superavam em número os institutos masculinos, que em grande parte eram de origem europeia. A maioria das congregações vinha da França, da Itália, da Alemanha, da Bélgica e da Espanha. Poucas religiosas vinham de outros países, como a Polônia e Portugal. No início do século XX, precisamente até 1920, 52 congregações já haviam entrado no país (AZZI; KLAUS, 2008, p. 532).

De acordo com estes autores (2008), algumas congregações propuseram modos diferenciados de instruir o povo. Tais atividades já mostravam certa ruptura com o conservadorismo vigente na época. Nesta linha de inovação destacam-se os dominicanos:

> Duas são as características principais da atuação dominicana. Em primeiro lugar, a formulação do pensamento católico em moldes modernos, oferecendo respostas ou pistas para uma convivência saudável na vida urbana, sem perder a dimensão do compromisso social. Em segundo lugar, a organização dos movimentos de apostolado para jovens, em termos de

> correspondência às suas aspirações e projetos de plena realização pessoal e transformação da sociedade. Daí, em consequência, o grande afluxo de rapazes de classe média urbana para a vida religiosa (AZZI; KLAUS, 2008, p. 531).

Evidencia-se, a partir da atuação dos dominicanos, que outras congregações também propunham linhas de ação que contribuíam para a inovação pastoral, o que caracterizava uma ruptura com o conservadorismo, que não contemplava a inserção das pessoas na ação pastoral a partir da realidade em que estavam inseridas. Ao estimular ações catequéticas com uma linguagem adequada aos ouvintes, envolviam toda a família. Através deste modo inovador, a Igreja se dispunha a dialogar com a sociedade republicana e recuperava seu prestígio social, estimulando a expansão da escola católica sob a instrução das congregações religiosas femininas. Neste cenário é que se insere a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado:

> Menos rígidas em termos de clausura, podiam estabelecer-se e atuar nos locais mais diversos, sem os temores e os constrangimentos das monjas e freiras tradicionais, que, desde o início, com seus amplos e longos hábitos, impunham um certo distanciamento, além de exigirem, por sua própria formação, serem tratadas com formalidade e respeito solene. Numa sociedade em que a urbanização e a democratização caminhavam a passos largos, as missionárias mostravam ter captado os sinais dos tempos, procurando dar uma resposta cristã mais atualizada ao chamado “mundo moderno” (AZZI; KLAUS, 2008, p. 536).

Neste contexto, inserem-se as Missionárias de Jesus Crucificado, que não tinham como objetivo principal a educação, mas, desde o início, assumiram a administração de colégios devido à demanda dos bispos e para fins de manutenção da congregação, sempre alinhadas com o carisma, cuja tônica principal era o trabalho catequético e a assistência aos pobres e operários, conforme diretrizes dos fundadores. O trabalho realizado em Santos/SP preservou estas mesmas características.

2.2 SANTOS: CONTEXTO DA CIDADE

Santos é uma cidade costeira do estado de São Paulo, fundada em 26 de janeiro de 1546, por Braz Cubas. Fora, no início, uma vila portuária até o final do século XIX. Com potencial incipiente de porto, nela se fez a experiência de movimentar o comércio com o plantio da cana-de-açúcar, porém tal iniciativa não vingou.

Cabe salientar que, com a Independência do Brasil em 1822 e, em seguida, com a elevação da vila de Santos à condição de cidade, em 26 de janeiro de 1839, a

recém-criada cidade começou a prosperar e seu porto, a ter visibilidade com a exportação do café, por volta de 1850. O Sudeste se destaca pela produção cafeeira, por sua vez escoada pelo porto dessa cidade. Outro fato, que impactou a mão de obra cafeeira na década de 1850, foi o fim do tráfego negreiro. Tal proibição resultou em importação de mão de obra para suprir a demanda por produção de café. A imigração se fez necessária. Santos, que tinha uma grande colônia portuguesa, gradativamente passou a receber imigrantes de diversas nacionalidades.

Quadro 4 - Imigrantes em Santos

Imigrantes em Santos		
Nacionalidade	1920	1940
Portugueses	21.014	22.157
Espanhóis	8.610	6.582
Italianos	3.059	2.271
Japoneses	606	1.621
Alemães	354	701
Outras	2.896	2.878

Fonte: SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos: 1532-1936. São Paulo: *Revista dos Tribunais,* 1937.

O quadro apresenta o censo dos imigrantes em Santos em 1920 e, em 1940. O autor não apresenta o ano da chegada em Santos década nacionalidade. Limita-se a registrar quantos. Os números não permitem inferir outros dados, pois este recenseamento não dispunha, provavelmente, de instrumentos para uma coleta de dados detalhada. Era incipiente. Vale lembrar que, depois do Censo de 1900, o próximo a ser realizado no Brasil foi em 1920. Este censo municipal certamente não tinha outras pretensões senão quantificar o número de imigrantes e criar estratégias políticas que favorecessem a cidade de Santos, aproveitando a mão de obra estrangeira, pois a local ainda era escassa e pouco qualificada. O analfabetismo era grande.

No que tange à educação dos imigrantes, observa-se, em sua maioria, serem analfabetos. Ao desembarcarem em Santos, porém, procuravam se alfabetizar, mesmo que de maneira informal. Dada a importância do estudo para um futuro promissor e menos sofrido do que o trabalho braçal, os imigrantes se preocupavam com os estudos dos filhos e procuravam encaminhá-los para a escola. Os filhos dos portugueses iam habitar os morros, que se assemelhavam à topografia da Ilha da Madeira, em Portugal, de onde vinha grande número deles. O morro São Bento era

um dos destinos para portugueses madeirenses. Nesse morro não havia escola. O problema era remediado por um sistema de monitoria, segundo o qual as crianças se revezavam para ir à escola, e por um sistema segundo qual os mais adiantados ensinavam aos outros. Devido à baixa renda dos pais, as crianças trabalhavam para aumentar a renda familiar (BRAGA, 2008, p. 27-28).

No início da década de 1930, quando as Missionárias de Jesus Crucificado chegaram a Santos, encontraram uma cidade com grande parcela de migrantes, com predomínio de portugueses, como demonstrou o quadro acima, em que se compara quantos imigrantes havia em 1920 e 1940. Nota-se que os portugueses se mantinham em crescimento. Esta imensa colônia portuguesa, e de matriz católica, compunha os quadros do alunado das Cruzadas e, posteriormente, do Colégio Casa de Nossa Senhora, pois o colégio estava em bairros onde morava grande número de portugueses, além de outras nacionalidades que, provavelmente, também enviavam seus filhos ao mesmo colégio.

Vale ressaltar que, nos 1930, a cidade de Santos era uma das cidades mais populosas do Brasil. Os anos 1930 foram, na primeira metade do século XX, a década de maior concentração de imóveis construídos na cidade, totalizando 6.578. Observa-se, em 1937, o papel atribuído às construções escolares na constituição da nacionalidade. Ao prédio escolar cabia a função não só de instruir os mais novos, mas a de servir de modelo a ser irradiado para a sociedade (CARREIRA, 2015, p. 124).

Esse modelo era o cívico-patriótico, que permeou o discurso e as ações reformadoras da educação pública paulista dos anos 1930. Caberia principalmente à escola primária a missão patriótica de edificar a nação não só através da transmissão de conhecimentos, mas da formação do caráter, mediante a introjeção de virtudes morais e dos valores cívicos necessários à constituição da nacionalidade brasileira.

Além de mudanças na educação, registra-se a expansão da economia no pós-guerra, em 1945, época em que a cidade ampliava seu comércio, que recebia novos bens industrializados. O comércio desenvolvido pelos turistas e trabalhadores estrangeiros, além de produtos que chegavam, gerava renda para o município. Circunscrita numa área de aproximadamente 725 km^2, a cidade de Santos se dividia em área insular e continental. A parte insular, se localizava, e continua, na ilha de São Vicente, no litoral; a área continental compreendia a atual cidade de Bertioga. O

município, desde então, faz divisa com outras cidades da região, como Santo André, Mogi das Cruzes, Guarujá, São Vicente e Salinópolis e São Sebastião.

Quanto à população santista, uma grande parte vivia nos 68 km^2 da pequena área insular. Até 1950, tratava-se de uma cidade com grande população de imigrantes, vindos desde o final do século XIX (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses e sírios). As migrações vindas da Região Nordeste do Brasil somavam-se à população santista, que quase dobrou em meio século.

A esse processo de crescimento populacional e econômico aliava-se a necessidade de maior instrução, o que já vinha sendo estimulado desde a Proclamação da República, quando um pensamento de cunho mais liberal se estabeleceu e se começava a fomentar politicamente a urgência de se elevar o grau de instrução pública. Pereira (1996, p. 37) escreve que as influências das ideias europeias e norte-americanas fizeram com que se buscasse uma mentalidade empreendedora. A mesma autora afirma que os diversos movimentos operários se pautavam, em seus estatutos, por objetivos concernentes ao ensino popular (PEREIRA, 1996, 25).

A necessidade de a República se afirmar e construir uma identidade nacional vai se confirmar em eventos cívicos, culturais, sociais e esportivos que se realizavam nas cidades ‘privilegiadas’ pela presença de escolas republicanas. A cidade de Santos constituía uma plataforma desta expansão escolar.

Segundo Pereira (1996, p. 124), contavam-se, em 1911, 108 escolas, das quais 37 eram municipais; 26, estaduais isoladas; 29, particulares. A mesma autora (1996, p. 126) registra que a cidade de Santos atendia, em 1913, 53,8% da população escolar. Este dado mostra o protagonismo da educação nessa cidade no Brasil da época.

De acordo com Braga (2008, p. 39), em 28 de abril de 1900, foi criado, por decreto, o Grupo Escolar Estadual em Santos, instalado, em 13 de outubro do mesmo ano, numa casa na esquina das ruas Sete de Setembro e Brás Cubas (onde hoje se encontra a Escola Municipal Acácio de Paula Leite Sampaio), cedida por Júlio Conceição à Câmara para o funcionamento do primeiro grupo escolar. Observa-se que o grupo escolar de Santos (município) foi o Auxiliadora da Instrução. Escola que havia pertencido à Sociedade Auxiliadora de Santos e que foi doado à prefeitura.

Esse novo modelo de escola denominado de Grupo Escolar foi implantando, inicialmente, no Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Segundo Souza (1998, p. 16), “[...], os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época”. Tal mudança exigia uma formação atualizada do professor, a fim de que dominasse novos métodos de ensino e integrasse um novo modelo educacional. De acordo com Souza (1998, p. 16):

> [...]eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio dos novos métodos de ensino. A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola.

Observa-se que na passagem do século XIX para o XX, a formação de professores era uma das preocupações tendo em vista que esses profissionais em sua maioria eram pessoas leigas que possuíam poucos professores habilitados para o exercício do magistério. O cotidiano nos grupos escolares mostra a necessidade da formação do professor. O grupo escolar era marcado por vários eventos, exposição de trabalhos, festas, visitas, hinos, recepção de certificados, premiação de alunos ou turmas.

Souza (1998) e Azevedo (2009) evidenciam-nos isso ao analisarem os grupos escolares em São Paulo e em Sergipe. As premiações e elogios era uma forma de reconhecimento do desempenho do aluno durante o ano letivo, era uma maneira disciplinar de exaltar os que destacavam e despertar nos outros a motivação para alcançar resultados melhores. Depreende-se da implantação dos grupos escolares uma forma estratégica da recém república reunir num único espaço as escolas isoladas, e ao mesmo tempo, formar professores oferecendo-lhes uma nova concepção de ensino e outro modo de organização escolar em Santos a implantação de grupos escolares foi crescente.

Cabe destacar o envolvimento da elite santista no desenvolvimento educacional da cidade. O rico comerciante de café, João Otávio dos Santos, registrou,

em seu testamento, que parte do patrimônio que possuía fosse destinado à construção de uma escola (SILVA, 2010, p. 29).

De acordo com (Rocha, 2021, p. 62) João Octávio dos Santos, nasceu em 1830, em Santos no dia 8 de março e faleceu no dia 9 de julho de 1900, acumulou fortuna como pioneiro no comércio exportador de fumo e bananas para a Argentina e importador de trigo. Financiador da campanha abolicionista em Santos, apoiou os organizadores dos quilombos, acolhendo os escravos fugidos da província paulista. Dono de uma grande fortuna e sem herdeiros diretos, dedicou os últimos anos de sua vida exclusivamente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos nomeando-a mantenedora do Instituto Dona Escolástica Rosa; do qual foi provedor aproximadamente por vinte anos de 1875 a 1878 e de 1883 a 1896. Essa benemerência continuou no século XX e atualmente, como novos atores como veremos o envolvimento da sociedade pela causa da educação.

A sociedade, em geral, também se mobilizava para arrecadar dinheiro com o objetivo de construir uma escola. Essa doação era de dois cruzeiros, arrecadados por moradores que se colocavam à disposição para angariar fundos em prol da construção da Escola Nossa Senhora de Lourdes, fundada em 1948, para a instrução de crianças e adolescentes enfermos que não podiam frequentar o ensino regular. Essa empreitada contou com o apoio da Companhia de Água e Energia, a Cia. City. Concluída a obra e inaugurada a escola, ainda recebia doações (FERREIRA, 2005, p. 34).

Embora a elite fosse atuante na sociedade, e em causas nobres, como o apoio à educação e o amparo aos necessitados, também enfrentou dificuldades financeiras, tanto quanto a cidade de Santos, pelo fato generalizado, de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, período de crise mundial, que afetou as exportações e deixou a cidade economicamente inoperante. Contudo, na década de 1930, o processo de recuperação, embora lento, tornara-se visível. À crise financeira se acrescentou, em 1937, uma intervenção federal, que retirou da cidade, e das demais do país, a autonomia política. As eleições para o Legislativo só voltariam a ser realizadas em 1947. Já, para prefeito, só haveria sufrágio em 1953.

Os conflitos mundiais continuaram na década 1940, anos que marcaram o início e o fim da Segunda Guerra mundial. Tal conflito reduziu principalmente a exportação do café. Essa crise mundial fora gradativamente impedindo o fluxo de

mercadorias, o que fez com que a indústria nacional tivesse que ampliar sua capacidade produtiva para atender ao mercado interno. Tal expansão contribuiria com um desenvolvimento considerável ao final da Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário econômico, os anos seguintes foram marcados pela recuperação do comércio internacional. Em âmbito local, iniciou-se uma grande transformação da região, tornando a economia diversificada, ampliando o turismo e estimulando o crescimento da construção civil (SOARES, 1984, p. 64).

Nesse apanhado histórico, destaca-se o Instituto Geográfico de Santos, fundado, em 1937, por intelectuais e empresários da cidade. Abrigava um importante acervo documental do município e estimulava a pesquisa através de cursos e encontros com intelectuais. Outro dado importante a salientar foi o desmembramento do município de Santos do Distrito de Cubatão em 1948. Devido a esta divisão territorial, a cidade perdeu boa parte de seu território, mas sua população foi pouca afetada. Tal desmembramento se deu pela Lei Estadual nº 233, de 24 de novembro de 1949. Segundo o IBGE, em 1950, Santos tinha 206.920 habitantes (IBGE, 1950, p. 39), divididos entre a área continental e a insular, constando que a maior parte da população vivia na ilha, então densamente povoada.

No que tange à educação, a cidade atendia a boa parte dos alunos do ensino primário, tendo, no total, 145 escolas primárias, das quais 30 estaduais, 18 municipais e 97 privadas. Destas, 139 ficavam na ilha e 3 no distrito de Bertioga. Destas 145, 21 eram de ensino infantil; 110, de ensino primário comum; 10, de supletivos e 4, complementares (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 147).

Para atender à demanda do ensino primário, os docentes desta etapa, em 1950, eram 706, dos quais 272 estaduais, 170 municipais e 264, privados. Dos 706, 46 trabalhavam no ensino infantil; 633, no comum; 20, no complementar; 496 eram professores eram normalistas e os outros 210 não possuíam formação (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 159 e 165).

Contata-se que as matrículas no ensino primário eram numerosas. De um total de 24.450 alunos atendidos, 1.889 o eram na educação infantil; 21.382, na educação comum; 966, no supletivo e 213, na complementar. Destes, 13.176 homens e 11.274, mulheres (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 177). Estes dados mostram que a educação primária era acessível a grande parte da população.

As matrículas no ensino comum somavam 20.624, dos quais 7.209 em instituições estaduais; 5.680, municipais; 7.735, privadas. Concluíram o curso primário, em 1950, 2.842 alunos, sendo 786 de escolas estaduais, 669, de municipais; 1.387, de escolas privadas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 183 e 207). Segundo os dados levantados por Muller (1965, p. 161), Santos possuía, em 1940, 36.578 jovens de 0 a 9 anos. Supondo que a população tivesse aumentado ao longo dos anos 1940, é possível supor que em 1950 a cidade atendesse a quase metade dos alunos do ensino primário em idade escolar de 7 a 12 anos.

Segundo o Anuário Estatístico (1953, p. 233), o ensino primário fundamental atendia, em 1950, 21.382 alunos, dos quais 7.572 eram do primeiro ano; 6.057, do segundo ano; 4.191, do terceiro ano; 3.429, do quarto ano e 133, do quinto ano. Este levantamento demonstra que grande número de alunos poderia entrar, anualmente, para o ensino ginasial.

No âmbito da cultura dos anos 50, na cidade de Santos havia 6 bibliotecas públicas e 28 particulares. Ao todo, as bibliotecas contavam com 81.009 volumes, tendo 56 pessoas trabalhando nesses acervos (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 258). Estes dados evidenciam o investimento no campo da cultura que, para além dos livros, investia também em cinemas (15) e teatro (1). Registra-se que em 1950 foram realizados 9.475 espetáculos na cidade (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 289).

A cidade revelou a força transformadora do esporte. Em 1950, contava com 57 associações deste gênero, tendo 1.750 jogadores de futebol; 409 nadadores e jogadores de polo; 765, no basquete; 654, no vôlei; 379, no atletismo e 282 jogadores de tênis (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1953, p. 277). Esses dados mostram que o esporte era estimulado nas escolas como parte integrante do desenvolvimento do aluno.

Nesta perspectiva educacional, cabe, por fim, destacar que os estabelecimentos religiosos da cidade eram muitos e desenvolviam diversas atividades, entre elas o ensino. Em 1950, havia 18 igrejas e capelas católicas e 11 pertencentes aos protestantes. Destaca-se, ainda segundo o Anuário Estatístico, também a presença de grupos de espíritas, pelo menos dois, e grupos de culto africanos (, 1953, p. 295). A diversidade religiosa demonstra a presença de diversas etnias na cidade devido à atividade portuária.

É neste contexto de urbanização da cidade de Santos, migração, conflitos trabalhistas e expansão escolar que as Missionárias se inserem na Cruzada das Senhoras Católicas. Entretanto, faz-se necessário, pontuar a influência do Estado e da Igreja Católica na configuração da educação brasileira na década de 1930.

2.3 ESTADO E IGREJA CATÓLICA NA CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

O governo Vargas, desde o início, em 1930, foi marcado por mudanças nacionais, sobretudo na indústria e na urbanização, evidenciada pelo crescimento das cidades. Por outro lado, observa-se a interferência na área econômica devido às dificuldades no setor agrícola, frente ao forte incentivo à industrialização, que objetivava reduzir a dependência externa. Esse período foi caracterizado por um Estado forte, sustentado pelo discurso da modernização e do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

De acordo com Debald (2007), a Era Vargas desenvolveu uma nova etapa na economia e na política brasileiras. No contexto internacional, o Brasil sofreu os impactos da economia dos países do Primeiro Mundo. Impactos gerados pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com isso, o sistema capitalista foi fragilizado, como já vimos. O ápice se deu com a quebra da bolsa de Nova Iork, em 1929.

Para Nagle (2009), o governo provisório (1930-1934) marcou um período de transição do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial, que estabeleceu, além de uma nova estrutura de classes, uma nova fase na política e na economia do País. A sociedade era conduzida por novas regras de conduta, características do governo centralizador. Com a Revolução de 1930, o Estado sofreu mudanças estruturais, assim como na economia, nas políticas sociais e culturais.

> [...] Na verdade, o que se convencionou chamar Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920-1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. Foram estes movimentos que, em seu conjunto e pelos objetivos afins que possuíam iriam caracterizar a Revolução Brasileira, cuja meta maior tem sido a implantação definitiva do capitalismo no Brasil. Através desses movimentos e, sobretudo, através da Revolução de 1930, o que se procurou foi um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com setor tradicional, do ponto de vista interno, e, destes dois, com o setor internacional, do ponto de vista externo (ROMANELLI, 2010, p. 47).

Observa-se que o fortalecimento da indústria desvalorizou o setor agrário-exportador, que movimentou a economia do País até a Revolução. Neste cenário, dois grupos ganharam destaque como correntes. Romanelli (2010) explica que a primeira corrente era formada por militares e produtores de café, que “[...] desejavam mudanças apenas no sentido jurídico, ou propugnavam por uma troca de pessoas no poder [...]. A segunda corrente era liderada pelos revolucionários, “[...] que se propunham lutar por mudanças mais profundas [...]”, as quais atingiriam a educação por esta ser considerada a base de qualquer transformação para o país.

Essas iniciativas resultaram numa sociedade marcada pela desigualdade entre uma massa de trabalhadores analfabetos, uma classe média em crescimento e uma elite de origem rural. Com a presença dos tenentes nos principais cargos do governo, a tensão com as velhas oligarquias, principalmente a paulistana, deu origem ao movimento da Revolução Constitucionalista de 1932. O grupo reivindicou do governo a realização de eleições para elaboração de uma assembleia constituinte, o que não ocorreu. Entretanto, devido ao desgaste gerado pelo conflito paulista, em 1934 o governo convocou novas eleições e promulgou uma nova constituição.

A Constituição de 1934 promoveu reformas importantes no cenário brasileiro. Os avanços podem ser observados na Lei Eleitoral de 1932, que instituiu o voto secreto; deu direito ao voto feminino e tornou possível o voto aos 18 anos, até então possível apenas aos 21 anos. Também foi criada a Justiça do Trabalho, que instituiu a proibição do trabalho infantil e determinou: a jornada de trabalho de oito horas diárias; o repouso semanal obrigatório; as férias remuneradas; a indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa; a assistência médica e dentária, bem como assistência remunerada a trabalhadoras grávidas.

No que tange ao contexto político, a centralização do poder de Getúlio Vargas constituiu o principal traço característico de sua projeção enquanto líder político populista. Após a tentativa frustrada por parte dos esquerdistas de golpe, Vargas anulou as eleições de 1937 e instaurou o Estado Novo, dando início ao período de ditadura na história do Brasil, sob o discurso anticomunista. Em síntese, destacou-se com um governo centralizador, modernizador, com fortes traços de autoritarismo e controle, que incluía tanto a defesa dos interesses das elites como o domínio das

massas por meio de diferentes artifícios, especialmente em relação ao domínio dos sindicatos.

Depreende-se, desse cenário, que a educação, na Era Vargas (1930-1945), se configura como uma sociedade com traços herdados do Império, dentre os quais: o analfabetismo; os vazios demográficos; as distâncias entre interior e grandes cidades; as dificuldades de comunicação e acesso às informações. Esses aspectos dificultaram a implantação do processo de progresso de desenvolvimento almejado por seu governo. Na exaltação do nacionalismo, a educação passou a desempenhar papel fundamental na dinâmica de institucionalização de um novo regime.

Nesse regime, a educação parece revelar aquilo que o Estado Novo pensou para o Brasil: formar um “homem novo” para um Estado Novo; conformar mentalidades e criar um sentimento de brasilidade; fortalecer a identidade do trabalhador. Tudo isso fez parte de um grande empreendimento cultural e político, para o sucesso do qual se contava estrategicamente com a educação, por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos com os valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem internalizados (BOMENY, 1999, p. 139).

Neste sentido, a educação foi encarada como um instrumento de mobilização para o progresso do País. Um viés emancipatório, porém, uma prática excludente, pois o que se observa é uma diretriz educacional com vistas a uma formação eficaz, mas pouco atuante no tocante a se posicionar enquanto agente social, uma vez que, para a instauração do Estado Novo, foi implantado um cenário de repressão, violência e censura.

Tais princípios e medidas da reconstrução nacional promulgada por Vargas de um lado exigiam a renovação do ensino, o que ocorreu com a denominada Escola Nova, movimento liderado por intelectuais brasileiros que perceberam a necessidade de preparar a população para as transformações sociais, políticas e econômica que se pretendiam para o País. A educação seria o meio que esclareceria a sociedade, que, instruída, poderia acompanhar esse desenvolvimento e buscar sua ascensão social.

Esse movimento teve suais raízes na Europa e chegou ao Brasil no período republicano, por volta de 1882, mas foi por influência de Rui Barbosa, na década de 1920, que exerceu significativas mudanças no âmbito educacional a partir das

primeiras transformações pelas quais o País passou. Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Lourenço Filho eram alguns dos intelectuais à frente deste movimento. Constata-se que o movimento Escola Nova ganhou impulso com a Revolução de 30 e com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), reafirmando a preocupação deste grupo em reorganizar o sistema brasileiro de ensino a fim de combater a desigualdade social marcada pela política da Primeira República, voltada às grandes oligarquias rurais. Neste contexto, os intelectuais envolvidos projetaram que este seria o momento de introduzir o projeto modernizador que alcançaria a população por meio do ensino estatal, público e laico, trazendo para o cotidiano escolar as novas descobertas nos mais diversificados campos das ciências em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Nessa conjuntura, a Igreja era contra aos ideais da Escola Nova, pois o movimento defendia a escola laica, estatal e de ensino conjunto para meninas e meninos. Vale lembrar que Francisco de Campos era contrário ao movimento liberal, pois partia do pressuposto de que era pela implantação e o desenvolvimento de um governo autoritário que se atingiriam os rumos da modernidade.[17]

Segundo Lamego (1996), desde a Proclamação da República a Igreja Católica perdeu espaço junto ao governo. Devido à sua forte influência sobre parcela significativa da sociedade brasileira, principalmente a camada popular, somaram-se as intenções de Francisco Campos de implantar o regime totalitário por ele idealizado frente ao Ministério da Educação e Saúde, se une à Igreja Católica, implementa o ensino religioso no currículo das escolas públicas.

Evidencia-se que essas tensões entre Estado, Igreja e intelectuais, de acordo com Helena Bomeny (1999), foram significativas por enriquecer os debates nesse momento histórico, pois, a partir daí, a Igreja Católica, que nos anos que antecederam a década de 30 se articulava para voltar em cena, passaria utilizar a educação como base do seu discurso para disputar o poder no cenário político.

De acordo com Nagle (2009), os debates sobre a educação, iniciados na década de 20, se estenderam para as décadas posteriores, sendo profícuas em defesa da estrutura da escola pública em todos os níveis, principalmente pela natureza do ensino junto às camadas populares. Esse caráter inovador torna sua

[17] Modernidade: este conceito está explicitado na nota número 25, p. 102.

posição pública contrária ao ideário do governo também no ensino primário, uma vez que o nacionalismo de Vargas se pautava no desenvolvimento de valores cívicos e morais desde a infância, no intuito de formar uma juventude tomada por condutas e valores “corretos e recomendáveis”. Deste modo, acreditava, a formação do sujeito e da coletividade estaria garantida, bem como o combate a todo e qualquer modo de subversão. Esta breve contextualização dos acontecimentos relacionados à escola na década de 1930 interessou-nos por caracterizar um período histórico que contempla o recorte temporal desta pesquisa e colabora para compreender o objeto da pesquisa, que encontra na cultura escolar elementos modeladores de disciplina, como o ensino moral e cívico de acordo com os preceitos católicos. Escola e Estado buscavam garantir a ordem social por meio da disciplina. Neste contexto, registra-se a chegada das Missionárias de Jesus Crucificado em Santos para trabalhar na Cruzada das Senhoras Católicas.

2.4 FUNDAÇÃO: CRUZADA DAS SENHORAS CATÓLICAS

Segundo Certeau (1976, p. 33), “ir aos arquivos” é o enunciado de uma lei tácita da história”. Sob este aspecto documental, o arquivo dos Livros Tombo registra sobremaneira o trabalho educacional das Missionárias de Jesus Crucificado.

Figura 6 - Cruzada das Senhoras Católicas

Fonte: Acervo Iconográfico da Fundação Arquivo e Memória de Santos n. 03502.

A Cruzada das Senhoras Católicas era formada por damas da “alta sociedade”, expressão citada no Livro do Tombo de 1933, fl. 2. O mesmo livro menciona alguns membros da diretoria da época: presidente e fundadora: Nina Faria, esposa de Godofredo, comerciante riquíssimo, talvez a primeira fortuna de Santos; vice-presidente: Julinha Mendonça; tesoureira: Carmen Bellôt, esposa do vice-consul francês. Citados esses nomes o Livro Tombo não nomeia mais nenhum membro da diretoria. Apresenta somente os termos presidente e diretoria, impedindo, desse modo, a possibilidade de se identificar se houve alguma mudança na gestão. Fica claro que os problemas entre a Cruzada das Senhoras Católicas e as Missionárias, não envolvia toda a diretoria. A presidente e a tesoureira tinham um bom relacionamento com as missionárias e as ajudavam fora da Cruzada.

De acordo com o registro desse livro,[18] a primeira casa das Missionárias de Jesus Crucificado, fundada no litoral paulista, foi na cidade de Santos, no dia 29 de janeiro de 1933, na recém fundada diocese de Santos.

> Criada a diocese de Santos/SP em 4/7/24 pelo Papa Pio XI, seu primeiro bispo foi d. José Maria Parreira Lara, que tomou posse em 18 de abril de 1925, assumindo a diocese até 2 de outubro de 1934. D. José Maria, nos nove anos em que aqui esteve, deixou a marca da humildade, da simplicidade e da dedicação às famílias pobres e suas crianças. Disponível em: https://www.diocesedesantos.com.br/clero/b_001/ Acesso em: 13 out. 2020.

D. José Maria Parreira Lara, bispo da diocese de Santos, depois de vários convites à Associação das Senhoras Católicas, foi pessoalmente a Campinas pedir a d. Francisco Campos Barreto, fundador da congregação das missionárias, que atendesse ao seu pedido e as enviasse para dirigirem a Cruzada das Senhoras Católicas.

> A Cruzada das Senhoras Católicas foi fundada em 13 de dezembro de 1930 por um grupo de senhoras católicas, moradoras da região, para dar apoio ao serviço religioso na cidade (catequese). No decorrer do serviço, foi observada a necessidade de outros tipos de atendimento. A partir desse momento, a Instituição passou a atender a modalidade

[18] Livro do Tombo e documentos relativos às irmandades, recolhimentos, seminários, confrarias e santas casas – passíveis de serem quantificados e/ou englobados em séries temáticas, permitem vários tipos de análise e constituem, sob a ótica religiosa, ricos registros sobre a vida cotidiana. Cf. Eni de Mesquita Samara; Ismênia Spínola Truzzi Tupy. In: *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 168p. (História & Reflexões, 10).

> de escola profissionalizante para o sexo feminino, capacitando na área de trabalhos manuais, como: bordado, costura, flores, culinária, etc.[19]

Essa associação já havia sido fundada há algum tempo na cidade. A obra, de acordo com o Livro Tombo, já contava com um curso profissional para moças pobres e uma oficina de costura, sob a responsabilidade de uma contramestra, deixando para iniciar novos trabalhos depois de alguns meses, quando chegasse o reforço de novas irmãs (1933, fls. 1 e 2).

As missionárias vieram para a Cruzada das Senhoras Católicas com um contrato de dois anos, que lhes garantia casa e 100$000 de gratificação a cada missionária. Passaram, então, a receber 700$000. Portanto, eram pagas. Desde o início, começaram as desavenças. A diretoria exigia muito trabalho, mas sem organização. As senhoras católicas não concordavam, pois exigiam que os trabalhos se desenvolvessem para ajudar a manter a Cruzada, mas não davam condições para atingir a produção de costuras. Não era possível conciliar o trabalho com os deveres da vida religiosa (1933, fls.5v,6v e 12). Neste contexto, as primeiras missionárias que residiram nesta casa em Santos conviviam num clima tenso e hostil diante das contínuas desavenças entre a diretoria da Cruzada e as missionárias.

A primeira superiora da casa foi a irmã Verônica Cruz Martins, com as irmãs Rosa do Carmo Nicolau, Jordelina Pereira, Júlia Córdula Conceição e Benedita Brochado, que receberam das mãos do fundador, d. Francisco de Campos Barrreto, a nova fundação na cidade de Santos e fizeram a sua despedida de Campinas/SP. Elas ali chegaram em 28 de janeiro de 1933, esperadas e acolhidas na estação pela diretoria da “Associação da Cruzada das Senhoras Católicas (LIVRO TOMBO, 1933, f. 2).

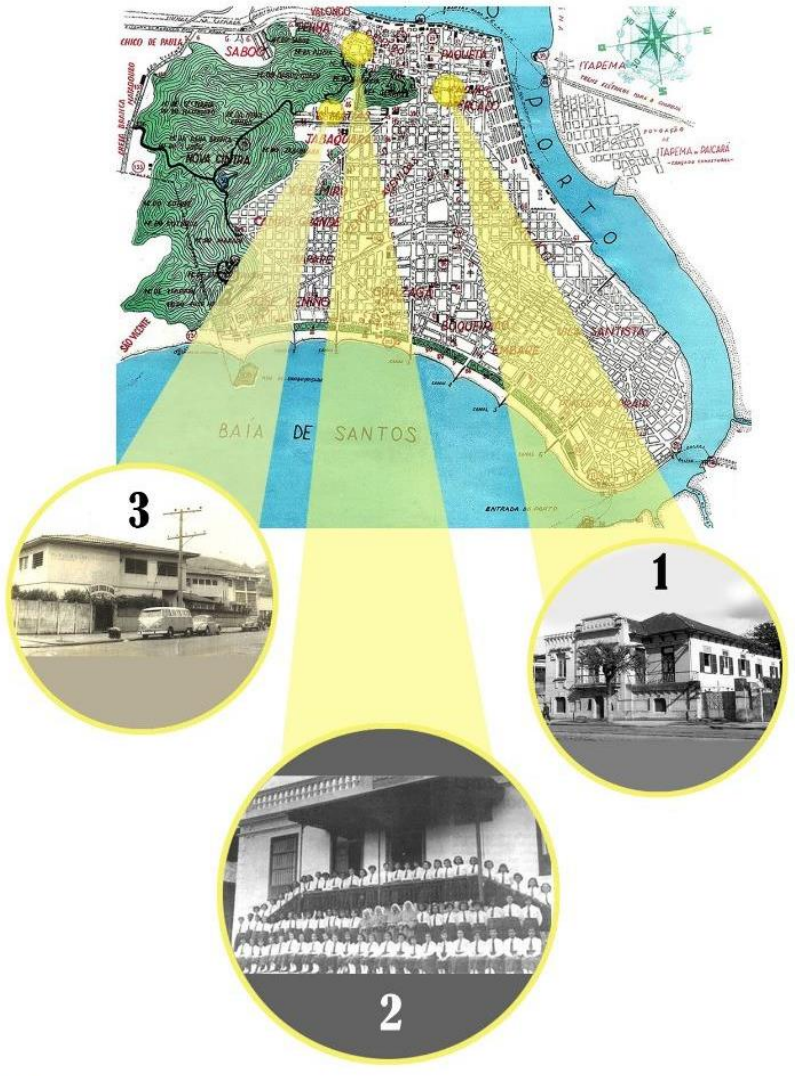
O novo endereço era uma casa no centro da cidade, à Rua Amador Bueno, 342. Conforme consta deste mesmo livro, desde o início o trabalho com a diretoria foi marcado por desentendimentos quanto à forma de vida das irmãs e às atividades da escola. A casa estava desprovida dos móveis necessários, pois nem o número de camas era suficiente. As irmãs, porém, contavam com o apoio de d. José Maria

[19] Disponível em http://www.cruzadasenhorascatolicas.com.br/conteudo/quem-somos- Acesso em: 13 out. 2020.

Parreira Lara. A madre geral, Maria Villac, que acompanhou as irmãs nos primeiros dias da fundação, e a comunidade logo constataram que se encontravam num meio difícil, em que as senhoras diretoras da associação tinham dificuldade de se adaptar às novas dirigentes da associação (LIVRO TOMBO, 1933, fl. 2 e 3).

2.5 PRIMEIROS TRABALHOS

Mapa 3 - Localização dos Colégios



1 Cruzada das Senhoras Católicas: Av.: Conselheiro Nébias nº156, Paquetá - Santos /SP
2 Colégio Casa de Nossa Senhora: Rua Visconde de Embaré nº 151, Valongo - Santos /SP
3 Colégio Casa de Nossa Senhora: Av.: Rangel Pestana nº 395, Jabaquara - Santos /SP

Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa48g.htm. Acesso em: 18 de mai. 2021.

No mapa acima será possível conferir os locais onde as missionárias trabalharam com o ensino primário e profissionalizante em Santos. Observa-se que não consta no mapa a Casa do Coração Eucarístico, no bairro do José Menino, pois se tratava de um pensionato, e o foco desta pesquisa é a atuação das missionárias na escola primária e profissionalizante. As missionárias também trabalharam na Avenida Ana Costa, 70, Vila Matias, com o ensino primário e profissionalizante, de 1956 a 1959. Não foi encontrada a foto desta etapa do colégio. Nota-se, no mapa, a proximidade dos colégios com as ações externas das missionárias - catecismo, formação do operariado com a doutrina social da Igreja; ações sociais com as famílias carentes e distribuição de bolsas de estudo. Vale lembrar que o colégio no bairro do Valongo ficava no sopé do Morro São Bento e o do Jabaquara, próximo ao acesso do Morro da Nova Cintra, áreas carentes, atendidas pelas missionárias nas etapas em que trabalharam nestes bairros.

O colégio era o centro de irradiação do apostolado das missionárias. Ali se planejavam os conteúdos das aulas do ensino primário e profissionalizante, as ações catequéticas e sociais que seriam executadas em diversos lugares da cidade, como veremos no percurso desta pesquisa. Importante sublinhar que vencido o prazo do contrato com os espaços locados, as missionárias se mudavam para outro lugar. Assim ficam explicadas as mudanças das missionárias: de 1933 a 1934, na Cruzada das Senhoras Católicas; de 1935 a 1956, no Colégio Casa de Nossa Senhora, na Rua Visconde de Embaré, 151; de 1960 a1972, no colégio Casa de Nossa Senhora, na Avenida Rangel Pestana, 395.

Observa-se a prontidão das irmãs ao magistério. Imediatamente após a chegada, dia 30 de janeiro de 1933, sem salas e acomodações próprias, elas iniciaram suas aulas de trabalhos manuais. Em 15 de fevereiro, fundaram, num bairro da periferia, o “Saboó”, o primeiro centro de catecismo. No dia 24 do mesmo mês, mais outro, para os pobres, o “Albergue Noturno”. No mesmo dia ainda, iniciaram, na catedral, o exercício da via-sacra com o povo. Logo, com o reforço da irmã Mathilde Chaim e da irmã Rosa Maria, foram iniciadas as aulas de corte e costura, de bordado e de flores para as alunas do patronato. Dia 6 de março de 1933 chegou de Campinas a irmã Maria da Ascensão Avelar. Neste dia, a sede da Cruzada foi mudada para a Avenida Conselheiro Nébias, 152, local mais confortável. D. José Parreira Lara celebrou a missa para as irmãs e benzeu a casa. À tarde, as irmãs, com grande

participação de pessoas de fora, iniciaram a meditação das Sete Palavras de Jesus na Cruz (LIVRO TOMBO, 1933, fls. 3 e 4).

Em abril, as irmãs iniciaram seu trabalho com os operários. D. Lara tentou desencorajá-las de fazerem este trabalho, porque “os operários de Santos, sobretudo das Docas, não são gente, mas verdadeiros animais selvagens. Irmãs, as senhoras nada conseguirão”. Apesar disso, a madre local pediu permissão para experimentar (LIVRO TOMBO, 1933, fl. 5).

D. Lara, ao tentar desencorajar o trabalho das missionárias com os portuários, destaca o comportamento hostil dos operários das Docas e, ao mesmo tempo, enquadra neste comportamento bruto os operários de Santos. Inicialmente, a sua preocupação com o trabalho das missionárias no porto parece demasiado. Verificou-se, pois, porém, que ele tinha razão, pois temia que pudessem ser desmoralizadas por tais operários. Neste sentido, Silva (2003, p. 149) destaca o comportamento comum entre os portuários ao escrever que disputas físicas eram frequentes no seu meio social, em geral por motivos fúteis. Ressalta também a rudeza no trato pessoal, o uso de palavra de baixo calão, cuja repercussão, se proferidas em outro ambiente, seria outra,

Contudo, as missionárias insistiram no trabalho com os operários, apesar das considerações do bispo sobre os riscos que poderiam correr na lida com um operariado de comportamento rude frente ao comportamento terno delas. Parecia, porém, que o bispo ignorava, ou desconhecia que o trabalho com os operários era parte integrante da missão das irmãs. Sua estratégia não era de enfrentamento ou militância sindical, mas a de levar aos operários, e a suas famílias, o conhecimento da doutrina social da Igreja e do catecismo para que soubessem defender a sua fé e não serem explorados pelos patrões. Ademais, o bispo continuou acompanhando o trabalho das missionárias e contribuindo com a missão delas na Cruzada das Senhoras Católicas.

Apesar do apoio do bispo, as dificuldades com a diretoria da Cruzada das Senhoras Católicas aumentaram. Essa diretoria exigia sempre mais trabalhos e muita coisa ao mesmo tempo, sem organização. Nem mesmo a vida espiritual das irmãs podia ser observada, pois elas eram constantemente interrompidas em seus atos de piedade. O apostolado ia sempre aumentando; as aulas também, como igualmente as

encomendas de flores, enfeites e bordados, que as obrigavam a trabalhar até tarde da noite (LIVRO TOMBO, 1933, fl. 6).

O apostolado interno consistia em aulas, como acima se viu; entretanto, o apostolado externo exigia muita dedicação e persistência, especialmente o trabalho com os operários: “As Irmãs continuavam sem desânimo o trabalho de catequese com os operários. Saíam convidando-os nas Docas,[20] nos armazéns de café, ouvindo, muitas vezes, respostas grosseiras, mas prosseguiam [...]”. Devido à sua persistência e à formação catequética, o trabalho com os operários cresceu muito, o que levou o bispo a se admirar, tanto assim que, na noite de 3 de junho, quis ir conferir pessoalmente o trabalho por elas realizado. Encontrou a sala da Cruzada repleta de operários, que estavam até aquele momento afastados da Igreja por falta de alguém que os chamasse. Ele e os padres jesuítas confessaram-nos até tarde da noite. No dia seguinte, na missa, celebrada pelo próprio bispo, comungaram 78 operários, que cantaram durante a celebração eucarística (LIVRO TOMBO, 1933, fl.6).

Apesar das dificuldades, incompreensões e das exigências sempre crescentes da diretoria, as irmãs continuaram o seu trabalho apostólico; além dos operários, continuaram se ocupando dos centros de catequese e das atividades educacionais na obra da Cruzada.

---

[20] A Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp - é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República. O marco oficial da inauguração do Porto de Santos é 2 de fevereiro de 1892, quando a então Companhia Docas de Santos (CDS) entregou à navegação mundial os primeiros 260 metros de cais na área até hoje denominada do Valongo. Com a inauguração, iniciou-se, também, uma nova fase para a vida da cidade, pois, os velhos trapiches e pontes fincados em terrenos lodosos foram sendo substituídos por aterros e muralhas de pedra. Foi de Braz Cubas a ideia de transferir o porto da baía de Santos para o seu interior, em águas protegidas. Por mais de três séculos e meio, o Porto de Santos, embora tivesse crescido, manteve-se em padrões estáveis, com o mínimo de mecanização e muita exigência de trabalho físico. Em 12 de julho de 1888, pelo Decreto nº 9.979, após concorrência pública, o grupo liderado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle foi autorizado a construir e explorar, por 39 anos, depois ampliado para 90 anos, o Porto de Santos. Inaugurado em 1892, o porto não parou de se expandir, atravessando todos os ciclos de crescimento econômico do país, com o aparecimento e o desaparecimento de tipos de carga, até chegar ao período atual, de amplo uso dos contêineres. Açúcar, café, laranja, algodão, adubo, carvão, trigo, sucos cítricos, soja, veículos, granéis líquidos diversos, em milhões de quilos, têm feito o cotidiano do porto, que já movimentou mais de l (um) bilhão de toneladas de cargas diversas, desde 1892 até hoje. Em 1980, com o término do período legal de concessão da exploração do porto pela Companhia Docas de Santos, o governo federal criou a Companhia Docas do Estado de S. Paulo (Codesp), empresa de economia mista, de capital majoritário da União.

Em 2013, o Porto de Santos superou a marca dos 114 milhões de toneladas movimentadas, antecipando em um ano a projeção-base para 2014, que era a movimentação de 112,6 milhões de toneladas. Disponível em: https://ecossis.com/clientes/codesp-companhia-docas-do-estado-de-sao-paulo/ Acesso em: 14 out. 2020.

Em certas ocasiões, as irmãs quase desistiram da obra, como em 1934, em que a madre Hermantina Passaglia visitou a casa, em nome da madre geral. Quis ela telefonar imediatamente à madre Maria Villac, dizendo ser necessária a retirada das irmãs o quanto antes. Várias vezes o bispo teve que intervir como mediador (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 10). As evidências mostravam dificuldades de entrosamento entre o trabalho educacional e a vida conventual:

> A Presidente da Cruzada das Senhoras Católicas apresentou um novo horário para as aulas das 12 às 17h30 horas. A Madre local não aceitou, explicando que tantas horas de aula privavam inteiramente o apostolado das Irmãs, pois, pela manhã, seriam obrigadas a ficar em casa para fazer os seus atos de piedade. As senhoras, porém, não concordaram, pois exigiam que os trabalhos se desenvolvessem para ajudar a manter a Cruzada e não chegavam a compreender que meninas apenas principiantes eram incapazes de executar encomendas para rendimento da casa (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 11).

Neste contexto de desavenças na condução da Cruzada da Senhoras Católicas, d. Francisco de Campos Barreto, fundador das Missionárias de Jesus Crucificado - que viera a Santos para a passagem do cardeal Eugênio Pacelli, que ia participar do Congresso Eucarístico de Buenos Aires -, presenciou a uma grande manifestação dos operários, que lhe agradeceram por ter mandado as irmãs àquela cidade, e lhe pediram que nunca as retirasse de lá, o que, d. Barreto, comovido, lhes prometeu fazer (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 16).

Essa promessa estava na iminência de se encerrar, pois o contrato entre a congregação e a Cruzada exigia que, em caso de alguma das partes não querer continuar, esta avisasse a outra três meses antes. A madre Verônica, acompanhada por outra irmã, em 22 de outubro de 1934 foi à casa da presidente da Cruzada e lhe comunicou que, terminado o prazo do contrato, deixariam a direção da Cruzada, ao que a presidente nada objetou (LIVRO TOMBO, 1934, fl.16).

Cabe ressaltar que d. Lara conhecia todas as dificuldades enfrentadas pelas irmãs; por isso, ofereceu-lhes a casa da cúria para morarem até encontrarem outra casa, além de 200$000 mensais para ajudar nas despesas. Nos primeiros dias de novembro, porém, as irmãs souberam da transferência de d. José Maria Parreira Lara para Caratinga/MG. Impossibilitado de cumprir essas promessas devido à sua transferência, deu outra solução ao problema para que as irmãs continuassem em Santos (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 16).

Como encaminhamento da solução ao problema, d. José conversou com o prior do mosteiro de São Bento e pediu-lhe para ceder a elas uma casa ao lado do mosteiro, de modo a poderem ficar em Santos. Era uma casa que necessitava de muitas reformas, pois estava abandonada. “Essa casa que o mosteiro adquiriu somente por ser nas suas proximidades, estava quase em ruína; era antes um barracão abandonado” (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 17).

Dada a urgência da reforma, d. José pediu ao prior que fizesse o que fosse necessário e cedesse a casa gratuitamente, ao menos por dois anos, até que as irmãs pudessem pagar o aluguel. Ele próprio, uma tarde, foi ter com o prior, seguindo depois para a Cruzada, e disse à madre, muito contente: “Vim aqui trazer uma solução ao seu caso”. Convidou-a a ir ver a casa na mesma tarde, o que fizeram imediatamente. Todos viram nesta oferta a resposta de Deus, que não queria que as irmãs deixassem seu promissor trabalho em Santos (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 17).

Num processo de mudança da Cruzada para a casa e o colégio que os beneditinos iam reformar para as missionárias e em meio aos preparativos dessa mudança, os trabalhos continuaram e as estratégias para dificultar o trabalho das irmãs no novo colégio foram articuladas para garantir a permanência dos alunos na Cruzada sem a sua presença:

> No fim de novembro, levaram ao celeste banquete mais uma turma de operários e também encerraram as aulas com uma festinha de palco e outra exposição de trabalhos. A presidente, receando que as meninas acompanhassem as irmãs à nova casa que iam abrir, não quis distribuir prêmios no encerramento, como era costume, e prometeu que todas teriam o prêmio por ocasião da matrícula do próximo ano. Em companhia de outros membros da diretoria, foi às aulas falar às meninas, que as irmãs sairiam da cruzada, mas que as aulas continuariam, pois viriam outras religiosas para tomar a sua direção. As alunas, porém, não se conformavam com a saída das irmãs e todas diziam que iriam terminar o curso na casa das missionárias (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 18).

Diante das manifestações das alunas, o curso continuaria na Cruzada, mesmo sem a presença das irmãs. A presidente pediu que estas se retirassem no fim de dezembro de 1934, para a obra começar o ano com nova direção, dando-lhes a mensalidade correspondente ao fim do contrato. A saída antecipada das irmãs criou outro problema: a futura casa não tinha sido reformada ainda; por isso, a princípio, não teriam onde morar. Constituiu-se outra dificuldade ainda, pois a reforma de sua nova residência não estava pronta e elas não poderiam abandonar de repente todos os seus trabalhos apostólicos. Depois de consultar a madre Maria Villac, madre

Verônica foi ao Colégio Coração de Maria,[21] dirigido pelas religiosas da congregação do mesmo nome e pediu à madre superiora para hospedar as missionárias durante um mês. As irmãs do Coração de Maria as acolheram com muita amizade e caridade (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 18).

> Pensaram em esperar em Campinas, mas como podiam abandonar os seus diversos cursos de apostolado, justamente nesta época em que deixavam a cruzada e quando, na mesma cruzada, procuravam espalhar que também deixariam definitivamente Santos? Seria dispersar tanto trabalho que lhes custaram inúmeros sacrifícios. Depois de consultar a nossa querida madre Verônica, foi ao Colégio "Coração de Maria", dirigido por religiosas dessa congregação e pediu à madre superiora de hospedar as missionárias durante um mês. Essas boas religiosas lhes franquearam, com muita amizade e caridade, a sua casa (LIVRO TOMBO, 1934, fls. 18 e 19).

Neste processo de transição entre a hospedagem no Colégio Coração de Maria e a mudança para a casa cedida pelos beneditinos, as irmãs faziam campanhas para angariar donativos e comprar todo o necessário à nova casa e poupar o necessário para os primeiros meses, pois o bairro onde iam morar era pobre. Pensavam se num bairro tão pobre teriam alunos em condições de pagar o suficiente para que pudessem arcar com todas as despesas. Era a primeira vez que as irmãs recorriam à caridade pública. Nesta coleta, receberam muitos donativos em dinheiro, móveis e louças. Os operários, as senhoras que frequentavam os seus cursos de catecismo, as moças, as apóstolas de Maria, todos procuravam ajudá-las e os que, pela pobreza, não podiam cooperar com alguma coisa, pediam a outras pessoas que cooperassem com as irmãs. Essas dificuldades levaram os operários a propor o aluguel de uma casa para elas, dizendo: "Faremos todos os sacrifícios necessários, mas de Santos as missionárias não hão de sair" (LIVRO TOMBO, 1934, fl.18 e 19).

Observa-se que o conflito entre a diretoria da Cruzada e as irmãs tornava a convivência insuportável. Era público o controle excessivo sobre o apostolado das irmãs, a tal ponto de não quererem que os operários e seus demais assistidos mantivessem contado com elas na nova residência. Diante desse impasse, a conselho

[21] Fundada em 1° de setembro de 1904, a congregação do Coração de Maria iniciou as atividades através da madre Maria Ignez Negrini e de um grupo de irmãs vindas a Santos com a missão de educar. Por 60 anos, funcionou em um prédio no bairro Vila Nova; depois, mudou-se para o atual endereço, na Avenida Senador César Lacerda de Vergueiro, na Ponta da Praia. Encerrou as atividades em 2019. Disponível em: https://www.atribuna.com.br/cidades/santos/centen%C3%A1rio-col%C3%A9gio-cora%C3%A7%C3%A3o-de-maria-ser%C3%A1-fechado-neste-ano-em-santos-1.67306 Acesso em: 13 out. 2020.

do secretário do bispado, retiraram-se da Casa da Cruzada em 22 de dezembro de 1934, às 17h00, depois de haver entregue à diretoria o inventário dos móveis e utensílios e da devida limpeza. Além disso, a presidente exigiu também que a madre lhe entregasse todos os livros de matrícula de todos os cursos de catecismo, não dando nem mesmo tempo para que as irmãs fizessem uma cópia. Assim, elas perderam todas as matrículas primitivas, até mesmo dos operários (LIVRO TOMBO, 1934, fls. 20 e 21).

Percebe-se, entre os membros da diretoria e as sócias da Cruzada que as irmãs tinham o apoio e a amizade de algumas pessoas que nada podiam fazer para minorar o conflito provocado pela diretoria. Este contexto marcou a ida das irmãs para o Colégio Coração de Maria, em cuja calçada se encontraram com sua madre geral, Maria Villac, que viera de Campinas especialmente para confortá-las. Durante o tempo em que estiveram na Cruzada, foi a assistência contínua de d. Barreto e da madre Maria Villac que as manteve, sempre generosas e animadas, em sua vida religiosa e em seu trabalho pastoral (LIVRO TOMBO, 1934, fl. 20).

No tocante ao apostolado, enquanto estavam no Colégio Coração de Maria, as reuniões com os operários continuaram, à noite, na catedral, até ficar pronta a nova casa. As reuniões com as senhoras e moças passaram a funcionar no Colégio Coração de Maria. As irmãs Jordelina e Eurydice, do dia 15 de janeiro de 1935 em diante, iam do Colégio Coração de Maria à nova casa para fazer a matrícula das crianças que aparecessem com a pretensão de ingressar no externato que elas iam abrir a fim de se manter na cidade. As irmãs levavam para a nova casa, ainda em obras e desprovida de tudo, somente uma moringa d'água e pediam emprestada ao vizinho uma mezinha e duas cadeiras em que faziam a matrícula. Esses dois primeiros anos das missionárias na Cruzada foram frutuosos, apesar das dificuldades já mencionadas (LIVRO TOMBO, 1934, fls. 21v, 22v e 23).

De acordo com a avaliação registrada nesse livro, de 1933 e 1934 - os dois primeiros anos das missionárias em Santos -, os trabalhos foram realizados a contento, não obstante as dificuldades enfrentadas com a diretoria da instituição. Terminada a reforma da nova casa, as irmãs saíram do Colégio Coração de Maria e para lá se mudaram, embora ainda faltassem alguns móveis tanto para a escola e quanto para a moradia.

2.6 NOVA CASA E COLÉGIO NO MORRO SÃO BENTO

Segundo o Livro Tombo, em fevereiro de 1935, foram abertas as aulas do externato e do patronato, com o fim de manter as irmãs e o seu apostolado em Santos. Neste primeiro dia de aula, a matrícula atingiu quase 200 alunos. Diante de tantos alunos, e sem o mobiliário suficiente para os atender, a madre mandou fazer algumas mesas de cavaletes e bancos para servir de carteiras até que pudessem adquirir as mesas (LIVRO TOMBO, 1935, fl. 26). O quadro 5 mostra como a casa ficou constituída.

Quadro 5 - Corpo docente e séries (a)

Primeiro ano feminino	Irmã Jordelina Maria do Divino Martir	
Primeiro ano masculino	Irmã Benedicta Maria da Mansidão de Jesus	
Segundo ano misto	Irmã Deolinda Maria do Amor Generoso	
Patronato	Irmã Rosa de Maria	Costura
	Irmã Eurydice Maria do Bom Conselho	Bordado e Flores

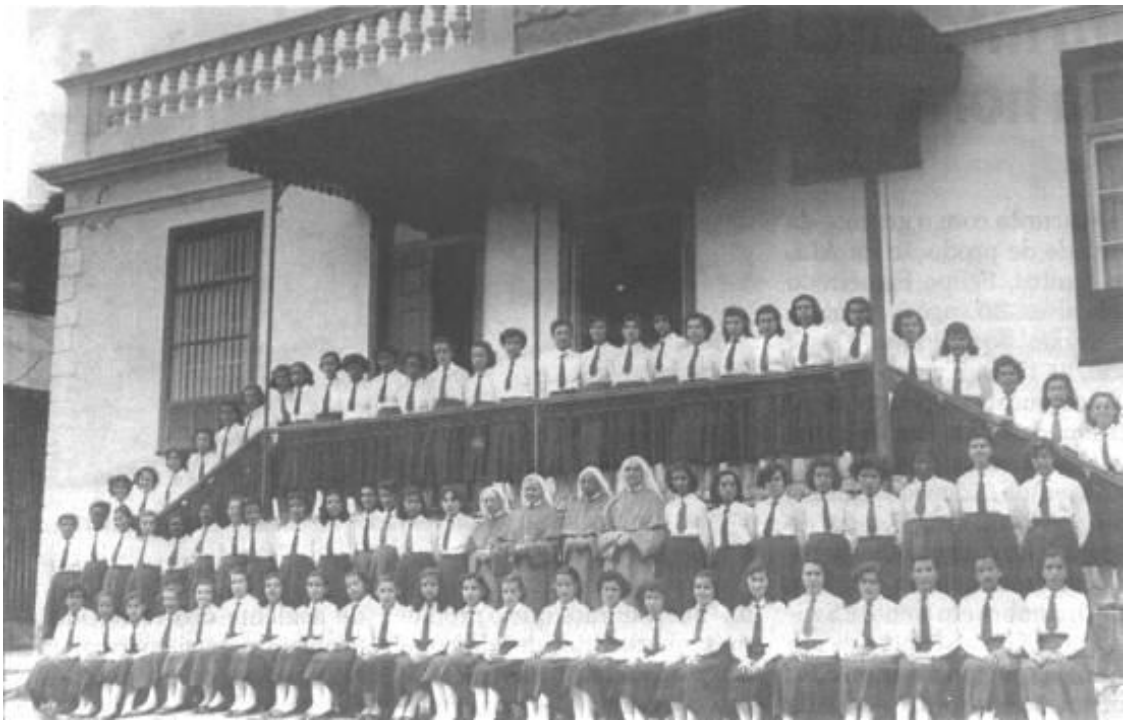
Fonte: Livro tombo 1935 (fls.26 e 26v).

No início das aulas, um contrato foi assinado com os beneditinos. A madre geral Maria Villac assinou o contrato com o mosteiro, representado por seu prior, d. João Evangelista, que se comprometeu a ceder gratuitamente a casa e a dar assistência espiritual às irmãs durante dois anos, com a condição de o Externato ser obra dele dependente (LIVRO TOMBO, 1935, FL. 27). Embora as aulas já se tivessem iniciado e o contrato já assinado, a inauguração da “Casa de Nossa Senhora das Lágrimas” só ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1935.

> Às 8h da manhã foi celebrada a missa na catedral pelo Reverendíssimo Digníssimo Cura Padre Agenor Sant’Anna; a santa missa foi assistida pelas Missionárias, por muitas pessoas amigas, pelas alunas do colégio que dirigem, pelo batalhão dos Operários de Nossa Senhora das Lágrimas. A santa missa foi acompanhada por piedosos cânticos entoados pelas alunas e operários! Ao final da missa, a imagem de Nossa Senhora das Lágrimas foi abençoada por Dom João, Prior de São Bento, auxiliado pelo Padre Agenor Sant’Anna, e por outro Beneditino, Dom Luiz. Saiu então da catedral a procissão com a imagem de Nossa Senhora das Lágrimas para tomar posse de sua casa à Rua Visconde de Embaré, 151. A madre geral das Missionárias de Jesus Crucificado, madre Maria do Calvário que fora a Santos especialmente para proceder a essa inauguração, terminando a cerimônia da catedral, dirigiu-se imediatamente a casa afim de receber Nossa Senhora das Lágrimas e a sua grande comitiva. Foram registradas a presença do Prefeito Municipal, do Consul francês, Superintendente da Companhia Docas, Famílias santistas, operários católicos e o povo em geral, que estava abrilhantando com sua presença a inauguração da Casa de Nossa Senhora das Lágrimas. A casa foi visitada por todo o povo e as Missionárias serviram

> doces, café e distribuíram como lembrança deste grande dia, Imagem de sua grande Riqueza! (LIVRO TOMBO, 1935, fls. 27v, 28, 28v, 29 e 29v).

Figura 7 - Colégio Casa de Nossa Senhora



Fonte: Jornal A Tribuna, 27 de fevereiro de 2009, na seção *Foto do passado*, página A-13. A imagem, de 1952, pertence a uma das então alunas, Isabel Barazal Luiz, que aparece entre as demais estudantes.

A casa das missionárias era anexa ao colégio recém-inaugurado. A foto acima mostra a fachada do colégio, um espaço comumente registrado em fotografias com os alunos e as missionárias. No final do século XIX, propagou-se a difusão de fotografias escolares em decorrência da constituição dos sistemas nacionais de ensino. As classes escolares, retratos e fotos de formatura fomentaram o comércio de fotografias, tornando a escola objeto importante do olhar fotográfico (BENCOSTTA, 2011; LEITE, 2005).

Destaca-se na foto acima uma imagem recorrente nos álbuns das Missionárias de Jesus Crucificado. Nota-se uma imagem bastante comum de turmas. Nesta, certamente estavam todos os alunos e todas as alunas do colégio, em fileira. Não se sabe se havia alguma hierarquia entre os alunos. Mesmo assim, deduz-se, pela presença e postura das missionárias no centro da foto que havia ordem a disciplina,

pela ocupação de lugar estratégico para ver e perceber qualquer ruído ou mau comportamento, e coibi-lo. A organização em fileiras atendia ao enquadramento da câmera fotográfica.

Os alunos, uniformizados e acompanhados pelas professoras missionárias, posam para a foto mantendo o sentido de ordem e disciplina. Meninos e meninas parecem esboçar um leve sorriso. A historiografia das missionárias não menciona nenhum detalhe sobre o uniforme, mas era comum, na época, ter dois uniformes: um, de uso diário; outro, de gala, para as festas. O uniforme dessa foto era, provavelmente, o de gala, devido à importância do evento, a respeito do qual faltam dados para informar.

De acordo com Lonza (2005, p. 96-132), na História do uniforme escolar no Brasil, no período de 1930-1945, que compreende a chamada era Vargas, constata-se o uso de uniformes com gravata e saia para alunas, e calça e gravata para alunos. Este modelo predominou neste período. Tratava-se de uma forma de identificar o colégio. Afora isso, dava prestígio nas ruas aos alunos que o portavam, os quais, em geral, procediam de boas famílias e se tornariam profissionais de alto nível.

Evidencia-se, a partir desse uniforme do colégio, que as missionárias tinham o trabalho social, religioso e educacional reconhecido pelos santistas, que, de fato, não queriam sua saída da cidade, tal o reconhecimento demonstrado pelo grande número de alunos, de operários e autoridades civis e religiosas presentes à inauguração da nova casa e do colégio no Morro São Bento.

Outra manifestação de apreço pelo trabalho das missionárias resultou no montante arrecadado antes de terminar o primeiro mês na nova casa. A madre, depois de pagar todas as despesas, ainda colocou no Banco de Campinas 12.000$000! Tudo isso as irmãs receberam em donativos, por elas mesmas angariados no comércio e entre pessoas amigas. A madre, antes de se apresentar no comércio para pedir auxílios, publicou, num dos jornais da terra, alguns artigos como propaganda dos trabalhos do apostolado social das irmãs (LIVRO TOMBO, 1935, fl. 30).

No tocante à vida das missionárias e dos donativos arrecadados, estava um trabalho consagrado a Nossa Senhora da Lágrimas, padroeira do colégio. Logo no início desta devoção e do trabalho educacional, tal devoção foi “supressa pelo Santo Oficio declarando Roma que nada havia de sobrenatural naquela devoção” (LIVRO TOMBO, 1935, fl.31v.).

> Por ordem da Sagrada Congregação do Santo Ofício, as missionárias deviam cessar imediatamente a devoção à Nossa Senhora das Lágrimas. A madre Verônica contou à comunidade como foi edificante a obediência pronta e inteira dos fundadores ao receberem a carta da Nunciatura transmitindo essa ordem. Fortificadas por esse exemplo, as irmãs retiraram imediatamente da capela a imagem de Nossa Senhora das Lágrimas e mandaram tirar da placa da casa este título, ficando agora – Casa de Nossa Senhora (MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO, p. 89).

Com a mudança do nome, o colégio passou a se denominar, daquele momento em diante, Colégio Casa de Nossa Senhora. Nota-se a seriedade desde trabalho educacional com a apresentação dos resultados desse primeiro ano escolar à madre geral Maria Villac. Destaca-se a presença de d. Paulo, que acompanhava o trabalho das missionárias no colégio. Com a exposição de trabalhos e homenagens se encerrava o ano letivo.

> Realizou-se hoje o encerramento do ano letivo. Às 17 horas chegou de Campinas a Nossa querida madre geral acompanhada pela Reverenda madre Branca Maria do Coração Manso de Jesus, que, com bondade de mãe, quis vir receber o resultado dos trabalhos do primeiro ano escolar de suas filhas. Às 19h, Sua Excelência Dom Paulo de Tarso Campos abriu a primeira exposição de trabalhos desta casa, com uma bênção especial. Esta, foi artisticamente armada na sala principal da Casa de Nossa Senhora. Em seguida, Sua Excelência foi convidada pelas nossas Madres Geral e Local ao salão onde as alunas lhes dedicaram a festinha do encerramento do seu primeiro ano escolar. Uma aluna o saudou com palavras de respeito e carinho (LIVRO TOMBO, 1935, fl. 37).

Terminada a exposição de trabalhos, que consistia em tornar públicos os trabalhos manuais produzidos pelas alunas - tais como bordado, costura, flor e artificial -, madre Verônica Maria do Santo Sudário entregou os primeiros diplomas do curso de trabalhos manuais a nove alunas que começaram o curso na Cruzada. Também distribuiu prêmios e santinhos a todas as classes. Constata-se que o colégio, após o primeiro ano na nova sede, e apesar da pobreza do bairro em que se encontrava, manteve-se sempre com grande número de alunos e rendeu, mesmo com suas mensalidades acessíveis, 16:032$000.[22] As irmãs receberam, em donativos, 21:009$200. Pagaram todas as despesas da fundação e ainda ficaram com um saldo de 15:000$000 (LIVRO TOMBO, 1935, fls. 37 e 38v). Feito o balanço deste primeiro

[22] REAL: Período Colonial até 7/10/1833. Era popularmente conhecido como Réis. R (até 7/10/1933). MIL RÉIS: vigorou a partir do Segundo Império. Rs (de 8/10/1833 a 31/10/1942). CRUZEIRO: Em 1942, com a inflação durante a 2ª Guerra, o Real vira Cruzeiro e 3 zeros são cortados. Cr$ (de 1º/11/42 a 12/2/67). Disponível em:
http://www.educacional.com.br/reportagens/dinheiro/brasil.asp Acesso em: 13 out. 2020.

ano na nova sede, reiniciaram-se as aulas em 1936, ano em que venceria o contrato com os beneditinos.

Neste contexto, mediante o vencimento próximo do contrato e a reabertura das aulas, constatou-se que o espaço do colégio já era pequeno para o número de alunos que, anualmente, aumentava. Vencido o contrato no mês de dezembro de 1936, as irmãs planejavam alugar outro espaço que abrigasse o colégio na cidade. Para isto, tinham conseguido receber uma subvenção das Docas para pagar o aluguel. Outro motivo para a mudança, segundo as irmãs, era que o ponto do atual colégio não facilitava os trabalhos apostólicos. Apesar dos argumentos apresentados, a rescisão foi frustrada (LIVRO TOMBO, 1936, fl. 45v.)

Essa negociação não foi aceita pelo prior, que argumentou que, se mudassem, iriam fechar o colégio, que já estava bem encaminhado no local. Ofereceu um novo contrato por três anos, com a condição de pagarem 200$00 mensais para serem empregados nos consertos necessários à casa. A proposta foi aceita pela madre Verônica e a madre geral, à condição, porém, de continuarem a alugar a sede para os trabalhos de apostolado. O colégio já estava pequeno para o colégio e os beneditinos não queriam construir, mas concordaram que o instituto construísse as salas necessárias, comprometendo-se a pagar esta construção caso as irmãs deixassem a casa em qualquer tempo (LIVRO TOMBO, 1936, fl. 45v.).

Acordado entre as partes o novo contrato, o reverendíssimo prior mandou fazer a planta, orçada em 40:000.000. Além da construção, a madre foi obrigada a fazer na casa várias reformas necessárias. Do total orçado, as irmãs tinham apenas 31:000$000 de economia. Contudo, a madre geral, juntamente com d. Barreto, aprovou a obra para que as irmãs pudessem desenvolver o seu externato e ter um pouco mais de expansão nos cômodos reservados à clausura. No início das férias, foram iniciadas as reformas internas da casa (LIVRO TOMBO, 1936, fl. 46).

Assim sendo, findo mais um ano escolar em novembro de 1936, d. Paulo de Tarso Campos, com uma bênção, abriu a exposição de trabalhos e, em seguida, presidiu a festa escolar. Entregou os diplomas de trabalho, costura, corte e flores a dez alunas.

> Filho de José Vicente de Campos e de Ana Guilhermina Mendonça de Campos, d. Paulo de Tarso Campos nasceu em Jaú/SP, em 24 de agosto de 1895. Seus primeiros estudos foram realizados no Grupo Escolar Pádua Sales, de Jaú, e na Escola Modelo Caetano de Campos, em São Paulo.

> Realizou seus estudos eclesiásticos no Seminário Menor de Pirapora e no Seminário Provincial de São Paulo, onde completou os estudos de Filosofia e Teologia. No dia 15 de agosto de 1920 foi ordenado sacerdote, na Igreja da Consolação, em São Paulo, por d. José Marcondes Homem de Mello. De 1923 a 1928 exerceu o magistério no Seminário Provincial de São Paulo, seguindo depois para Lovainam na Bélgica, onde especializou-se em Ciências Sociais. Foi eleito bispo de Santos em 1º de junho de 1935. Cf. Disponível em: https://www.diocesedesantos.com.br/clero/b_002/ Acesso em: 14 out. 2020.

Esse ilustre bispo, como atesta o excerto acima, antes de se retirar da formatura, dirigiu algumas palavras à assistência. Esta festa foi assistida pelo reverendíssimo prior, por diversos beneditinos, pelo secretário de sua excelência, e por muitas pessoas.

O primeiro bispo de Santos, d. Lara, como o segundo, d. Paulo, tinham um bom relacionamento com as missionárias. Os Livros Tombo, já referenciados nesta pesquisa, mostraram um zelo apostólico de parte de ambos, manifestado no acompanhamento das missionárias, dando-lhes assistência material e espiritual, apoiando-as em seus trabalhos na diocese. Evidência disso era a sua presença na casa das missionárias e nas formaturas. O êxito desse trabalho se refletia no aumento de matrículas no colégio, que constantemente era ampliado. Por outro lado, viam com preocupação o trabalho com o operariado, apostolado inédito na cidade, ainda mais praticado por religiosas num ambiente predominantemente masculino.

O novo ano escolar haveria de se iniciar em fevereiro, com uma matrícula de quase 200 alunos (LIVRO TOMBO, 1937, fl. 49). As obras de ampliação iniciadas ainda não haviam sido concluídas e continuaram durante as férias de julho e adentraram o segundo semestre, justamente porque a construção ainda não havia terminado. Muitas dificuldades sobraram para a madre geral. D. João, monge beneditino, que então dirigia a obra, foi para a Europa e a madre se viu à frente dos trabalhos, confrontando-se com uma modificação na planta proposta por d. João feita sem consulta às irmãs. O que apareceu foi uma grande umidade numa das paredes, além de diversas nascentes perto do alicerce. As irmãs, inexperientes em obras, recorreram ao pai fundador para examinar essa construção. As alunas formadas o esperavam na entrada e, entre vivas e palmas, o receberam. O fundador almoçou com suas filhas e as orientou sobre a obra:

> Almoçou com suas filhas, examinou a construção e depois de orientar a madre embarcou para o Rio. Nosso Pai achou que nada se devia fazer na parede. D. João que resolva esse caso quando voltar. Assim vai ser logo

> terminada. Ao despedir-se de suas filhas na estação, nosso querido Pai prometeu voltar para a inauguração do novo prédio (LIVRO TOMBO, 1937, fl. 49, 54 e 55).

No dia 17 de setembro de 1937, d. Barreto veio de Campinas benzer as novas salas de aula e proceder à sua inauguração. Veio também a madre geral fazer a visita anual, acompanhada de madre Verônica, e também da madre Branca Maria do Coração Manso de Jesus. No dia seguinte, procedeu à bênção das novas salas:

> As 7 horas da manhã, com assistência das missionárias oblatas externas e das alunas do colégio e de muitas pessoas amigas, nosso Pai celebra a Santa Missa, que foi acompanhada por piedosos cânticos entoados pelas alunas. Em seguida ao café, que foi servido também a todas as pessoas presentes, nosso amadíssimo Pai, acompanhado pelo seu secretário, Padre Roque, por dois Padres Beneditinos, pelo Reverendíssimo Padre Agenor Maria Sant'Anna, pela nossa querida madre, todas as irmãs, missionárias externas e alunas, foi ao novo prédio, onde solenemente o benzeu. As salas de aula estavam artisticamente enfeitadas. As missionárias e a nossa madre uma visita. Nosso amado Pai falou durante a missa, agradecendo aos presentes toda a amizade e proteção que tem dispensado as suas filhas missionárias, congratulando-se pelo progresso desta Casa, hoje aumentada com novas salas. Neste dia, as alunas inauguraram um novo uniforme de gala. Depois da festa, todas reunidas, tendo ao centro nosso Pai, nossa madre a madre Verônica e as irmãs tiraram uma fotografia como recordação desta data (LIVRO TOMBO, 1937, fls. 57v. e 58).

Findo o ano, realizou-se o primeiro exame do quarto ano primário, feito por um inspetor escolar. De dez alunos inscritos, somente dois foram aprovados. Além de as crianças não estarem fortes para o exame, este foi rigoroso. O fato representou um aborrecimento bem grande para as irmãs, por se tratar justamente do primeiro exame neste colégio (LIVRO TOMBO, 1937, fls. 58 e 61v).

Esse resultado ruim não interferiu no projeto de ampliação do colégio. Naquele ano, a comunidade começou a trabalhar para conseguir recursos para a compra do prédio e do terreno da casa em que morava, como também a construção de um novo pavilhão, a fim de desenvolver mais o colégio, que estava em franco progresso, quer pelo número de matrículas dos alunos, quer por seu adiantamento (LIVRO TOMBO, n. 2, 1949, fl. 39v.).

Nesta perspectiva, as irmãs continuaram a trabalhar para levar avante e tornar realidade o edifício que abrigaria a Casa de Nossa Senhora, colégio primário e profissional. Neste ano, deixou a direção da casa a irmã Rosa Nicolau, que conseguiu acumular alguns recursos, chegando, com seu espírito de sacrifício e pobreza, a constituir o início do patrimônio material requerido para levantar o novo edifício. Para isso, também muito contribuíram as irmãs com trabalhinhos, coleta na cidade, entre

familiares e amigos e, mais do que isto, com seu próprio sacrifício, desprendimento e espírito de pobreza. Assumiu a direção da casa a irmã Rita de Cássia Amarante (LIVRO TOMBO n. 2, 1954, fls. 49v.,50 e 50v).

Madre Rita assumiu essa empreitada e no dia 23 de março de 1954 se apresentou ao prefeito, que, por sua vez, a encaminhou a seu irmão, o deputado estadual doutor Lincoln Feliciano. Este pediu à madre um relatório da casa, que em 24 horas ficou compilado, ilustrado, etc. Ele deveria ser conduzido pelo deputado ao governador do estado, pedindo a Sua Excelência ajuda para a construção da Casa de Nossa Senhora. Lembrando da necessidade da sua proteção de Nossa Senhora para a construção, às irmãs decidiram colocar um simbólico painel de azulejos no frontispício da casa deste modesto primeiro edifício. (LIVRO TOMBO n. 2, 1954, fl. 52).

No que concerne à planta do edifício, em 22 de abril de 1954, madre Rita entregou ao engenheiro, doutor Thomaz Amarante, o esboço da planta da Casa de Nossa Senhora. Em 28 de abril de 1954, por providência por ele tomada, pois era engenheiro da prefeitura, foram confeccionadas as plantas da casa de acordo com o original apresentado e feito pela madre Rita. Nota-se a habilidade de madre Rita para o desenho. Ela, que conhecia cada detalhe da casa e do colégio, fez o esboço do que atenderia às reais necessidades das irmãs e do colégio (fl. 58). Em 4 de maio de 1954, monsenhor Manoel Corrêa de Macedo, figuradamente, considerou sua visita a Santos como o início das obras da construção da Casa de Nossa Senhora. Ficou encarregado de dirigir os trabalhos da construção o senhor Henrique Fortini, cujo pai construíra o palácio de d. Barreto e o Ginásio Diocesano de Campinas (LIVRO TOMBO, 1954, n. 2, fls. 58 e 59).

Esse empreendimento coube à madre Rita, que, em 26 de maio de 1954, com fé em Deus e desejando realizar na íntegra a difícil missão de que a incumbira a madre geral - construir uma grande casa sem dinheiro, sem empréstimo, sem renda -, deu início ao trabalho de pedidos por carta junto a entidades governamentais, e seus representantes. Madre Rita Amarante e a irmã Inocência Aguiar foram à prefeitura no dia 26 de junho de 1954 entregar a cada vereador um pedido de adesão à proposição de decreto-lei que seria apresentado pelo vereador Lúcio Graça em favor da construção do novo prédio. Entregaram também ao prefeito uma carta (LIVRO TOMBO n. 2, 1954, fls. 62v. e 67).

Observa-se o processo de construção de uma rede de articulação para levar a cabo a construção do novo colégio. Neste processo de busca por recursos financeiros e pela colaboração de autoridades políticas e religiosas, destacam-se a madre Rita e a irmã Inocência, quem em 2 de julho de 1954, a convite do cardeal d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta,[23] foram a São Paulo para receber de Sua Eminência uma carta para ser apresentada ao governador do estado, doutor Lucas Nogueira Garcez. Estiveram também com o secretário da Agricultura, doutor Renato Costa, o qual, dentro de alguns dias, as introduziria em uma audiência com o governador. Em 6 de julho de 1954, madre Rita e as irmãs da comunidade deram início à campanha dos cofres para a construção (LIVRO TOMBO, n. 2, 1954, fls. 67v. e 70).

De acordo com a tramitação desde processo de construção, todos os âmbitos de gestão foram percorridos em nível municipal, estadual e federal. Madre Rita e a irmã Inocência foram ao Rio de Janeiro, onde estiveram com o ministro da Educação, doutor Cândido Motta Francisco, primo da irmã Inocência, e com o presidente do Senado, doutor Alexandre Marcondes Francisco, a quem entregaram o pedido de subvenções federais e auxílios. Tiveram também uma audiência com o general Juarez Távora, chefe militar do Gabinete da Presidência, ao qual haviam enviado por escrito um memorial (fl. 81). Nessa esteira de protocolos necessários à construção, encaminhava-se também a regularização documental do colégio. Em 5 de janeiro de 1955, madre Rita deu início ao trabalho de preparação dos papéis de registro da casa no Serviço Nacional de Serviço Social, com sede no Rio de Janeiro (LIVRO TOMBO, 9f.93). Ela continuou a se articular com autoridades em Santos, em São Paulo e em âmbito federal, a fim de conseguir donativos e benefícios para a casa (LIVRO TOMBO n. 2, 1954 e 1955, fls. 81,93 e 94).

[23] O cardeal Motta (1890 – 1982) nasceu em Bom Jesus do Amparo (MG) e fez seus estudos no Seminário de Mariana, onde se ordenou sacerdote em 29 de junho de 1918. Foi Reitor do Seminário de Belo Horizonte, de onde foi escolhido para ser Bispo Auxiliar de Diamantina (MG), em 1932. Em 1935 foi promovido a Arcebispo de São Luiz (MA) e lá permaneceu até 13 de agosto de 1944, quando foi nomeado Arcebispo de São Paulo. No consistório de 1946, recebia o chapéu cardinalício. Foi o grande idealizador e fundador da CNBB, e seu 1º presidente eleito em 1952. Em 1964 se transferiu para Aparecida, onde faleceu em 18 de setembro de 1982. Criou a Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo em 22 de agosto de 1946. E, em setembro do mesmo ano, lançou a pedra fundamental da atual Basílica de Nossa Senhora Aparecida. Cf. Disponível em: http://www.resa.org.br/organizacao/arcebispo_de_sao_paulo/d._carlos_carmelo_vasconcelos_motta.html Acesso em: 14 out. 2020.

Deste modo, a construção teve períodos fáceis, e outros difíceis, nos quais ficou parada, como em abril de 1955 (LIVRO TOMBO, f. 103). O curso profissional também passou por dificuldades em 1955 (LIVRO TOMBO f. 104), mas foram solucionadas. As irmãs Sofia Redigolo e Judith Maria Rodrigues, em 1955, frequentaram, em São Paulo, cursos profissionais a fim de se habilitarem a trabalhar no Curso Profissionalizante da casa, que foi aprovado pelas instâncias superiores (LIVRO TOMBO n. 2, 1955, fls. 103, 104 e 114).

Diante dessas dificuldades, uma preocupação de parte das irmãs foi o de ampliar o espaço do colégio para atender melhor aos alunos, que aumentavam anualmente, e preservar a vida conventual delas próprias, que andava precária. Fazia tempo que a madre e as irmãs estavam procurando uma casa em local mais apropriado, devido ao estado precário da Casa de Nossa Senhora e à vizinhança, que já não convinha a uma casa religiosa, além de outros fatores negativos. Para isso, procuraram ou uma casa já construída ou um local para a construção de um novo prédio. Nesta perspectiva, a casa iniciou a “Campanha da Saudade”, em benefício da construção, procurando colocar-se em contato com o doutor Kassab, que já realizara esta campanha para a casa de Barueri, onde as irmãs já dispunham de uma (LIVRO TOMBO, n. 2, 1955, fls. 121v., 123-125 e 143).

De acordo com a história das Missionárias de Jesus Crucificado, em 15 de dezembro de 1955, madre Rita deu entrada, na prefeitura, a um ofício solicitando à Câmara Municipal, através do prefeito, um projeto de lei que autorizasse a doação de um terreno municipal, localizado à Rua Visconde de Embaré, para a Casa de Nossa Senhora, que há quase 22 anos vinha prestando seus serviços à cidade de Santos, particularmente aos habitantes do morro. Com a doação deste terreno, a Casa de Nossa Senhora poderia dar uma assistência social mais extensa e intensa, mais efetiva e atualizada (LIVRO TOMBO n. 2, 1955, fl. 131).

Contudo, o terreno ainda não tinha sido doado, mas a ampliação do colégio fora concluída, e muito esforço fora investido em tal empreendimento. Entretanto, em 1956, houve duas chuvas catastróficas em Santos - em março -, com desbarrancamento de morros, inclusive com estrago da escada da Casa de Nossa Senhora, o que confirmou junto às irmãs a certeza de que deveriam deixar aquele local, pois assim interpretaram ser da vontade de Deus. O morro foi interditado. Assim, de uma hora para outra, tiveram que abandonar sua obra florescente, que lhes custara

tanta abnegação. Madre Rita enviou para São Paulo seis irmãs, caridosamente acolhidas na Casa do Coração de Jesus por madre Celisa Figueiredo. Madre Rita e as demais irmãs, na primeira noite, foram dormir na Casa do Coração Eucarístico de Jesus, onde madre Silka Pimentel as acolheu com muito carinho (LIVRO TOMBO n. 2, 1956, fl. 7).

Diante dessa catástrofe e do grande número de flagelados, as irmãs lhes prestaram toda espécie de assistência, com toda dedicação e muito sacrifício. Madre Maria Villac, e sua secretária, madre Verônica Cruz Martins, voltaram, dia 29/3/56, a Santos, para visitar a comunidade e dar-lhes orientação e conforto. As irmãs se transferiram provisoriamente para a rua Frederico Ozanan, n. 7, para uma casa cedida por Godofredo Farias, a pedido de madre Silka. Madre Rita chamou esta mudança de "transladação da Casa de Nossa Senhora". Justamente na Sexta-Feira Santa, às 3 horas da tarde, dia 30/3/56, a Casa de Nossa Senhora fechou a porta principal e abriu a casa que as abrigava. Foi realmente uma morte, que antecedeu a ressurreição da casa! Várias madres e irmãs as ajudaram, bem como d. Martinho Rocht, beneditino, diretor espiritual das obras de assistência da casa; além dele, o inspetor escolar, vizinhos, amigos, familiares de madre Rita, ex-alunos, outros amigos, como José Adelino de Almeida Prado (LIVRO TOMBO n. 2, 1956, fl. 7).

Neste contexto, em 1º de abril desse mesmo ano, chegou a provincial, madre Edith de Camargo Barros, para fazer à casa sua visita regulamentar, mas, desta vez, com cunho de muita solidariedade. Foram as irmãs logo procurar um local para a nova casa, voltando os olhos para o bairro operário do Macuco. Como muitos flagelados eram operários das Docas, esta companhia estava muito interessada em lhes arranjar casa neste mesmo bairro. A madre provincial e a madre Rita foram conversar com o inspetor das Docas, doutor José de Menezes Berenguer, e com o diretor geral, secretário da companhia, doutor Otávio Pedro dos Santos, acompanhadas por dona Alda Pereira Amarante, muito amiga de ambos (LIVRO TOMBO n. 2, 1956, fl. 7).

Evidencia-se que as irmãs já trabalhavam com o operariado nesse bairro, dando-lhes formação catequética e instrução para que soubessem reivindicar seus direitos, razão por que já eram conhecidas e bem quistas, quesito que influenciou no convite para serem atendidas em sua demanda junto às Docas. Aliás, a companhia estava procurando solucionar o problema de suas quase 300 famílias flageladas. Pretendia construir a grande cidade operária. Lá as irmãs poderiam se estabelecer

com residência própria, escola e obras sociais. As irmãs prestaram 12 horas de serviços aos flagelados durante trinta dias, no armazém XXIV das Docas, comendo em marmitas (LIVRO TOMBO n. 2, 1956, fls. 141v.-149).

Neste ínterim, em 29/9/56, foi assinado o contrato do aluguel da casa da Avenida Ana Costa, ao lado da Igreja do Coração de Maria. No dia 16 de outubro, o diretor, a pedido de dona Maria Berenguer, mandou limpar o prédio que as irmãs iriam ocupar. A nova casa foi reformada pela Companhia Docas de Santos. A mudança para esta casa foi efetuada no dia 14/12/56, em caminhões oferecidos também pela mesma companhia, e reaberta dia 22/12/56 (LIVRO TOMBO n. 2, 1956, fls. 159, 160, 162v., 164 e 165v.).

Portanto, depreende-se, do prestígio das Docas pelas irmãs, que a doação do terreno estava em vias de regularização. Em 3/2/57, o doutor José Menezes de Berenguer, inspetor da companhia, veio falar com a madre sobre a possível doação do terreno do Jabaquara para a casa. O processo estava parado porque, na diretoria, havia um voto contrário, não quanto à doação propriamente dita, mas opinando que toda a assistência devia ser dada pela Companhia Docas, inclusive com a construção da igreja. O dr. Berenguer veio solicitar dados dos trabalhos assistenciais das irmãs, o que lhe foi fornecido. Enquanto as irmãs moravam e trabalhavam provisoriamente na Avenida Ana Costa, 70, planejavam um colégio amplo no bairro do Jabaquara, que pudesse atender à demanda de alunos, que só crescia a cada ano (LIVRO TOMBO n. 2, 1957, fls. 168v. e 169).

2.7 COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA NO BAIRRO DO JABAQUARA

Desde a idealização desse projeto, pensava-se em uma estrutura que atendesse às necessidades da vida conventual das irmãs, do colégio e das famílias carentes por elas assistidas. Com este intuito, em 16/7/58 foi acertada a planta definitiva da Casa de Nossa Senhora. A madre redigiu algo para a residência das irmãs e melhorou o pavilhão das classes. A partir deste momento, destaca-se o andamento da obra que daria às irmãs o espaço que há tanto tempo planejavam para o colégio (LIVRO TOMBO n. 2, 1958, fl. 15).

Notadamente, todo este projeto era acompanhado a distância pela madre Fabíola, que, em sua visita, pôde comprovar o frutífero trabalho educacional e

catequético então realizado pelas irmãs e verificar a necessidade de um novo prédio para abrigar o colégio. Esta visita teve início no dia 14 do mês de setembro de 1958, quando iniciou a visita regulamentar à Casa de Nossa Senhora, encerrando-a em 21 do mesmo mês. Segundo suas palavras, “aqui chegamos para a festa de lançamento da primeira pedra da nova casa. Foi com imensa alegria que tivemos entre nós a presença de nossa madre caríssima Fabíola Maria do Santo Amor de Jesus, de 14 a 17. Por esse motivo, a abertura da visita foi transferida para o dia 17, depois de sua partida para Campinas” (LIVRO TOMBO n. 2, 1958, fl. 22).

Nesta visita, as irmãs ainda moravam numa casa provisória, na Avenida Ana Costa, 70, onde foi possível constatar o que suas queridas filhas fizeram para acomodar em tão pouco espaço o curso profissional, o primário e o jardim, e se pôde conferir o interesse de todas em manter a obra e conservar com carinho a plantinha lançada à terra há 25 anos, a fim de transplantá-la brevemente para a nova casa, onde se poderia expandir e frutificar melhor.

O exposto torna evidente o urgente andamento da obra. No dia 29 de setembro de 1958 foi dada entrada na prefeitura da planta da casa. Aprovada a planta da nova sede em 30/3/59, mês de São José, segunda-feira, em seguida foram iniciados os baldrames do primeiro pavilhão. A madre e a irmã Maria das Dores compareceram. Segundo palavras da madre, “foi colocada uma medalha de Nossa Mãe na viga” (LIVRO TOMBO n. 2, 1958, fls. 22 e 23, 1959, fl. 31).

Em seguida ao início desta obra, em 2 de julho de 1959 foi assinada a escritura do terreno na Rua Rangel Pestana, 395, no Cartório Almeida Prado Campos, doado pela Companhia Docas de Santos. Durante a construção, em 15 de janeiro de 1960 se iniciaram as matrículas dos alunos para o colégio. Uma das salas da casa, ainda em construção, foi transformada em secretaria, onde eram recebidas as pessoas que vinham tratar da matrícula. A partir desta data, duas irmãs iam diariamente, pelo trem da parte da manhã, para fazerem as matrículas, e voltavam à tarde. No dia 21/1/60, deram entrada definitiva na Casa de Nossa Senhora, no endereço acima citado. A casa ainda não estava terminada. A instalação elétrica ainda não fora feita. As irmãs, nos primeiros dias, dormiam no chão; o fogão era no quintal - sacrifícios que as irmãs aceitavam com alegria (LIVRO TOMBO, n. 2, 1959, fl. 37v., 1960, fls. 46 e 46v.).

Observe-se, na composição do corpo docente, a presença de uma leiga, que se distingue das religiosas com o termo ”moça”. A partir dos anos 1960, professoras leigas começaram a compor o quadro docente. Ainda em meio às obras, iniciaram-se as aulas e as turmas foram assim distribuídas:

Quadro 6 - Corpo docente e séries (b)

Professoras	Séries
Irmã Inocência	Segundo ano
Irmã Aurea	Terceiro e quarto ano
Irmã Maria Ignez	Jardim da Infância e Pré-Primário
Darcy Isaias dos Santos (moça)	Primeiro ano

Fonte: Livro do Tombo n. 2 Casa de Nossa Senhora – Santos (fl.47, 1960 - 1958-1975).

Pode-se notar que o colégio já estava em pleno funcionamento; o empreendimento fora inaugurado em 2/4/1960:

> Nossa madre, madre Verônica, madre Maria, madre Clara, madre Fabíola, madre Rosa e Irmã Matilde chegam para o almoço. Às 16 horas, com a presença dos membros da Comissão de Obras, autoridades, benfeitores, pessoas amigas, vários sacerdotes e religiosas, é celebrada a Santa missa, por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor bispo diocesano, D. Idílio José Soares. Usando a palavra após a Santa Missa, Monsenhor Nelson de Paula, enaltecendo o trabalho dos membros da Comissão, agradece em nome do Instituto a todos que contribuíram para a construção da Casa de Nossa Senhora. Em seguida, o Colégio presta uma homenagem ao Doutor José de Menezes Berenguer e Senhora, que festejam seus aniversários. Duas alunas do Jardim da Infância ofereceram à Nossa madre e Dona Maria Berenguer um ramalhete de flores. Em prosseguimento foi servido salgados e doces a todos os presentes sendo franqueada a visita à Casa (LIVRO TOMBO n. 2, 1960, fls. 50v. e 51).

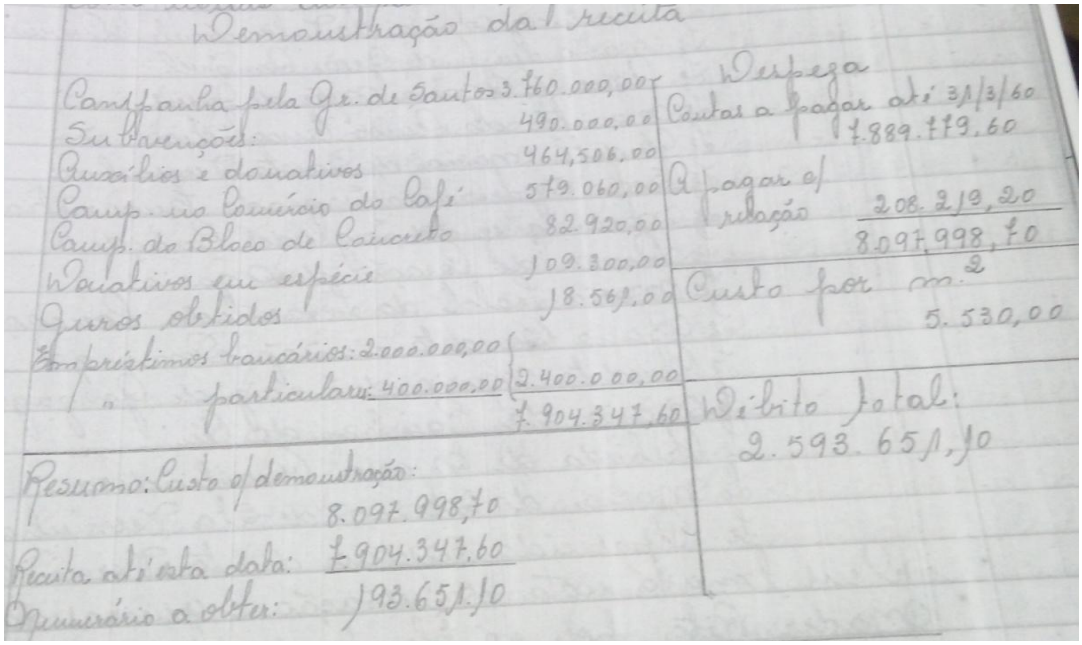
Figura 8 - Colégio Casa de Nossa Senhora

Fonte: Arquivo da Paróquia Jesus Crucificado – Santos/SP (1960).

Cabe destacar a participação da comunidade na construção da nova sede do colégio. O Livro Tombo (1958-1975) registra o envolvimento da comunidade para angariar fundos para a obra, através de quermesses, venda de feijoada e doações, assim contribuindo com a construção de um colégio amplo para atender à demanda de alunos.

Evidencia-se a liderança de madre Rita no processo de construção desse colégio. Notável sua influência política junto à prefeitura de Santos, na gestão do prefeito Silvio Fernandes Lopes, do Partido Social Progressista (PSP) e à Companhia Docas, que não mediram esforços para executar a obra, cujo projeto fora por ela elaborado, levando em conta as necessidades das irmãs e do colégio. Este reconhecimento foi registrado pela comunidade, pelas irmãs e pela madre Rita, que se despediu da comunidade e seguiu para Campinas, depois de seis anos de trabalho em Santos, vindo a assumir o cargo de ecônoma geral do instituto, quando parte do primeiro pavilhão da casa ainda estava terminando. Grande fora o seu esforço e o das irmãs na realização desta construção (LIVRO TOMBO, n. 2, 1960, fls. 52v. e 53).

Quadro 7 - Demonstrativo da receita



Fonte: Livro Tombo n.2 Casa de Nossa Senhora (1958-1975 fl. 53, 1960).

Terminado o período de madre Rita na direção das irmãs e do colégio Casa de Nossa Senhora, foi designada para substituí-la a madre Juliana Maria do Divino Sacrário, que exerceria o mesmo ofício que sua predecessora exercera por seis anos. Grande havia sido seu esforço, assim como o das demais irmãs na realização desta construção. O quadro acima tornava públicos os nomes de todos os que haviam colaborado com tal empreendimento para abrigar o novo colégio e a casa das irmãs.

Nele constam o resultado das campanhas que as irmãs faziam em prol da construção do colégio e de sua residência. Observe-se o envolvimento da sociedade santista, que contribuiu através do poder público via subvenções, assim como o de comerciantes e de pessoas físicas que doaram quantias em espécie e donativos.

Esse estrato social evidencia a seriedade do trabalho desenvolvido pelas irmãs na cidade, e dá visibilidade à obra educacional, social e religiosa realizada a partir do colégio Casa de Nossa Senhora. Tal responsabilidade atraía benfeitores para a manutenção das irmãs e do colégio. Durante o ano, eventos como chás, almoços, bazares, rifas e festas eram programados para a manutenção do colégio. Tais eventos envolviam os pais dos alunos, os moradores do Jabaquara e a assistência das missionárias externas. Outros trabalhos eram realizados a partir do colégio, como se verá nos próximos tópicos.

2.7.1 Centro de Catecismo

A experiência missionária das irmãs dava-lhes uma visão ampla da realidade. Evidência disso se registra na abertura dos centros de catecismo distantes da casa delas. Com pouco tempo no bairro, já conheciam as periferias, locais preferidos para iniciar a catequese. Em Santos, o primeiro centro de catecismo foi fundado no bairro do Saboó, sob o patrocínio de São Francisco de Salles; em seguida, no bairro operário do Macuco. Aos poucos, os centros catequéticos foram implantados em vários bairros da cidade.

Segundo as Missionarias de Jesus Crucificado (1998, p. 120), o método usado para a catequese de crianças e adultos era o da ‘Pedagogia do Catecismo’,[24] de

[24] Ancorada na necessidade de renovar o ensino religioso, a produção do livro “A Pedagogia do Catecismo” pode ser compreendida tendo em vista dois problemas diretamente articulados: a disputa pela reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas – lugar oficialmente perdido, com a instauração da República – e a eficácia pedagógica do ensino religioso e/ou de catecismo. Produzido como um manual destinado ao curso normal, esse livro tinha o objetivo de servir de orientação prática

monsenhor Álvaro Negromonte, que propunha um método integral, que atendia a uma demanda da época - a década aqui referida é a de trinta em diante. Não havia um material que atendesse às necessidades dos professores para essas aulas na escola, conforme anota o próprio autor:

> As professoras principalmente reclamam o aproveitamento dos progressos pedagógicos no ensino religioso, como uma condição para tornar praticamente possível a introdução do Catecismo nas escolas. Ao que convém acrescentarmos que é condição ainda mais necessária para introduzir a Religião no interesse e na estima das crianças. Venho, de muito, na medida de minhas forças, procurando responder a esses apelos. Cerca de dez anos dedicados à Pedagogia catequética, o conhecimento de numerosa bibliografia (principalmente francesa), o contato com organizações escolares e paroquiais, uma larga convivência com catequistas e professoras, a experiência pessoal de Catecismos nos diversos meios sociais, me forneceram copioso material (NEGROMONTE,1961, p. 14).

O método apresentava uma formação integral do cristão e nele se fundamentavam os dois eixos principais da catequese - a doutrina e a formação. Para Negromonte, a doutrina deveria ser tirada da Bíblia, cuja formação estimulava o cristão a viver os ensinamentos de Cristo nos lugares em que estava inserido, pois aí é que se materializava a formação integral e a fé se unia às obras. Desse modo, o trabalho das irmãs atraía para a congregação novas adeptas e preparava crianças, jovens e adultos para a comunhão, com pleno conhecimento da doutrina, para que não fossem enganados por doutrinas estranhas à cristã. Assim é que acompanhavam os avanços do “mundo moderno”[25].

De acordo com Azzi; Klaus (2008, p. 487), os conteúdos da fé e da verdade contidos no catecismo norteavam a sociedade; por outro lado, também alertavam a

ao ensino de catecismo. Por se tratar de uma espécie de diretriz pedagógica, colocava em evidência as bases da pedagogia catequética do autor. Sua proposta de renovação articulava o ensino religioso à Psicologia e a algumas das teses escolanovistas, como a aprendizagem por meio de situações concretas e dinâmicas (ORLANDO,2017, p. 55-56).

[25] Mundo moderno, faz-se necessário compreender o conceito modernidade. Este é um conceito de contraste. Extrai seu significado tanto do que nega como do que afirma. Daí a palavra poder aparecer em diferentes épocas com significados amplamente diversos, dependendo do que está sendo negado e, em contraste, do que está sendo afirmado. Para Santo Agostinho, no século V d.C., a palavra latina tardia modernus expressava a rejeição ao paganismo e a inauguração da nova era cristã. Os pensadores do Renascimento, recuperando o humanismo clássico fundiram-na com cristandade para fazer a distinção entre estados e sociedade “antigos” e “modernos”. O Iluminismo do século XVIII não apenas interpôs “medieval”entre “antigo”e “moderno” como fez a identificação crucial do moderno com o aqui e agora. Isso acrescentou a fluidez ao conceito. Daí em diante a sociedade moderna era a nossa sociedade, o tipo de sociedades em que vivíamos, fosse no século XVIII ou no século XX. A sociedade ocidental, como fortemente contrastante com sociedades anteriores ou outras sociedades, as duas coisas passaram a parecer sinônimas, tornou-se o emblema da modernidade. Essa evolução determinou os contornos da modernidade. Modernidade era ocidentalizar.Cf. Dicionário do pensamento social do século XX (1996, p. 473).

respeito das exigências do mundo moderno, também regido por princípios sempre mais teóricos. Neste contexto, a fé e a verdade cristãs, assimiladas pelos contingentes catequizados, os protegia de ritos ligados à força da natureza e da negação da catequese recebida.

Cabe ressaltar que o Movimento Catequético no Brasil, implantado desde os anos 1930, ”questionava o caráter fundamentalista do ensinamento religioso, resultante da sacralização do texto do catecismo, considerado intocável no seu conteúdo e até mesmo na sua forma de apresentação”. Evidenciava-se que a pedagogia adotada era inadequada ao ensino do catecismo (AZZI; KLAUS, 2008, p.489). Na renovação do método, monsenhor Álvaro Negromonte dava uma grande contribuição com sua *Pedagogia do Catecismo*, publicada em 1938.

A expansão das aulas se deveu à participação dos leigos. Essa tarefa era antes atribuição exclusiva do clero. Neste sentido, d. Barreto foi pioneiro no trabalho com os leigos:

> Como bispo de Campinas, d. Barreto foi um dos primeiros a utilizar a colaboração dos leigos como catequistas na periferia da cidade, recomendando às moças da Associação de Jesus Crucificado que exercessem essa atividade. Posteriormente, um número significativo delas tornou-se o núcleo da congregação com o mesmo nome (AZZI; KLAUS, 2008, p.493).

Quanto à introdução dos leigos no ensino do catecismo, o ingresso se operou de forma lenta. Contudo, o trabalho do movimento preparou o caminho para que os leigos pudessem atuar com uma metodologia atraente e ligada à realidade, o que lhes permitia compreender a doutrina e aplicá-la:

> Num primeiro momento, a preocupação de seus promotores tinha como meta romper a rigidez da apresentação da doutrina, codificada em textos oficializados pela hierarquia eclesiástica para todo o Brasil. Procuraram fazer com que o aprendizado do catecismo, reduzido com frequência a decoração do texto, se tornasse uma tarefa menos cansativa e enfadonha para as crianças. Os catecismos oficiais eram compostos de perguntas e respostas. Ao mestre cabia a tarefa de ler fielmente as perguntas, e aos alunos a obrigação de saber de memória o texto da resposta. Somente quando o aluno sabia de cor o catecismo elementar estava preparado, de fato, para fazer a primeira comunhão (AZZI; KLAUS, 2008, p. 495).

Segundo os autores, o Movimento Catequético era composto de três partes: dogmática, sacramental e moral. Esses elementos visavam à renovação da catequese e à interação com a vida dos alunos:

> A primeira etapa do movimento teve a finalidade marcadamente didática de tornar mais agradável o aprendizado da doutrina católica, tornando menos

> formal a apresentação do conteúdo, que permanece intocável. [...] A segunda etapa do movimento foi marcada pelo esforço por vincular o ensino doutrinal à vida, rompendo assim com o caráter marcadamente genérico e abstrato da apresentação tradicional [...] Na terceira etapa do movimento, o próprio conteúdo das verdades que passa a ser modificado. Começa a ser utilizada, na apresentação catequética, a dimensão histórica. O ensino da doutrina é explanado como uma História da Salvação [...] (AZZI; KLAUS, 2008, p. 495-96).

Nesse movimento de renovação, as mudanças não surtiram o efeito desejado. O catecismo continuou com o conteúdo tradicional pautado na doutrina. O catequista era um mero auxiliar; a linguagem era elevada e dificultava o entendimento e a ligação com a vida. A catequese continuou verticalizada. Tal procedimento perdurou até o início do Concilio Vaticano II. Nestes aspectos, as missionarias estavam à frente de seu tempo, vivendo o que seria oficializado com o Concílio.

2.7.2 Os círculos operários

Segundo Santos (2010, p. 91), o objetivo do Círculo Operário, por se tratar de movimento de matriz católica, era auxiliar espiritual e materialmente os operários de tal modo que não se tornassem vulneráveis ao comunismo[26] e ao socialismo.[27] Os instrumentos teóricos usados para esse fim eram extraídos da “Doutrina Social da Igreja”, expressa primeiramente nas encíclicas dos papas Leão XIII e Pio XI.

Para Camacho (1995, p. 28), a doutrina social da Igreja se desenvolve a partir do encontro do texto bíblico com a realidade e das exigências éticas que emergiam desta interação social. As questões que apareciam tornavam-se matéria para a

[26] O comunismo é um tema complexo. O objetivo aqui é fazer alguns apontamentos acerca deste tema para estimular o leitor a aprofundá-lo. “O comunismo é o último estágio do desenvolvimento histórico da sociedade humana, dentro de uma visão marxista desta História. Esta sociedade não mais seria dividida em classes, que não mais existiria o Estado, que todos os homens seriam iguais e poderiam desenvolver plenamente suas potencialidades. Para que o que foi posto fique mais claro, faz-se necessário conhecer algumas ideias de Marx: sua compreensão materialista e dialética da História, sua análise da sociedade capitalista à sociedade socialista (ou seja, a vitória da classe operária sobre a burguesia), assim como as formas de organização do proletariado para acelerar sua subida ao poder. Cf. SPINDEL, Arnaldo. O que é o Comunismo. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Brasiliense, 1980, 87p. (Coleção primeiros passos).

[27] Socialismo. Se recorrermos ao Novo Dicionário Aurélio, ficaremos sabendo que Socialismo é: 1) o conjunto de doutrinas que se propõem a promover o bem comum pela transformação da sociedade e da relação entre as classes, mediante a alteração do regime de propriedade e 2) sistema político que adota estas doutrinas. No interior deste conjunto, que é denominado Socialismo, encontramos uma série de doutrinas que, ainda quando provenientes da mesma base teórica, acabam por propor soluções radicalmente diferentes para os problemas sociais e visam à criação de sociedades futuras completamente diversas. Não há outra maneira de compreender a causa deste fenômeno que não o estudo do desenvolvimento histórico do Socialismo. Cf. SPINDEL, Arnaldo. O que é Socialismo. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 80 p. (Coleção primeiros passos).

reflexão moral por meio da pesquisa científica e das experiências da própria comunidade cristã. Essa doutrina está compendiada em vários escritos, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos dos papas que compõem o magistério católico no que tange à doutrina social. Tal doutrina visa basicamente a avaliar o bem comum e a ética nas situações concretas da vida. A esse processo de implantação de justiça social, ética e de bem comum estão sujeitos todos os membros da Igreja.

Dentre os inúmeros documentos que compõem a doutrina social da Igreja, destaca-se o que principiou o pensamento social, Leão XIII, que publicou a encíclica *Rerum Novarum*[28] em 15 de maio de 1891. Esse documento inaugura a doutrina social da Igreja e examina a questão operária e a condição dos assalariados nas indústrias. O tema central da encíclica é o da instauração de uma ordem social justa, em vista de uma transformação social. Observa-se, no final do século XIX e no início do XX, que a maioria da população caminhava à margem do progresso político-econômico. Tal desigualdade, e somadas as infiltrações do comunismo e do socialismo, fez com que a Igreja acompanhasse a situação dos operários (CAMACHO, 1995, p. 51).

Leão XIII destacou dois pontos centrais na *Rerum Novarum*: primeiro, os males provocados por uma economia centralizada na maximização do lucro e na acumulação do capital; segundo, a chamada onda vermelha do socialismo, que avançava entre o operariado. Vale ressaltar que a Revolução Industrial aumentou o conflito entre capital e trabalho. Para o enfretamento dessa situação, a *Rerum Novarum* destacou os pontos que evidenciam o caos social:

> Excluiu o socialismo como solução e expôs, de modo preciso e atualizado, a doutrina católica sobre o trabalho, o direito de propriedade, o princípio da colaboração em contraposição à luta de classes, sobre o direito dos mais fracos, sobre a dignidade dos pobres e as obrigações dos ricos, o direito de associação e o aperfeiçoamento da justiça pela caridade (COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, 2005, p. 60).

Segundo Pereira (1992, p. 237), “a Igreja, após Leão XIII (Rerum Novarum), Pio XI (Quadragésimo Anno)[29], procurou no Brasil colocar em prática os princípios apontados nos documentos pontifícios”. A mesma autora documenta que havia experiências esparsas da ação operária católica. Recolhe, em sua pesquisa, uma experiência de 1895, quando um centro operário desenvolvia suas atividades na

[28] Nota do autor: Rerum Novarum (Do Latim), significa “das coisas novas”. Este documento pontifício aborda a condição dos operários.
[29] Nota do autor: este documento pontifício trata da restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

paróquia de Santa Cecília, em São Paulo, sob a direção do vigário d. Duarte Leopoldo e Silva.

A mesma autora afirma que esse centro dos operários tinha por fim despertar o espírito da fé, confessar publicamente os princípios religiosos e os ensinamentos da Igreja, como obedecer às autoridades eclesiásticas, ajudar a procurar emprego honesto aos associados e a socorrê-los material e espiritualmente em caso de moléstia acidental.

De acordo com Pereira (1992, p. 238), o trabalho bem-sucedido do centro operário da paróquia Santa Cecília propunha a criação de outros centros pela cidade de São Paulo (Bairro do Brás, por exemplo) e pelo interior (Ribeirão Preto, Jundiaí, Campinas). Aos poucos, foram surgindo os centros operários católicos. Tal fenômeno se reproduzia em alguns estados, como o de Minas (União Popular, 1908, em Uberaba, depois em Belo Horizonte).

Constatam-se experiências operárias, como a Corporação Operária de Camaragibe, Pernambuco. Essa entidade, que envolvia 22 associações, conseguiu, no Congresso Nacional, com a liderança do deputado baiano, católico, Joaquim Inácio Tosta, a promulgação da lei que permitia a criação de sindicatos profissionais e cooperativas (1907).

Na década seguinte (1917), a capital paulista contava com a Confederação Católica de Operários e, desde 1913, pelo menos, circulava o jornal operário católico em São Paulo “O Operário”. Observa-se que o tema do operário era constante na pauta das autoridades eclesiásticas em seus encontros. A ‘pastoral coletiva’ dos bispos das províncias eclesiásticas do Rio de Janeiro, de Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre, em 1910, colocava a questão operária em destaque, o mesmo acontecendo com a ‘pastoral coletiva’ de 1915, quando se repassavam orientações para os clérigos em ordem à defesa dos direitos humanos e à melhoria de suas condições de vida.

Nesse contexto, ”era necessário conhecer melhor a realidade dos trabalhadores e pensar em organizações operárias condizentes às suas necessidades”. Neste sentido, registra-se, em 1920, a presença dos centros católicos de São Paulo contra as organizações operárias anarco-sindicalistas, na greve dos tecelões. Os centros católicos aparecem como mediadores entre as partes - operários e patrões.

Essa atuação dos centros operários católicos culminou, na década de 1930, com o surgimento dos círculos operários. Marcou a atuação da Igreja na questão operária, embora já houvesse experiências isoladas desde o fim do século XIX. No Rio de Janeiro, o grupo de intelectuais do cardeal Leme, liderado por Alceu de Amoroso Lima, lançava as bases da Confederação Nacional dos Operários Católicos em 1937. No Norte, aparecia a Legião Cearense do Trabalho, em 1932. Contudo, a primeira experiência circulista se dá em Pelotas/RS, quando o padre Leopoldo Brentano, SJ, fundou o Círculo Operário, em 1932, um ano após a promulgação da *Quadragésimo Anno*.

Cabe ressaltar que os círculos operários já existiam na Europa antes da implantação em alguns lugares do Brasil. Na Espanha, datam de 1887, modelados pelos da Bélgica e da França. A finalidade era atender ao desenvolvimento do operário: formação de conhecimentos religiosos, morais, técnicos, artísticos, literários. Pretendiam dar amparo econômico, melhorando a vida do operário pobre, criando caixa de socorros mútuos, etc., e patrocinar recreação:

> 1. Instrução e formação profissional, intelectual e moral do trabalhador. 2. Assistência à saúde do trabalhador e de sua família. 3. Defesa jurídica dos direitos do trabalhador. 4. Auxilio econômico por meio de Caixas e de Cooperativas. 5. Promoção das justas reivindicações da classe operária. 6. Colaboração com os sindicatos, na defesa e melhoria das condições profissionais. 7. Elevação do nível de vida do trabalhador rural. 8. Combate ao comunismo. 9. Formação de líderes operários e sindicais. 10. Publicações de livros, boletins, revistas, jornais, etc. (SCHNEIDER, 1965, p. 53-54).

Essas ações podem ser resumidas em princípios:

> a) próprios e imediatos: defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores; assistência eficiente e prática nas diversas necessidades, desde as mais urgentes; promover a implantação da justiça social e a reforma das instituições.
> b) mediato e supremo: reconduzir os trabalhadores a Jesus Cristo e à sua Igreja (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CATÓLICOS, 1949, p. 5).

Além dessas ações, o círculo operário tornava-se notável devido à sua postura anticomunista, mas também era contra os abusos do capitalismo. No Rio Grande do Sul, Astor Antônio Diehl o registra, em sua dissertação: ”Crítica comum nos jornais do período histórico da instalação do Estado Novo consagra a crítica da Igreja ao capitalismo avassalador, propondo uma intervenção moderada do Estado na economia”.

Segundo Pereira (1992, p. 243), os círculos operários desenvolveram o assistencialismo, pois o Estado não dispunha de estrutura suficiente para atender e os sindicatos também não conseguiam dar conta da demanda quanto à assistência médica, dentária e jurídica. Além do trabalho com o operariado, os círculos operários atuavam na alfabetização através de financiamentos de classes noturnas e cursos práticos de bordado, flores, corte e costura, culinária e atividades de lazer.

A aceitação e a liderança dos círculos estavam ligadas à política trabalhista desenvolvida por Getúlio Vargas. Havia uma concordância na sistemática resolução dos conflitos, na ordem, na harmonização das classes. Aliás, os círculos não tinham perspectiva revolucionária; procuravam soluções de justiça dentro do sistema. Ao governo cabia resolver os conflitos; às vezes, aos círculos operários cabia a função de juízo arbitral, de mediação.

Cabe destacar a presença da doutrina social da Igreja por parte de um grupo de juristas católicos, que contribuíram diretamente na elaboração da legislação do Trabalho e Previdência Social, sob a coordenação de Oliveira Viana, o primeiro consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Entre os católicos militantes, destacaram-se Luiz Augusto do Rego Monteiro, primeiro presidente da Congregação Mariana Nacional, e Waldemar Falcão (depois ministro do Supremo Tribunal Federal).

Neste desenvolvimento do círculo operário, o governo Vargas favoreceu muito o trabalho dos circulistas, após a supressão da lei 19.770, de março de 1931, que não permitia organizações confessionais. A expansão dos círculos operários dependia do reconhecimento oficial do governo:

> A maior assistência social na era Vargas provinha do Governo e Vargas utilizou-se dos Círculos como de canais para promovê-la. Vargas protegeu e ajudou ao movimento operário católico, porque foi útil para ele. Os Círculos não ofereciam desafio a Vargas nem ao sistema em que se apoiava e por isso ele podia permitir-lhe atuar livremente. Os Círculos foram um recurso para disciplinar e controlar o poder crescente da força operária no Brasil e mantê-lo dentro de limites cuidadosamente definidos (WIARDA, 1974, p. 15, apud PEREIRA, 1992, p.245).

Observa-se, no governo de Vargas, que a Confederação Nacional dos Círculos Operários se tornou órgão de assistência técnico-consultiva no Ministério do Trabalho, contribuindo para melhorar as condições de vida do operariado através da ampliação das leis trabalhistas, do abono, do salário família, da construção de casas populares (DECRETO, 7.164, 12/5/1941). Os círculos operários foram se modificando durante o percurso da história.

De tais mudanças não haverá de se tratar aqui. O que cabe destacar é que os círculos operários constituíram uma entidade que dependia da Igreja, embora não fizessem parte de sua hierarquia. Inicialmente, congregavam somente católicos, alicerçados nos princípios da doutrina social católica:

> Os Círculos davam aos seus membros orientações religiosas e outros artigos caritativos aos pobres; ajudavam a administrar a legislação do bem-estar social, instituída por Vargas; empenhavam-se em combater as influências "esquerdistas" no movimento operário; promoviam programas de regeneração espiritual e cruzadas de reafirmação religiosa; organizavam grupos de estudo e mesas redondas; ajudavam na fundação de clinicas médico-dentários. Essas atividades, é fácil de ver, não constituem a atuação de uma organização de trabalhadores militantes (WIARDA, 1960, p. 15, apud PEREIRA, 1992, p. 246).

Neste contexto, em Santos, ver-se-ão, na década de 1930, referências de trabalhos com o operariado. Em 1933, as Missionárias de Jesus Crucificado iniciaram um trabalho direto com os operários, que culminou com a instalação do círculo operário em dezembro de 1936.

2.7.3 Círculo Operário de Santos

O Livro Tombo - Histórico das Cruzadas das Senhoras Católicas (1933-1945) - registra o trabalho com os operários desde o início da missão das Missionárias de Jesus Crucificado em Santos, em 1933. Sob o governo pastoral de d. Paulo de Tarso Campos, elas receberam licença para trabalhar com os operários

Cabe mencionar que esse trabalho aos poucos foi crescendo, apesar dos desafios de adentrarem um campo predominantemente masculino – de fato, lidavam com chacotas e a resistência do operariado em participar de reuniões de formação religiosa em vista da comunhão sacramental. A partir dessa formação, recebiam orientações para preservar os direitos do próprio trabalho, lutando por um salário justo e por condições dignas de trabalho. Seu trabalho ia além, pois também abrangia a família dos operários através do catecismo e do curso primário, mais cursos profissionalizantes no colégio Casa de Nossa Senhora.

Nesse percurso de formação do operariado, constata-se que o princípio norteador das ações tinha como alicerce a catequese sacramental, eucarística. O núcleo de captação dos operários eram os centros de catecismo, nos quais se faziam a preparação e a realização de páscoas coletivas e era a partir desse trabalho inicial que se iam formando núcleos de ação operária.

O notável desempenho desses núcleos reunia pessoas preocupadas com o difícil apostolado do operariado. Em 1934, por ocasião da Primeira Páscoa Coletiva dos Operários, monsenhor Uchoa, vigário geral de Campos, que assistira à cerimônia, manifestou-se entusiasticamente, afirmando que a catequese dos operários era a mais importante das obras piedosas de Santos. Evidência que demonstrava o êxito do trabalho com os operários pela via do catecismo.

Tal empreendimento surpreendeu Contessotto, que acabara de assumir a direção dos jesuítas na cidade. Surpreso ao ver o Santuário Coração de Jesus lotado, p. Ângelo Contessotto, que ainda não estava ao par do trabalho dos operários, separou apenas um certo número de bancos na igreja. Qual não foi a sua surpresa ao ver o santuário completamente cheio de operários.

Observe-se que o trabalho era muito bem planejado. Embora nem sempre fosse bem-sucedido, na reunião citada estava claro o sucesso do trabalho das irmãs. Outros foram levados a reconhece-lo, como a Congregação Mariana dos Operários no Santuário Coração de Jesus e os beneditinos, também levados a conhecer a experiência. Vale ressaltar que, desde a origem da congregação, sua missão com os operários passou a contar entre seus objetivos:

> Catequizá-los significa tirá-los da ignorância religiosa que os mantêm afastados de Deus e da religião ou, então, torna-os presa fácil de ideologias enganosas. Assim, a chamada obra dos catecismos, para fortalecer a fé, tem em vista a onda de anti-clericalismo que combate contra Cristo e sua Igreja, que nega a Deus e se atreve a ridicularizá-lo (PEREIRA, 1992, p. 248).

Assim, fica evidente, mais uma vez, que o trabalho de catequese com os operários visava a erradicar a ignorância religiosa relativamente à doutrina católica, contribuindo, deste modo, com a formação da reta consciência contra toda autoridade que propusesse projetos de felicidade sem Deus. Era desta forma que iam conquistando os operários imprudentes. Tal prudência era disseminada pela palavra dos sacerdotes e pela participação ao culto. Através desses encontros formativos, operários entravam também em contato com o clero, deles então desconhecido, ou do qual tinham uma visão deturpada pela propaganda socialista.

É interessante observar que somente o trabalho do clero seria insuficiente para dar conta da formação do operariado, que exigia atendimento continuado. As missionárias estimulavam os operários para que se organizassem e fundassem associação com diretoria, se propusessem estatutos próprios, e contassem com

assistente eclesiástico. Além disso, sob a bandeira de Maria, formavam um novo regimento de cristãos valorosos, que proclamavam e defendiam a soberania de Cristo e de sua santa Igreja. Era desta maneira que as missionárias os aparelhavam para manter a fé e a integridade moral.

Como já se viu, o que atraía os operários era o catecismo, e, a partir daí, eram preparados para as páscoas coletivas. As missionárias usavam este expediente catequético, pois, através da chamada dos operários aos centros de catecismo, os preparavam para a páscoa anual. Tratava-se de um trabalho de massa. Desse grande grupo, alguns integravam a reunião dos operários, participando de seus encontros semanais.

A documentação levantada não traz dados estatísticos que permitam mensurar o número de adesões e a frequência nas reuniões, mas permite deduzir que sua preparação dependia de uma ação organizada.

Ainda sobre a adesão dos operários às reuniões, as missionárias usavam de outros instrumentos para os atrair. Um deles era o diálogo com suas esposas, e com seus filhos, nos encontros catequéticos ou no externato que possuíam no Colégio Casa de Nossa Senhora, no Morro São Bento, e através do patronato. Contudo, a ação direta com o operariado masculino se dava na preparação dos encontros eucarísticos e das páscoas coletivas, quando grande número acorria ao chamado.

Outra forma tradicional de convite as religiosas o faziam pessoalmente, de duas em duas, indo aos armazéns de café ou às docas, ouvindo, muitas vezes, respostas grosseiras. Porém, conscientes da missão de formar os operários para darem razão ao que iriam aprender no catecismo, venciam as dificuldades. Na noite do dia 3 de junho de 1933, por exemplo, a sala da cruzada estava repleta de pobres operários, até então afastados de Nosso Senhor, seja pelo abandono, seja por falta de quem os chamasse ao caminho da vida.

Nesses convites, o que movia as missionárias era a convicção da instauração do Reino de Cristo, externada no apostolado. O que lhes dava força era a aceitação do chamado, que talvez se possa explicar pelo fato de a maioria desses trabalhadores, de origem ibérica, terem vestígios de formação religiosa. Constata-se a devoção a Nossa de Fátima, presente na cidade e, especialmente, no Morro São Bento, onde havia muitos portugueses, e também local da residência das missionárias. Tal espaço era parecido com o da Ilha da Madeira, o que atraiu os portugueses para habitá-lo, e

urbanizá-lo. O trabalho abnegado dessas religiosas atrairia operários alquebrados pela luta da vida e pela ideologia socialista.

O insistente apelo para as reuniões em preparação à páscoa, que acontecia anualmente no dia 1º de maio, era planejado com meses e antecedência, com uma longa preparação para a devida celebração. Um comunicado do jornal “A Tribuna”, em 29 de abril de 1936, dizia: “As Missionárias de Jesus Crucificado, por nosso intermédio, convidam os operários a comparecerem amanhã, às 19h, à Rua General Câmara, 152, a fim de receberem instruções relativas à concentração operária no dia 1º de maio.”

Podemos verificar que o trabalho de preparação para a páscoa dos operários durou 30 dias. Durante o dia, saíam diversas irmãs para fazer convites pessoais e distribuir prospectos nas diversas repartições de trabalho e, à noite, das 18h00 às 21h00, seis irmãs, divididas em três grupos, dirigiam-se às casas dos operários, por ser esta a melhor hora de os encontrar. As reuniões eram bem planejadas, apesar de, às vezes, não terem correspondido aos esforços empregados:

> Para melhor prepará-los, foram organizados quatro centros nos seguintes bairros na sede do Círculo dos Operários (cidade), no bairro Chinês (Casa de Nossa Senhora) e dois no Campo Grande. Foram dadas 16 aulas pelas irmãs nos centros mencionados às oito horas da noite; houve, porém, muitas dificuldades, pois, sendo distribuídos 5.000 convites e feitas 400 visitas, o comparecimento não correspondeu aos nossos esforços. Durante a preparação, notava-se o interesse com que os operários a assistiam; alguns, cheios de entusiasmos e santo zelo, traziam os seus companheiros, dizendo: Irmã, esse companheiro deseja fazer a Páscoa; faz 20 anos que ele não comunga (LIVRO TOMBO, n.1 fls. 92v e 93).

Nessa preparação, fizeram palestras Pedro Crescente (católico atuante e diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa), o dr. Euclides de Campos (juiz da 2ª Vara), os padres Benedito Vicente dos Santos e Alfredo Pereira Sampaio (este, então, assistente eclesiástico do Círculo Operário de Santos). A páscoa, realizada na catedral no dia 1º de maio de 1940 contou com assistência de 500 operários, havendo 290 comunhões, 13 primeiras comunhões (além de 41 conversões e três legitimações). Após a celebração, foi servido um lanche na Casa das Missionárias no Morro São Bento (LIVRO TOMBO, n. 1, fl. 93v).

Este relato evidencia que as atividades das páscoas coletivas eram planejadas com antecedência. Havia variação no tempo de preparação; às vezes, dois meses (1941) e até três, mas o esquema era mais ou menos esse. No dia 1º de maio de 1941,

estavam presentes na catedral 600 homens, mas comungaram menos que no ano anterior.

Vale ressaltar que quando foi fundado o círculo operário de Santos, em dezembro de 1936, as irmãs continuavam a atividade com os trabalhadores do bairro, fazendo sua preparação eucarística para daí incorporarem os que aderissem mais profundamente ao “batalhão dos operários”. Percebe-se uma maior adesão ao círculo quando da preparação das páscoas, realizadas no dia 1º de maio de cada ano. Observa-se que as dos operários tiveram, a partir de 1937, maior acompanhamento e coordenação do bispado, mas a preparação continuava com as missionárias, e, detalhe, na Casa de Nossa Senhora, no Morro São Bento.

Além do aspecto religioso, as missionárias procuravam suprir nos operários uma lacuna importante, que era o da recreação e para o qual não tinham recursos. Além dos piqueniques na Prainha ou na chácara dos beneditinos (os dois em São Vicente), a excursão a Campinas e a romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Santos patrocinavam festas com coro falado, pescarias de prendas e até práticas esportivas. Por exemplo, uma festa de encerramento do ano escolar era preparada para os operários em 31 de dezembro de 1934, devido ao pequeno tamanho do local.

Observem-se, ainda, iniciativas dos próprios operários. Em 29 de junho de 1939, promoveram um festival nos salões da Casa de Nossa de Nossa Senhora, no Morro São Bento, onde houve apresentações de poesias e canto, seguidas de refrigerantes. Aliás, nessa base tinha sede a sua associação. Em 15 de março de 1935, há referência à segunda diretoria dos Operários de Nossa Senhora, para a qual havia sido nomeado presidente o senhor José Marques.

Embora os operários participassem de atividades lúdicas, também estavam engajados em vários atos religiosos, como procissões no mês de Maria, Hora Santa, Cristo Rei e demais festas do calendário religioso. Nota-se que a prática de fé estava associada ao trabalho que cada um exercia profissionalmente. A catequese e o trabalho de formação profissionalizante eram feitos com mulheres operárias. Preparavam-se para as comunhões anuais em sua sede e, principalmente, no Campo Grande. O trabalho catequético no bairro do Macuco não foi tão sistemático, talvez pela distância e pela existência já da paróquia de São José Operário. Mas, em 1941,

são chamadas a assumir a Creche de Nossa Senhora da Providência, juntos à matriz de São José.

Desse trabalho com creche surgiu uma outra atividade na sede do morro de São Bento: fundaram o patronato, com a preparação profissional de muitas jovens. Ali desenvolviam um trabalho com o qual engajavam as jovens em associações, como Filhas de Maria e Apóstolas de Maria.

Atentas à assistência aos trabalhadores em suas diversas categorias, sem muito êxito, foi o trabalho com os jornaleiros. As religiosas tinham consciência disso. Foi o trabalho com um grupo de pequenos operários (jovens e crianças), meninos de rua, os jornaleiros (entregadores de jornais). Lê-se numa seção de As Missionárias de Jesus Crucificado:

> Quando escuto nas grandes cidades, nos estribos dos bondes, nas sarjetas das calçadas, no meio das praças, a voz rasgada dos jornaleiros, sinto na alma uma simpatia muito viva por aquelas almas. Vejo crianças a mercadejarem notícias de crimes por vezes e até de escândalos (Campinas, n. 4, 4º trimestre, 1939, p. 31).

Estas crianças vão de sol a sol, e o horário contínuo de trabalho sem trégua dos garotos dificulta a atuação do apostolado das irmãs. Apesar de as missionárias irem várias vezes às agências de jornais, às praças com os próprios jornaleiros, os convites não tiveram a receptividade desejada. Conseguiram fazer duas reuniões. Em 12 setembro de 1937, a irmã Rosa Maria promoveu um piquenique para os jornaleiros para ver se, por esse meio, os conquistava para Nosso Senhor. Compareceu, porém um número bem pequeno para a festa. Numa segunda tentativa, em 8 e 9 de outubro de 1939, dentro do esquema de atividade esportiva, música, prêmios, confraternização, após uma reunião preparatória, houve só dez comungantes, e não se anotou nada mais em outros anos (LIVRO TOMBO, n. 1,1933-1945, fls. 57 e 58).

Evidencia-se que formação religiosa praticamente era a tônica na assistência ao operariado; a mística que lhes dava forças. Por ocasião da inauguração da Casa de Nossa Senhora (24 de fevereiro de 1935), no Morro São Bento, junto aos beneditinos, dois operários se manifestaram em nome dos seus companheiros, externando a grande felicidade que sentiam com a inauguração do que consideravam também a sua casa:

> Ao que as missionárias juntam: Sim, eles têm razão de assim falarem: a Casa de Nossa Senhora das Lágrimas, em Santos, é bem a casa do operário católico, o Santuário onde ele vai buscar o conforto, a alegria de sua alma, a

> força, a coragem para as lutas inevitáveis da vida (LIVRO TOMBO,1933-1945, n.1, fl. 29).

As missionárias e a diocese de Santos pareciam ter presente as palavras de Pio XI, no *Quadragésimo Anno*:

> Como noutras épocas da Igreja, temos de defrontar-nos com um mundo quase recaído no paganismo. Para reconduzir a Cristo a quem renegaram essas classes inteiras de homens, devem escolher-se e formar-se de entre elas soldados auxiliares da Igreja, que conheçam bem os mesmos homens, os seus pensamentos e aspirações, e possam pela caridade fraterna penetrar-lhes suavemente o coração. Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos artífices e comerciantes devem sair dentre eles. (LIVRO TOMBO,1933-1945, n.1, fl. 140).

Nesse trabalho com o operariado, houve uma ampliação no apostolado operário. De parte das missionárias se deu início ao trabalho com a juventude operária (JOC). Já partir de 1937, um novo movimento arregimenta as moças católicas. A Ação Católica – organizadora do laicato, dos líderes militantes para a conquista do meio, sob a bandeira de “restaurar tudo em Cristo”, é inaugurada na especialização de Juventude Operária Católica (JOC) entre os mais ardorosos. Na JOC, a formação da elite operária era essencial, conforme se lê em Missionárias de Jesus Crucificado (n. 4, 15 dez. 1937, p. 28).

Na documentação estudada, poucas são as notícias sobre o jocismo, o movimento salvador da classe operária, em que o santo padre põe todas as suas esperanças.

Há notícias de que uma filha de Maria da Casa de Nossa Senhora tenha apresentado, numa reunião delas, em 15 de agosto de 1937, uma iniciada na JOC: era Laura Liberato, que fora a uma reunião a convite de d. Paulo de Tarso Campos, no Colégio Stella Maris, onde uma cônega de Santo Agostinho havia feito uma exposição sobre a Ação Católica e a JOC. Seis filhas de Maria começaram o núcleo e, em 25 de outubro de 1939, d. Martinho, OSB, iniciava o tríduo preparatório da festa de Cristo Rei para as moças da juventude operária. Essas reuniões foram se prolongando modestamente até que a JOC se solidificou, na década de 1950, na diocese de Santos. Há, aqui, que se considerar que o trabalho da JOC no Brasil, na época que abrange o presente estudo, estava mais dentro do modelo da Igreja ‘sacramento, segundo observa Pereira (1992, 256-257).

Nota-se a presença dos bispos de Santos na celebração das páscoas, nas confraternizações, indicando também sacerdotes para melhor acompanharem o

movimento dos operários no círculo operário, o que mostra sua intenção de prestigiar tal apostolado, em cumprimento às orientações de Leão XIII. A iniciativa, entretanto, coube', sem dúvida alguma, à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, para as quais o apostolado com os operários constava entre seus principais objetivos.

Nesse seu trabalho, há uma preocupação com a defesa da fé, com o aprofundamento da doutrina, com o fortalecimento moral (ainda sob a tutela do clero), no combate a seus inimigos, consubstanciado na ideologia socialista. Não se manifesta o desenvolvimento de uma consciência social dos trabalhadores em nível crítico. Há, sim, necessidade de se lhes levantar os ânimos, de os promover, de lhes dar instrução e habilitação profissional ou, para as moças, ao lar, além de lhes proporcionar lazer: Era mister arrancá-las da pobreza, que as deprimia e relegava ao abandono em que jaziam. Por vezes, propunham-se levantar-lhes o ânimo, fortificar lhes o caráter, purificar-lhes o espírito...

Percebe-se que a ação das missionárias ia além da mera evangelização, avançando pelo campo da humanização. Procuravam criar condições para tornar os operários menos sofridos, proporcionando-lhes religião, instrução e lazer. Ao mesmo tempo em que lhes ofereciam todo esse programa, forneciam subsídios para formação de uma incipiente militância.

Com a finalidade de compreender os instrumentos usados pelas missionárias no recrutamento dos operários em suas reuniões em vista da preparação da páscoa e da defesa dos próprios direitos oriundos da Igreja e consignados em sua doutrina social, os relatos do trabalho que culminou com O Círculo Operário de Santos, nascido sob o governo de d. Paulo de Tarso Campos, confirmam o trabalho apostólico iniciado e solidificado pelas irmãs missionárias.

No início de 1936, em 5 de janeiro, instituía-se na catedral uma missa especial para o operariado, ao mesmo tempo que o padre José Rocha, superior dos jesuítas em Santos, era designado diretor dos operários, com o que lhe cabia fazer estudos preliminares para organizar uma associação que congregasse esses trabalhadores.

Ao final do ano surgiu o resultado: a fundação do Círculo Operário de Santos em 8 de dezembro de 1936, já em sua sede provisória, no centro da cidade. A organização se destinava:

> A agrupar o operariado santista em torno do ideal cristão, incentivando o aperfeiçoamento moral do mesmo pelo integral cumprimento de todos os seus deveres, prestando-lhe ainda assistência médica e jurídica. Como

> organização católica, cuidará também da piedade e do culto do trabalhador. Deverá ser capaz, portanto, de proteger os interesses espirituais, morais e materiais dos trabalhadores (JORNAL ATRIBUNA, 9 de dezembro de 1963, p. 3).

Na sessão inaugural, em que o padre Arnaldo Caiaffa fora nomeado primeiro assistente eclesiástico, acentuava-se a finalidade de uma organização que se propunha levar o trabalhador a respeitar a ordem e a ter um espírito de disciplina. Era a razão por que o operariado se organizava, disciplinado, num espírito de fé e de trabalho. Observe-se o realce dado à disciplina e à ordem num meio sindical de tradição de resistência, luta e violência. Baseando-se na *Rerum Novarum,* o padre Caiaffa destacava o princípio de colaboração na ação social entre Estado, os patrões e os operários (PEREIRA, 1992, p. 259).

Na cerimônia de instalação compareceram poucas autoridades. Além do capitão da Força Pública (Décio Lemos Rodrigues Galhardo), esteve presente o cônsul francês, Julien Bellot, protetor da Cruzada das Senhoras Católicas, entidade que, inicialmente, também fazia ação social com as famílias operárias. É interessante observar a presença de instituições de origem portuguesa: a Sociedade União Portuguesa, o Real Centro Português e o Centro Madeirense. De outra parte, porém, não passou inobservada a ausência do representante da Companhia Docas de Santos (PEREIRA, 1992, p. 260).

No discurso de instalação do Círculo Operário de Santos, o padre Arnaldo Caiaffa incluía, nos agradecimentos, o doutor Ismael de Sousa, que era superintendente da Companhia Docas de Santos. Desde julho de 1936, a companhia encaminhava donativos às irmãs missionárias, o que então as ajudava a alugar uma sede para as reuniões dos operários (às noites de terça e sexta-feira, à Rua General Câmara, 139), endereço que mais tarde viria a ser ocupado pelo Círculo Operário de Santos (PEREIRA, 1992, p. 260-261).

Considere-se que a Companhia Docas era a grande empresa dos operários de Santos e o Círculo congregou principalmente os trabalhadores dessa empresa. Por outro lado, considere-se que o superintendente geral era pessoa ligada à Igreja. Almejava-se, pois, a cooperação entre patrões e operários, pedida nas encíclicas papais.

A falta de documentação pouco nos permite ponderar a respeito do diálogo entre patrões e operários. A documentação nada registra sobre as greves ocorridas no período, nem sobre a forte atuação sindical.

Segundo Silva (2003, p. 141), muitos estivadores do porto de Santos haviam sido marinheiros. Para este autor, o recrutamento ocupacional nos portos tem sido apontado como fator-chave para explicar o teor radical da militância política dos trabalhadores. O estilo de vida itinerante desses ex-marinheiros e o recrutamento de sua força de trabalho tendia a torná-los mais combativos, organizados e inclinados a abraçar ideologias mais radicais.

De acordo com Silva (2003, p. 144), de 1913 a 1923 não foi registrada nenhuma paralisação na estiva, passando sem greve pela conjuntura de 1919 e 1920, que mobilizou praticamente todos os trabalhadores de Santos. Na década seguinte, registram-se quatro pequenas greves, três das quais não paralisaram os navios por mais de quatro horas. Apenas uma teve duração de um dia. Somente esta última, que ocorreu em janeiro de 1925, envolveu negociações com a Companhia Transatlântica para o estabelecimento de tabelas salariais para toda a categoria. Duas ocorreram em 1923, por questões de serviço, mas se limitaram-se aos navios que estavam sendo operados. Apenas uma, deflagrada nesse mesmo ano, envolveu a todos os trabalhadores, porém de uma única agência de navegação.

Ainda de acordo com Silva (2003, p. 144), de 1932 a 1935 o movimento operário alcançou novo ímpeto grevista. Os trabalhadores da estiva primaram pela ausência: não decretaram uma única greve. As paralisações nos navios só voltariam a ocorrer de 1956 a 1963, mas representavam uma parte ínfima se comparadas às de outros setores no estado de São Paulo. Além disto, se houve muitas paralisações em solidariedade a outros trabalhadores ou por bandeiras políticas, várias greves se restringiram unicamente aos temas da categoria. Eram parciais e não duravam senão algumas horas. Apenas um aumento salarial e uma reivindicação foram obtidos por meio de greve num único movimento, ocorrido em 1960.

Silva (2003, p. 145) conclui que a cultura portuária, forjada em um conjunto de redes de relações tecidas nos bairros, no trabalho e entre as diferentes categorias de trabalhadores, era insuficiente para explicar as atitudes e as escolhas políticas dos estivadores, sobretudo se a análise operar com o pressuposto da homogeneidade e da indiferenciação de um dado grupo social.

São grandes os riscos dos estudos sobre cultura e a comunidade operária, que pressupõe uma vida integrada, socialmente coesa e harmônica, a partir de testemunhos que tendem a idealizar a homogeneidade em contraponto à dispersão e à variabilidade de referências e atitudes sociais.

Este contexto diversificado do operariado dificilmente permitiria a criação de um cenário adequado a uma formação cristã. Isto explica as contrariedades, enfrentadas pelas missionárias, o que confirma tratar-se de um campo predominantemente masculino. Daí a explicação para um trabalho mais voltado para doutrina católica e não para militância operária, que é o que se evidencia na documentação estudada.

Depreende-se disso que os fatos estão interligados ao longo da história. Não se trata de aspectos isolados, mas de fatos que compõem um cenário amplo que permite dialogar com as evidências apresentadas ao longo deste item.

> Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados de toda uma biografia, a história de uma instituição, uma história da caça à raposa etc), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação (THOMPSON, 1981, p. 50).

Observam-se as relações entre o Círculo Operário, a Igreja e, de maneira incipiente, as relações com o sindicato. Vemos essas evidências em Pereira, que assim apresenta essas relações:

> O trabalho do Círculo Operário de Santos, nos seus primeiros anos, foi, sobretudo, de formação religiosa e espiritual. Os convites para as páscoas coletivas a primeiro de maio, para missas e festas de comemoração de aniversário da entidade, mostram isso e atestam – salvo melhor juízo – uma ação muito limitada no agitado meio sindical santista. Para a comunhão pascal de primeiro de maio de 1940, a imprensa anunciava seis conferências preparatórias, aos cuidados das missionárias e com apoio do Círculo Operário de Santos e que contará também com os associados da Sociedade São Vicente de Paulo. A 6 de janeiro de 1940, convidava para a missa a ser realizada na Igreja do Rosário, primeiro domingo do ano em que é mister prestar homenagens a Cristo, com uma grande comunhão geral (PEREIRA, 1992, p. 261).

A mesma autora destaca, em sua pesquisa, a organização do Círculo Operário e constata que o setor recreativo-artístico se havia desenvolvido. As festas eram realizadas no Real Centro Português e constavam de representações líteromusicais, com a participação dos próprios operários. Observe-se, no atendimento assistencial,

que o círculo não era uma instituição caritativa: ocupava parte de suas atividades nos primeiros anos, pois havia uma caixa de auxílio, dirigida por uma diretoria, cobradores e sindicantes. Há informações de dirigentes de gestões bem posteriores que mostram que o Círculo Operário de Santos deu assistência de saúde ou na própria sede ou em convênios com o Sesi, e promoveu curso de alfabetização de adultos (PEREIRA, 1992, p. 262).

` Além da alfabetização de adultos, preparou líderes para atuar no meio sindical (José Gonçalves militou em sindicato) com sua presença cristã e também colaborou na propaganda anticomunista. Sediou um curso primário da rede estadual mediante aluguel de salas na década de 1960. Entrevistadas, as professoras nada sabiam dizer da entidade, confirmando que o círculo, nesse meio, não tinha uma atuação marcante (PEREIRA, 1992, p. 262).

Apesar da iminente crise que o Círculo enfrentaria, ao mesmo tempo se constata um trabalho desenvolvido com a educação primária - que compreendia desde o 1º ao 3º ano, mistos, na Escola do Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, instalada em Santos, à Rua General Câmara, 258. Isso mostra que os sindicatos também formavam os seus associados e pessoas que quisessem aprimorar o conhecimento em vista de oportunidades de trabalho no porto ou na construção civil, mercados que então dispunham de vagas, dadas as demandas contínuas de exportação e importação de produtos e artefatos para a indústria nacional. Estas informações constam do Livro de Atas de exames da Escola do Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, n. 2, de 28/11/1944 a 22/11/1958, 50f.

Cabe destacar que neste mesmo livro, as folhas 47v a 50 estão em branco. Não cabe aqui analisar o papel dos sindicatos na educação, mas salientar que o trabalho existia, uma vez que as missionárias também trabalhavam com o operariado e com a educação primária. Porém, não acompanhamos o desenvolvimento dessa escola do sindicado, mas constatamos o declínio do trabalho do círculo operário que caminhava para a extinção e também oferecia cursos de alfabetização aos associados.

Contudo, em 1962, houve uma tentativa de o reerguer, realizando-se novas eleições, pois a diretoria anteriormente eleita não havia tomado posse. Houve um período – na década de 1970 –, em que a entidade viveu mais pela abnegação de

alguns de seus dirigentes – Antônio Fortis, Antônio Couto, José Gonçalves. Em 1º de outubro de 1980, porém, o círculo foi extinto em virtude da total paralização das atividades desde 31 de dezembro de 1977, pela inexistência de diretoria completa e de quadro associativo que prejudicava até mesmo a realização de qualquer tipo de assembleia. A documentação levantada não permite ir além de sua extinção, não sendo possível, portanto, averiguar se o trabalho das missionárias com o operariado foi continuado (PEREIRA, 1992, p. 262-263).

Embora não tenha sido documentada a continuidade desse trabalho com o operariado, as evidências de que ele existiu é testemunhada por um processo de dedução histórica, conforme escreve Thompson:

> Um historiador está autorizado, em sua prática, a fazer uma suposição provisória de caráter epistemológico: a de que a evidência que está utilizando tem uma existência "real" (determinante), independente de sua existência nas formas de pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou alguma compreensão aproximada dele) é objeto do conhecimento histórico. Sem tal suposição, o historiador não pode agir [...] (1981, p. 37-38).

Há evidências de que as missionárias davam assistência espiritual a outras categorias profissionais, embora nada tenha sido registrado sobre um trabalho sistemático com tais classes. O acompanhamento de que se tem notícia parece ter em vista somente a preparação para a páscoa anual, limitando-se, a atuação das missionárias, à catequese, não mais compreendendo um trabalho de militância junto a sindicatos, nem luta por direitos. Apesar dessa limitação nas atividades, havia um trabalho de resgate dos que estavam fora da Igreja, através das reuniões de catecismo com os operários.

2.7.4 Militares

No tange a outras categorias profissionais, consta do livro Histórico da Cruzada das Senhoras Católicas, datado de 8 de maio de 1938, a Páscoa dos Militares. Nele consta que diversas corporações se reuniram para a celebração da páscoa:

> Foi realizada nesta manhã com todo brilhantismo a Páscoa dos Militares. A missa foi celebrada na Catedral por S. Excia. D. Paulo de Tarso Campos, que deu a Sagrada Comunhão a mais de 500 soldados. Entre estes soldados, 100 fizeram a sua Primeira Comunhão. Tomaram parte nesta Páscoa as seguintes Corporações: O Exército (Forte de Itaipú), Força Pública; Corpo de Bombeiros; Guarda Civis; Guardas Municipais; Guardas Noturnos; Tiros de Guerra "11"; "Docas"; " S. Paulo"; Tarquinio Silva" e "Escolástica Rosa" (1938, fls. 67v e 68).

Recolhe-se, do mesmo Livro Tombo de 1942 (fl.115v), dia 2 de junho: “A páscoa dos velhinhos do Asilo dos Inválidos, havendo 61 comunhões; a páscoa dos pobres do Ambulatório do bairro do Macuco, houve 88 comunhões de adultos e 20 de crianças”.

Percebe-se o trabalho planejado das missionárias para agregar tantas corporações e grupos de pessoas vulneráveis e prepará-las adequadamente para a celebração que culminaria com o reencontro de muitos com a Igreja e a vida sacramental. Nota-se, nessa transcrição, o trabalho com dois colégios: Tarquínio Silva e Escolástica Rosa. Isso demonstra um trabalho orquestrado com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas através do catecismo.

2.7.5 Apostolado da Oração

É interessante notar o fervor das alunas, que chegou ao ponto de fundar entre elas o ‘Apostolado da Oração’, um apostolado centrado na devoção ao Sagrado Coração de Jesus, cuja memória é celebrada sempre na primeira sexta-feira de cada mês. Chama a atenção que, à época, se incutisse, desde criança, essa devoção, o que denota, de fato, o predomínio da doutrina católica reforçada pelo colégio, devoção que certamente já vinha do berço familiar: Ainda de acordo com o Livro Tombo - Histórico da Cruzada das Senhoras Católicas, consta:

> Em 05/03/1937 foi fundado entre as alunas do Externato o Apostolado da Oração. Após a Santa Missa, celebrada pelo Revmo. D. Luiz, depois de receberem a Sagrada Comunhão, um grande número de crianças recebeu a insígnia de associada do Coração de Jesus. O Revmo. D. Luiz fez uma piedosa prática alusiva ao ato, incitando as alunas a serem apóstolas do Coração de Jesus. Foi entre elas constituída a Diretoria da Associação (1937, fl. 49v).

Esse apostolado atraiu, em três anos, todas as alunas, de modo que todas aderiram ao Apostolado da Oração. Observe-se o trabalho que deve ter havido para que uma adesão em massa acontecesse. Consta, nesse mesmo livro, que todas “traziam com santo orgulho a sua fitinha vermelha, símbolo do amor e do zelo pela glória do Coração de Jesus” (1940, fl. 94v.).

2.7.6 Missionárias externas

A Associação das Missionárias Externas de Jesus Crucificado era formada de mulheres alfabetizadas e de influência na sociedade santista, e piedosas, que dispunham de parte de seu tempo para ajudar as missionárias na manutenção do colégio e suas obras de caridade. As missionárias, além da atividade educacional, olhavam para o território em que estavam inseridas e procuravam, na medida do possível, suprir as carências do povo que as procurava em busca de ajuda - educacional, material e espiritual. Para isto, contavam com um roupeiro e um dispensário para atender aos necessitados. Era a obra social do colégio.

Desse trabalho voluntário prestado pelas missionárias externas, as irmãs podiam contar com um braço externo para divulgar o colégio e as obras sociais, assim como contavam com sua ajuda nas organizações de eventos para custear as despesas daquilo que as irmãs precisavam para a manutenção do trabalho no colégio, e das famílias por elas assistidas.

Neste apostolado, há, no Livro de Atas da Associação das Missionárias Externas, registros de 22 de março de 1957 a 8 de agosto de 1966. As evidências, porém, mostram que o trabalho já existia antes de 1957. A primeira ata registra que, devido ao flagelo das chuvas de 1956, suas atividades foram paralisadas, fato que indica a existência desse trabalho antes de 1957.

Há uma coerência nos registros encontrados quando comparados aos livros tombo já citados. De fato, as missionárias, em 14 de dezembro de 1956, mudaram-se para a Avenida Ana Costa, 70. O colégio, situado aos pés do morro de São Bento, na Avenida Visconde de Embaré, 151, foi atingido por uma barreira. O morro fora interditado. Missionárias e alunos foram para a Avenida Ana Costa. Conferindo a cronologia, em abril de 1960, o novo prédio do colégio fora inaugurado na Avenida Rangel Pestana, 395, conforme consta no Livro de Atas Missionárias Externas. A partir de abril, as reuniões passaram a acontecer no novo prédio do Colégio Casa de Nossa Senhora.

As missionárias externas eram leigas. Tinham suas famílias, mas viviam uma espiritualidade própria desse apostolado - o dever da “oração da manhã -, que se completava com cinco orações do Pai Nosso e as jaculatórias por amor às Santas Chagas de Jesus”, conforme o Livro de Atas da Associação das Missionárias Externas (1957, fl.22). Além das obrigações religiosas, seguiam também as diretrizes do Regulamento da Associação.

Na primeira ata, registra-se a composição dos cargos: diretora: madre Rita Amarante; vice-diretora: irmã Inocência Aguiar, também secretária; presidente: Maria do Carmo Filgueiras; vice-presidente: Iracema Maestre Dias.

Observa-se, nas atas, que na composição dos cargos da associação a diretora e a vice-diretora eram irmãs, excepcionalmente secretária. A presidente, a vice-presidente e a tesoureira eram missionárias externas. Depreende-se da composição desses cargos que a direção religiosa era exclusiva das irmãs e os demais cargos, de competência administrativa das missionárias externas. Nota-se que a presença das irmãs na diretoria sustentava as diretrizes do regulamento e as obrigações religiosas, para que a associação não se desviasse da finalidade de ajudar, sem perder de vista a espiritualidade. Temia-se, provavelmente, que caíssem numa visão mundana do serviço prestado às missionárias.

O envolvimento de leigos no apostolado das missionárias revela que havia uma inserção social em diversas áreas da sociedade. De fato, entre os atendidos constavam crianças, famílias, presos, idosos, militares e operários. Envolver todos esses grupos no processo de preparação para a páscoa denota a participação de pessoas engajadas numa estrutura pastoral bem organizada e coordenada pelas missionárias, que destinavam leigos para tomarem a frente deste trabalho de atração de grupos para a Igreja. Participavam de procissões, de retiros. O cultivo do amor a Nossa Senhora, Mãe Santíssima, era uma prática piedosa dos alunos.

Azzi; Klaus (2008, p. 465) destacam que no início do século XX havia um esforço da hierarquia católica na organização dos leigos. Nesse processo de organização, evidencia-se a presença feminina, que se tornara marcante nas organizações católicas. O mesmo trabalho foi realizado com os homens, em vista da proclamação pública da fé:

> A partir dos anos 1920, realiza-se um esforço efetivo para obter também um comprometimento de moços e homens com a fé. Alistados como membros de associações católicas, necessitavam ter coragem de demonstrar publicamente a sua fé, não apenas nas manifestações religiosas, mas até no próprio ambiente de trabalho (AZZI; KLAUS, 2008, p. 465).

Os dados constantes dos tópicos acima referidos - inserção de alunos em movimentos de devoção ao Coração de Jesus, envolvimento de estratos da sociedade santista em preparação à páscoa através de mutirões de catecismo planejados pelas missionárias -, evidenciam que, além da ação educativa, as missionárias também

contribuíam para uma formação sólida dos cristãos, conduzindo-os à compreensão de que deviam obediência à Igreja católica.

Essa cultura religiosa se irradiava para além do colégio, através de ações catequéticas divulgadas por meio de visitas, distribuição de convites, anúncios em rádio e no jornal. Eram ações bem planejadas, embora, às vezes, o resultado não correspondesse ao esforço empregado. Tais ações refletem a cultura escolar que incutia nos alunos e familiares os valores religiosos, aliados à educação formal dada no Colégio Casa de Nossa Senhora.

3 COLÉGIO CASA DE NOSSA SENHORA E AS INTERFACES DA CULTURA ESCOLAR

Este capítulo está voltado para o que acontece no cotidiano do colégio. As práticas educativas realizadas são abrangentes e moldam a conduta dos alunos através das práticas religiosas, assim as do corpo docente, os itens da ementa curricular, os elementos de abertura à comunidade para a exposição de trabalhos do colégio. Apresenta também a interação com o contexto da época, que se manifesta no desfile cívico, no canto orfeônico, na disciplina, e culmina com o rito de formatura. Esse conjunto de interações internas e externas ao colégio imprime a cultura escolar no aluno e na sociedade. Assim escreve Julia:

> A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (2001, p. 9).

No que tange à Historiografia da Educação, a categoria cultura escolar, há aproximadamente dez anos, vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade no campo da História da Educação. Observa-se uma aproximação cada vez mais fecunda com a disciplina de História, seja pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental, quanto por sua utilização nas análises da narrativa historiográfica (FILHO; GONÇALVES; VIDAL; PAULILO,2004, p. 142). O levantamento, a organização documental e o conceito de cultura escolar de Julia serão demonstrados neste capítulo a partir dos documentos encontrados.

3.1 MATRÍCULAS

Segundo os documentos pesquisados, neste caso, as fontes primárias, especialmente os Livros Tombo do Colégio Casa de Nossa Senhora em Santos, de 1933 a 1945 e de 1933 a 1982, registram um número crescente de matrículas. De 1933 a 1934, período em que as missionárias trabalharam com a educação de crianças e adultos na Cruzada das Senhoras Católicas na Avenida Conselheiro Nébias, 151, não foi encontrado nenhum registro de matrícula em posse das irmãs, pois, com o encerramento do contrato com as Senhoras da Cruzada, fora-lhes exigido pela presidente da associação a devolução de todos os livros de matrícula, razão por

que não foram encontrados nos arquivos da secretaria e da diretoria da cidade de Santos.

Em 1937, foram matriculados 200 alunos no Colégio Casa de Nossa Senhora, na Avenida Visconde do Embaré, 151, Morro São Bento. A secretária que fez o registro não demonstrou quantos, deste montante, foram matriculados em cada série. Em 1941, conta-se com um bom número de alunos, enquanto em 1942 e 1945 o número de matrículas é consolador. Nota-se não haver sido registrado o número de matrículas; contudo, pelas expressões usadas, pode-se inferir ter havido um crescimento no número de alunos.

Destaca-se um único registro de matrículas que identifica o número de alunos em cada série, como consta do quadro 8. Tal registro é relativo ao ano de 1963, última etapa do Colégio Casa de Nossa Senhora, que funcionou até 1972 no bairro do Jabaquara.

Quadro 8 - Número de matrículas

Cursos	Alunos
Jardim da infância	23
Pré-primário	136
Profissional	70
Total	229

Fonte: Livro Tombo n.1 A Casa Nossa Senhora no Patronato (1933-1982, fl. 25, 1963).

Observa-se, desde a chegada das missionárias em Santos, em 1933, que até 1972, ano que marca o encerramento de sua atividade escolar na cidade, o trabalho com a educação, especialmente com o curso primário e profissionalizante, crescia a cada ano. Nota-se isso pela ampliação do Colégio Casa de Nossa Senhora no morro de São Bento e com a mudança do colégio para o bairro do Jabaquara, onde a ampliação continuou, o que demonstra o aumento de matrícula todos os anos.

Nesta pesquisa, a etapa de 1935 a 1972 também não dispõe de informações de registros do Colégio Casa de Nossa Senhora na Secretaria de Educação de Santos e na Diretoria de Ensino da Região de Santos. No entanto, vale destacar a importância do Livro de Matrículas:

> [...] contém dados relevantes que permitem uma criteriosa caracterização dos alunos em relação à nacionalidade, filiação, idade, condições socioeconômicas (dados que podem ser aferidos tendo em vista a profissão do pai e/ou responsável e o endereço residencial do aluno). Esses dados são essenciais para uma compreensão mais acurada sobre as demandas

> pela escola e as características do alunado; aspectos reincididamente utilizados sem muito critério para legitimar determinadas explicações sobre o fracasso escolar e sobre a perda da qualidade do ensino público (SOUZA, 2000, p. 14).

O acesso ao livro de matrículas permitiria reconstruir um quadro mais abrangente do alunado, com dados sobre a procedência da família, e sua nacionalidade, visto que, no período, ainda havia um grande fluxo de imigrantes na cidade, especialmente de portugueses. Outro dado importante que poderia ser constatado seria a profissão dos pais, e sua situação econômica, embora o colégio concedesse bolsa aos pais que tinham mais de um filho no colégio. Pela ausência do livro de matrícula e pela escassez de dados sobre o alunado, o mesmo acontece com as informações documentadas sobre o corpo docente, algumas delas encontradas nos livros tombo já referenciados.

3.2 O CORPO DOCENTE

No Livro Tombo de 1933 a 1945, encontra-se o registro do corpo docente das Missionárias de Jesus Crucificado em 1935, conforme o mostra o quadro 5. Em 1936, o quadro 6 apresenta um novo corpo docente, com acréscimo de três. Percebe-se este acréscimo quando se comparam os dois quadros. De 1937 a 1945, quando se encerra o primeiro Livro Tombo, não mais se menciona o corpo docente. O mesmo acontece com os dados do período 1958-1975. O que impede a identificação do corpo docente é a ausência da nomeação do serviço que cada missionária realizava no colégio. Somente aparecia a identificação do título de madre, que, na vida religiosa, significava responsabilidade pela comunidade conventual. No caso do colégio, esse nome incluía também a função de diretora. Sabe-se, a partir da documentação já citada, que algumas missionárias se ocupavam com os serviços domésticos, enquanto outras, com o magistério.

3.3 O CATECISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Um dos objetivos das missionárias era ensinar o catecismo, como meio de inserir os alunos na religião através da preparação à comunhão e, consequentemente, à participação nos ritos da Igreja. Esses traços, com a marca da religião católica e da

doutrina apreendida no catecismo, estavam presentes na cultura escolar do Colégio Casa de Nossa Senhora. Os traços da religião e da inserção dos alunos nas práticas religiosas estão presentes nas fontes estudadas, particularmente no Histórico da Cruzada das Senhora Católicas:

> No dia 03/08/1939, o retiro espiritual das alunas do externato e Patronato, pregado pelo Reverendíssimo Padre Milton vindo de Campinas. Encerramento do retiro – houve missa solene às 8 horas num dos salões do colégio, que foi transformado em capela, visto ser grande o número de alunos que tomaram parte no retiro espiritual. De 12 a 14 de agosto de 1940, realizou-se nesses dias o retiro anual dos alunos da Casa de Nossa Senhora, sendo pregador o Reverendíssimo Padre Agenor Maria Sant'Anna. As alunas entravam às 12 horas e saíam às 17 horas; durante o dia, além de duas práticas, terço, via-sacra, leituras, etc. À tarde encerrava-se o dia com a bênção do Santíssimo Sacramento (LIVRO TOMBO, 1940, fl. 85 e 96).

Pode-se notar que as celebrações, o retiro e a preparação dos alunos para a comunhão tinham como objetivo tornar os alunos conscientes de sua religião e de sua missão no mundo, espaço em que atuariam como cristãos e cidadãos comprometidos com o bem-estar da sociedade.

3.4 CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo Valdemarim (2010), no início do século XX educadores dos Estados Unidos e do Brasil viam que o processo pedagógico da época já não atendia mais a contento às necessidades do mundo moderno, pautado na ciência. Tal movimento, preconizado pela Escola Nova, contribuiu para mudanças no currículo escolar:

> Nas décadas iniciais do século XX, tanto nos Estados Unidos da América, como na Europa e no Brasil, educadores proeminentes criticavam a educação então existente e anunciavam mudanças na sociedade (em geral, decorrentes da urbanização, dos processos de trabalho e da organização familiar) para justificar a necessidade de alteração nas finalidades e nos processos escolares. As novas possibilidades orientadoras da intervenção no sistema educacional, amparadas em experimentos científicos, consideravam o desenvolvimento infantil como determinante para o processo educativo e a atividade como elemento central do processo cognitivo. Na combinação das características comuns e específicas dessas análises e pesquisas são produzidas prescrições para a prática pedagógica e para a atuação dos professores que possibilitavam reuni-las num mesmo movimento e afirmar a constituição de uma tendência (VALDEMARIM, 2010, p. 88).

De acordo com Ovide Decroly, a escola existente na virada do século XIX para o século XX apresentou um novo modelo de aprendizagem, destacando o sentido prático da Escola Nova, que incorporava as mudanças na sociedade: "[...] a sociedade

passava por um processo de mudanças aceleradas e que a educação deveria participar dessa dinâmica incorporando, principalmente, sua flexibilidade" (VALDEMARIM, 2010, p. 90).

A mesma autora depreende, deste excerto, que tal renovação não pretendia romper com os procedimentos didáticos que já existiam. Nesta perspectiva de aprendizagem, tece algumas considerações:

> [...] considera a observação uma atividade importante, mas que deve ser ampliada; assim, ela é utilizada como na aprendizagem por lições de coisas, mas não se contenta em unir objetos com palavras e não se limita ao ensino pelo aspecto, pois exige o contato direto com a realidade e com o ambiente. [...] A associação diz respeito aos objetos e conteúdos nos quais o contato com a realidade não é indispensável, ou possível, e tem importância de segunda ordem. Refere-se a situações em que a difícil observação do espaço e do tempo está implicada e à explicação dos fenômenos. A expressão não se centraliza apenas na leitura, mas de um modo acessível engloba o desenho com o qual a criança se representa e em relação aos objetos do centro de interesse, seus colegas, o meio, etc. (VALDEMARIM, 2010, p. 95-96).

Depreende-se, das considerações da autora, que a aprendizagem da leitura e da escrita era imprescindível para a interação do aluno com o espaço escolar e a sociedade. Neste ato de educar, era fundamental o ensino destas duas habilidades aos alunos; em suma, essa era a tarefa principal do professor. Porém, a autora salienta que o progresso do aluno não podia ser constatado somente em função destas habilidades aprendidas. Desde modo, outras atividades podiam ser potencializadas, tais como: trabalhos manuais, produções artísticas, como desenho música e teatro. O desenvolvimento destas atividades possibilitaria uma avaliação mais ampla das potencialidades do aluno e lhe ampliaria as possibilidades para conduzir o próprio processo de aprendizado.

O currículo do primário do colégio Casa de Nossa Senhora não consta nos Livros Tombo, nem nos arquivos já referenciados; no entanto, as matérias do curso profissionalizante oferecido às moças, segundo o Livro Tombo n. 1, fls. 26 e 26v. (1933-1945) eram: costura, bordado e flores.

Segundo Romanelli (p. 164, 2010), antes de 1946, o ensino primário, praticamente, não recebera qualquer atenção do governo central. Todo o ensino era administrado pelos estados, que elaboravam as diretrizes conforme a situação. Cabia-lhes legislar sobre o ensino e inovar. Não havia diretrizes elaboradas pelo governo

federal para o ensino primário. Tratava-se de uma tradição ligada à nossa herança colonial, que dificultava o estabelecimento de diretrizes em nível nacional:

> Isso, no entanto, não significava que o primário estivesse em completo abandono pelos poderes públicos. Estes vinham desenvolvendo uma ação sobre a escola primária nos Estados e através deles. Era a administração estadual que cuidava do assunto e a ela estavam afetas até então as reformas por que passara esse nível de ensino. Acontecia, porém, que a ausência de diretrizes centrais criava uma desorganização completa do sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava, de acordo com sua própria política. Várias reformas do ensino feitas pelos Estados haviam atingido em cheio a escola primária, desde a década de 1920. Mas eram reformas isoladas, que contribuíam para acentuar mais ainda as diferenças regionais em matéria de educação (ROMANELLI, 2010, p. 164).

De acordo com a autora (p. 163-164, 2010), o governo federal pensava e elaborava as diretrizes para o ensino primário para todo o país. O Decreto-Lei 8.529 foi promulgado em 2 de janeiro de 1946, logo depois da queda de Getúlio Vargas. Esse decreto-lei, como as leis anteriores, também foi chamado de Lei Orgânica do Ensino Primário. A autora destaca que este decreto foi promulgado num momento de crise política e de mudança de regime, que implantaria o Estado Novo, e uma volta à normalidade democrática. No que tange ao currículo do ensino primário, observa-se que os artigos de 2 a 9 deram estrutura ao ensino primário, a partir de então subdividido em duas categorias:

> a) o ensino primário fundamental, por sua vez, ainda dividido em primário elementar, de 4 anos de duração, e primário complementar, de um ano apenas, destinados a crianças de 7 a 12 anos;
> b) o ensino primário supletivo, de 2 anos, destinado à educação de adolescentes e adultos que não receberam esse nível de educação na idade adequada (DECRETO-LEI n. 8529, 2/1/1946).

A estrutura do currículo para os cursos ficou conforme quadro 9.

Quadro 9 - Currículos

Curso primário elementar	**Curso primário supletivo**
I Leitura e linguagem oral	I Leitura e linguagem oral e escrita
II. Iniciação à Matemática	II. Aritmética e Geometria
III. Geografia e História do Brasil	III. Geografia e História do Brasil
IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho	IV. Ciências Naturais e Higiene
V. Desenho e Trabalhos Manuais	V. Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar)
VI. Canto Orfeônico	VI. Desenho
VII. Educação Física	VII. Economia Doméstica e Puericultura, só para os alunos do sexo feminino

Fonte: Decreto-Lei 8529, 2 de jan. 1946.

Romanelli (2010, p. 165) destaca que o currículo do ensino primário supletivo passou a vigorar em 1947 e contribuiu para a diminuição da taxa de analfabetismo no final da década de 1940, e em toda a década de 1950. Assinala que este foi um aspecto positivo da lei.

Nesta perspectiva e diante da falta de documentação que nos permita elencar as disciplinas do currículo do Colégio Casa de Nossa Senhora antes de 1946, é possível inferir que, a partir da promulgação do Decreto-Lei 8.529, de 1946, o currículo de tal colégio fosse o mesmo mencionado neste decreto, válido para todo o território nacional.

Destaca-se outra pesquisa do mesmo período (1936-1969), de Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto, que pesquisou o Educandário Nossa Senhora Aparecida – Ipameri/GO, uma instituição também fundada e dirigida pelas Missionárias de Jesus Crucificado. Apresenta, a propósito, o currículo do ensino primário. Tal currículo confere com o do Decreto-Lei 8.529, de 1946. Esse currículo fora publicado pelo Relatório de Inspeção do Educandário em 1947; além das disciplinas do referido decreto, apresenta outras línguas, a clássica, como o latim, e as modernas, como o francês e o inglês. Acrescenta ainda a disciplina de economia doméstica.

Diante desta similaridade de dois currículos do ensino primário, e de dois colégios do mesmo período e da mesma congregação religiosa, pode-se levantar a hipótese de que o currículo do Colégio Casa de Nossa Senhora, além das disciplinas do Decreto Lei 8.529, de 1946, oferecesse o estudo de outros idiomas, como o latim e o francês, comuns nos institutos religiosos.

No Colégio Casa de Nossa Senhora havia as duas modalidades de ensino primário: o fundamental, de 4 anos de duração, e o ensino primário supletivo, de 2 anos, destinado à educação de adolescentes e adultos. Essa modalidade aparece no Livro Tombo n. 2 (1958-1975) a partir de 1965 em diante. Tal documento não nos permite quantificar o número de alunos.

3.5 EXPOSIÇÕES DE TRABALHOS MANUAIS

A escola apresentava aos pais e familiares dos alunos e à comunidade as atividades realizadas durante o ano letivo, e tinha como objetivo ampliar a divulgação da instituição e, desde modo, atrair novos alunos e benfeitores para ajudarem na manutenção do colégio.

Quadro 10 - Programa da exposição de trabalhos (a)

Apresentação	**Execução**
1. Marcha	Por diversos alunos
2. Mentirinhas	Coro pelas alunas do jardim da infância
3. Ficar velha	Monólogo pela aluna Yara Fernandes
4. Um grande amor - drama sacro	Por diversas alunas
5. Marcha	Por diversas alunas
6. As holandezas	Coro por algumas alunas
7. Seu Zé Pilin - comédia caipira	
Canto Final	
Observação: Esta festa terminou com a alegria geral. Foi assistida pelo reverendíssimo prior, por diversos beneditinos e muitas pessoas amigas.	

Fonte: Livro Tombo, 1935, fl. 37.

Quadro 11 - Programa de exposição de trabalhos (b)

Primeira Parte	**Entrega de diplomas**
Apresentação	**Execução**
As abelhinhas	Coro pelas alunas do Jardim da Infância
O gorro do vovô	Monólogo pela aluna Neide Peres
As lavadeiras	Coro por diversas alunas do segundo e terceiro ano
Cabecinha sem juízo	Cançoneta pela aluna do Jardim Iná Diegues
O inspetor	Comédia escolar, por diversas alunas do terceiro e quarto ano
O inspetor	
Segunda Parte	
Em casa de Natan	Drama sacro em dois pequenos atos
As estações	Coro pelas alunas: Nair Rodrigues, Stella Hinniger, Dilce Pires e Nair Acedo
A voz das crianças	Soneto pela aluna Neide Peres
As caipirinhas	Coro pelas alunas do primeiro e segundo ano
Em família	Soneto pela aluna Stella Hinniger
Barcarola	Coro pelas alunas do Patronato
Quadro vivo Jesus entre as criancinhas	

Fonte: Livro Tombo, 1936, fl. 47.

Os quadros 10 e 11 demonstram o estudo da literatura, da poesia e da música pelos alunos do Colégio Casa de Nossa Senhora. Essa programação fazia parte do calendário do colégio e era aguardada pelas famílias dos alunos. Os livros tombo, já citados, registram estes eventos realizados no final do ano, pois já faziam parte da programação de formatura, e porque o colégio era aberto à comunidade e os alunos expunham os trabalhos manuais realizados durante o ano. Tais trabalhos consistiam basicamente na exposição de música, poesia, teatro, flores, desenhos, corte e costura e bordados.

No que tange à literatura, supõe-se que houvesse uma biblioteca no colégio, o que era comum nos colégios católicos, embora não se tenha tido acesso a nenhum documento que demonstrasse sua existência. Trabalha-se, aqui a partir da hipótese provocada pelas evidências literárias apresentadas pelos alunos nas exposições de trabalhos.

Cabe ressaltar que o movimento da Escola Nova colaborou com a instalação de bibliotecas nas escolas. Esse espaço era para a aprendizagem dos alunos e a formação docente:

> Ao assumir a direção geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, entre outras coisas, preocupou-se em organizar bibliotecas escolares. A partir de 1928, cada escola primária carioca ficaria obrigada a manter duas bibliotecas: uma para os alunos(as) e outra para professores(as). [...] trimestralmente, o responsável pela biblioteca, geralmente um professor(a) da escola, auxiliado por alunos(as), tinham por incumbência efetuar uma estatística dos livros de preferência do corpo docente remetendo à diretoria uma do movimento bibliotecal (VIDAL, 2000, p.13).

A biblioteca é um espaço privilegiado para o cultivo do hábito da leitura, que torna o aluno capaz de fazer comparações entre as realidades e emitir uma opinião bem fundamentada. A finalidade é contribuir para a mudança do espaço escolar e social. Em 1917, Oscar Tompson já tinha registrado a importância desse hábito e seu cultivo na escola primária:

> A elas está destinado um grande papel, qual o de fomentar o gosto pela leitura individual. É na escola, e na escola, e na escola primária, que devemos cultivar tão salutar hábito; uma vez adquirido ele na infância, os nossos moços trocarão as noites passadas nos cafés, nos bares e nas ruas, pelo augusto recinto das bibliotecas e trato dos livros. As bibliotecas escolares representam, pois, importantíssimo papel na educação moral da nossa juventude.[30]

A biblioteca é apresentada como uma fonte do conhecimento; nela, professores e alunos se atualizam e colaboram com o avanço do conhecimento nas diversas áreas da pesquisa acadêmica e científica.

Além do destaque a literatura, o coro dos alunos aparece várias vezes no programa de apresentação da exposição de trabalhos. Evidencia que eles tinham aulas de música, cantavam em formaturas, missas, procissões, celebrações e comemorações promovidas pela escola. A documentação estudada mostra que a

[30] *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1935-1936), p. 147. Oscar Tompson no Anuário de 1917.

música fazia parte da vida escolar, pois, conforme o currículo da época, o canto orfeônico era obrigatório nas escolas públicas.

O canto orfeônico foi implantado oficialmente no Brasil a partir do Decreto Federal nº 19.890, de 18 de abril de 1931:

> A presença da música nos currículos escolares brasileiros, sobretudo no programa de ensino de instituições particulares vinculadas a ordens religiosas católicas e a missões ligadas ao protestantismo, pode ser constatada anteriormente à implantação do projeto de Villa Lobos, ainda em meados do século XIX: a partir do Decreto nº 1331ª, de 17 de fevereiro de 1854, do Império do Brasil, foi estipulada a presença do ensino de "noções de música" e "exercícios de canto" em escolas primárias (que abordavam o ensino de 1º e 2º graus) e nos Cursos Normais (magistério) (LISBOA; KERR, 2005, p. 417).

O projeto do compositor Villa Lobos se configurava da seguinte maneira:

> O primeiro volume, publicado em 1940, contém 41 peças e apresenta a predominância do trabalho com canções a duas vozes e, principalmente, do uso de marchas, sendo que, para Villa-Lobos, o padrão rítmico de marcha abrange os compassos de 2/4, 4/4 e 6/4. Predominam, também canções originais compostas para o movimento orfeônico sobre temas folclóricos, o que não acontece no segundo volume, em que predominam canções folclóricas adaptadas. O segundo volume, publicado em 1951, contém 45 canções com nível de dificuldade técnica visivelmente maior do que as canções do primeiro volume, com predominância de canções a três e a quatro vozes (há também algumas a cinco e seis vozes) (LISBOA; KERR, 2005, p. 420).

Cabe ressaltar que a execução desse projeto estava inserida no contexto histórico da Revolução de 1930, desencadeando novos ideais e propostas nacionais nas áreas estruturantes do país, como a política, a economia, a cultura e a educação. Dessa pesquisa das autoras, depreende-se que a inserção da música nas escolas pública e privadas brasileiras através do projeto Villa-Lobos colaborou com o ensino da música na formação de um caráter disciplinado, cívico e artístico.

3.6 OS RITOS CÍVICOS

Os livros tombo referenciados nesta pesquisa registram homenagens dos alunos à pátria no dia da Independência do Brasil, nos respectivos anos: 1937, 1940, 1943, 1962, 1965. Os dados apresentados não permitem inferir além dos muros do colégio uma participação no desfile cívico realizado anualmente na cidade de Santos/SP:

> Comemoração festivamente esta grande data nacional, no nosso Externato. As 8 horas, todos os alunos reunidos no salão de festa, com a presença de todas as irmãs, entoam o Hino Nacional e a aluna do 4º ano, Isaura Brando,

> fez uma preleção sobre o feito histórico que o Brasil comemora. Diversas alunas declamaram poesias apropriadas à data. Em seguida, entoado novamente o Hino Nacional, os alunos dispersaram por ser feriado (fl. 57, 1937). Fizemos no pátio do Colégio a comemoração da data da Independência do Brasil, havendo cantos, poesias e uma parte esportiva (fl. 97, 1940). Realizou-se a festa escolar da Independência (fl. 129v., 1943). Os alunos do Curso Primário prestam uma homenagem à nossa Pátria querida, apresentando números de cantos, poesias e dramatizações, terminando com uma parte esportiva: jogos e corridas, recebendo prêmios, os vencedores (fl. 119v., 1962). Os alunos do Curso Primário prestam uma homenagem à Pátria através de cantos, poesias, etc. (fl. 144, 1965).

De acordo com os excertos acima, os alunos não participavam do desfile cívico no dia Sete de Setembro nas ruas de Santos. Nota-se um padrão do colégio, nesta comemoração cívica. Três elementos compunham o rito comemorativo: a literatura, a arte e o esporte. Elementos típicos de um colégio religioso, que prezava pelo ensino clássico.

Nesses excertos, a não participação do colégio no desfile cívico chama a atenção, pois, na época em que foram registradas as ausências do colégio no desfile, a participação dos alunos era obrigatória por lei. Quem narra o fato, o interpreta e o pode torcer, eliminando detalhes que forneceriam uma conjuntura mais ampla do fato estudado:

> [...] a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade constitui, por si mesmo, o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p. 2).

Diante do exposto, é válido ressaltar que a participação nos desfiles cívicos nem sempre era realizada por adesão, ou espontaneamente. Desde a década de 1930, as leis obrigavam a participação dos estudantes nas comemorações cívico-patrióticas, como o determinava o Decreto 19.488, de 15 de dezembro de 1930. A Lei 259, de 1º de outubro de 1936, tornava obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do Hino Nacional. O Decreto 7.807, de 1941, dispunha sobre o estandarte e o vexilo da Juventude Brasileira, cuja feitura, bem como seu uso, seriam devidamente instruídos pelo ministro da Educação. Essas legislações, criadas por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, exigiam que o Hino Nacional fosse ensinado e cantado diariamente nas escolas. Neste contexto, um ex-aluna, Neuza, relata que havia um uniforme próprio

para o desfile de Sete de Setembro. O ensaio era feito por três soldados um mês antes, nas ruas da cidade. O desfile era de manhã; começava na Praça Mauá, Centro de Santos, e terminava na praia.

3.7 PASSEIOS

Na documentação estudada, foram encontrados registros de alguns passeios dos alunos. A síntese desses registros, como se verá abaixo, não permite inferir se se tratava somente de lazer, ou de aulas práticas fora do ambiente escolar:

> Cem alunos visitam Campinas-SP e participam dos 25 anos de ordenação episcopal de d. Francisco Campos Barreto (1936, fl. 44). Pic nic do Colégio na Prainha (fl. 96, 1940). Pic nic na Prainha com todas as alunas (fl. 107v, 1941). Pic nic das crianças da Casa de Nossa Senhora na Prainha (fl. 116, 1942). Excursão escolar com as alunas para Prainha (fl. 129v. 1943). Os alunos do 2º, 3º e 4º anos, acompanhados por suas professoras, irmã Áurea e irmã Maria Heroína fazem um passeio à Biquinha, em São Vicente (fl. 143, 1965).

Observe-se a participação especial dos alunos no jubileu de prata de d. Barreto, fundador das Missionárias de Jesus Crucificado, em Campinas/SP, e nas praias da Biquinha e da Prainha, ambas em São Vicente/SP. Provavelmente devido à proximidade da cidade de Santos, estas praias fossem frequentadas pelo colégio em seus passeios programados. A documentação estudada não permite inferir se os passeios eram extensão das aulas do colégio ou simplesmente momentos de lazer.

3.8 INSPEÇÃO ESCOLAR

De acordo com Finoto; Cária (2011), a inspeção escolar aparece, pela primeira vez, na Legislação do Ensino em 1932, na reforma do Ensino Secundário de Francisco Campos (Decreto-Lei nº. 21.241, de 4/5/1932- artigos 63 a 86). As mesmas autoras constataram que entre 1942 e 1946 surgiram várias leis orgânicas; porém, a única que tratava da inspeção era a Lei Orgânica do Ensino Secundário, conforme o Decreto–Lei nº 4.244, de 9/4/1942, nos artigos 75 e 76. Quando a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), ao delegar a competência aos estados e ao Distrito Federal para autorizar, reconhecer e inspecionar os estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União (artigo 16),

estabeleceu também a qualificação do responsável pela inspeção, conforme o seguinte artigo:

> O Inspetor de Ensino, escolhido por concurso de títulos e provas, deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério, de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensinos" (Artigo 65, da Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI nº. 4.024, de 20/12/1961).

Segundo Finoto; Cária (2011), antes da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de 28/11/1968), a inspeção era feita por elementos sem habilitação específica. Diante disso, ela poderia ser exercida, no estado, por professores de ensino médio e até por portadores de diploma de curso superior, muitas vezes sem nenhuma ligação direta com os problemas educacionais. Houve ainda época em que a inspeção dos estabelecimentos do antigo ensino secundário era feita por elementos a quem competia tão somente fiscalizar provas, exames e assinar papéis que não tinham nenhuma finalidade prática e efetiva para a escola. Isso acontece ainda hoje em determinados setores burocráticos do serviço público.

As autoras ainda destacam que a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71 estabeleceu a organização do ensino de 1º grau (quatro séries do primário, mais quatro séries do ginásio) e 2º grau, alternando toda a legislação anterior do ensino primário e médio. Com isso, as exigências referentes à formação profissional do inspetor escolar foram as seguintes:

> Formação em curso superior de graduação, com duração curta ou plena ou de pós-graduação, admissão na carreira de Inspetor Escolar por concurso público de provas e títulos, remuneração conforme estatuto de carreira do magistério. Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96, a formação profissional do Inspetor Escolar foi mantida. Contudo, em seu artigo 64, estabelece que a formação do Inspetor Escolar se dê em cursos de pós-graduação: "A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em Cursos de Graduação em Pedagogia ou em nível de Pós-Graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional" (LBDN 9.394/96).

Os novos modelos da educação nacional demandam uma questão de ordem prática:

> São desafios que colocam o Inspetor Escolar para a observância da legislação da educação junto às escolas, pelo seu papel de legítimo representante da administração central e regional do Sistema. Uma leitura mais atenta da LDBN e de alguns de seus artigos remete a algumas competências que o Inspetor Escolar pode exercer, em ação solidária com as

> escolas e seus diretores, pedagogos e professores e em interação com setores das secretarias estaduais e municipais e dos órgãos regionais de educação (FINOTO; CÁRIA, 2011).

Para as autoras, o perfil desse profissional deve ser:

> Função verificadora: deve possuir domínio da legislação, ser pesquisador e observador. Função avaliadora: educador. Função orientadora: ter boa comunicação oral e escrita; conciliador. Função corretiva: segurança e postura pedagógica. Função realimentadora: criatividade (FINOTO; CÁRIA, 2011).

Além disso, o inspetor escolar devia ser orientado profissionalmente, conforme o Art. 4º da Resolução Secretaria Estadual de Ensino nº 305/83:

> I - comunicação entre os órgãos da administração superior do sistema e os estabelecimentos de ensino que o integram; II - verificação e avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino; III - orientação e assistência aos estabelecimentos de ensino na aplicação das normas do sistema; IV - promoção de medidas para a correção de falhas e irregularidades verificadas nos estabelecimentos de ensino, visando à regularidade do seu funcionamento e à melhoria da educação escolar; V - informação aos órgãos decisórios do sistema sobre a impropriedade ou inadequação de normas relativas ao ensino e sugestão de modificações, quando for o caso.

Observe-se, nesta breve exposição do histórico da inspeção escolar no Brasil, que o Colégio Casa de Nossa Senhora abarca a legislação do ensino desde 1933 até 1972, quando encerra suas atividades em Santos. A inspeção escolar é compreendida no contexto apresentado. No quadro 12, constam as inspeções e observações dos inspetores no período inspecionado.

Quadro 12 - Inspeção escolar (a)

Ano	data	Inspetor Escolar	Observações	Folhas
1940	8/10	A. Vilela		97v.
1941	16/04	Prof. Vilela	Percorreu todas as classes dando em cada uma as orientações oportunas	102v.
1941	11/08	Sr. João Vilela		107v.

(cont.)

(conclusão)

1942	6/03	Prof. Vilela	Visitou todas as classes	112
1942	31/07	Sr. Plínio	Assistiu às aulas do Jardim da Infância	115v
1942	23/10	Prof. Plínio dos Santos		116v.
1943	3/04	Sr. Plínio dos Santos		122
1943	11/05	Sr. Plínio dos Santos	Tudo em ordem	124v
1943	12/08	Sr. Plínio dos Santos		129

1944	10/04	Sr. Plínio dos Santos	Percorrendo as classes, deixou novas orientações para as irmãs prosseguirem sempre com amor na formação da infância brasileira.	
1945	s/d	Sr. Plínio de Oliveira Santos	Visitando as classes, deixou às irmãs novas orientações para o ano que se iníciou.	142

Fonte: Livro Tombo n. 1 - Histórico da Cruzada das Senhoras Católicas (1933-1945).

O quadro mostra que a inspeção era feita com regularidade, a cada ano. Percebe-se que as observações registradas são vagas, não permitindo, deste modo, a elaboração de um relatório detalhado com elementos suficientes para uma análise ampla da situação da escola no período inspecionado.

Quadro 13 - Inspeção escolar (b)

Ano	Visita	Inspetor	Observações	Folhas
1958	18/5	Sem nome	Tudo em ordem	fl. 10v.
1959	25/05	(...) Flávio de Andrade	Não consta	fl. 34
1960	29/08	Sem nome	Não consta	fl. 66
1961	27/3	Sem nome	Ótimas apreciações	fl. 92
1961	4/11	Sem nome	Visita mensal	fl. 105
1962	6/4	Inspetora	Inspeção: curso profissional	fl. 110
1962	13/11	Sem nome	Não consta	fl.120v.
1964	18/3	Prof. Jarbas Godoy	Não consta	fl.132v.
1965	15/3	Sem nome	Boa impressão do colégio	fl.140v.

Fonte: Livro do Tombo n. 2 Casa de Nossa Senhora – Santos (1958-1975)

Este quadro é mais impreciso do que o primeiro; registra apenas o nome de dois inspetores. Os dados são igualmente vagos, sem elementos para uma avaliação detalhada da inspeção escolar. Nota-se, no primeiro quadro, como, pela regularidade da inspeção escolar, das observações registradas nos quadros e do andamento das atividades do colégio se pode afirmar que o colégio teve uma boa avaliação nas inspeções que teve nos períodos registrados nos documentos pesquisados.

3.9 FORMATURAS

Segundo as referências dos quadros 14 e 15, a formatura dos alunos era motivo de celebração e momento em que se via o resultado de todo o esforço empregado no ensino dos alunos e alunas do colégio. Essas celebrações eram preparadas com muito esmero, pois seguiam um rito próprio que se iniciava com a missa; em seguida, no salão do colégio o paraninfo- normalmente era um padre, que discursava. Cabe registrar que somente em 1972 o Livro Tombo menciona paraninfos não religiosos,

como os senhores Rizieri e Guiomar Leoneti. Isso mostra a abertura da Igreja para os leigos, que nos anos setenta já se destacavam como líderes de comunidades. Até 1972, somente religiosos, padres ou freiras eram os paraninfos. Enquanto se fazia a entrega dos diplomas, executava-se uma programação cultural com apresentação de poesias e músicas pelos próprios alunos.

Quadro 14 - Formaturas (a)

Ano	Cursos	Formandos	Folhas
1935	Trabalhos manuais	9 alunas	fl. 37v.
1936	Trabalho, costura, corte e flores	16 alunas	fl. 46
1938	Primário	11 alunas	fl. 75v.
1939	Primário		fl. 89
1940	Primário (Externato e Patronato)		fl. 99
1941	Primário		fl. 110v.
1942	Primário (Externato e Patronato)	20 alunos do Externato e 4 alunas do Patronato	fl. 117
1943	Primário		fl. 131
1944	Primário		fl. 140v.
1945	Profissional e Primário		fl. 147v

Fonte: Livro Tombo n.1. Histórico da Cruzada das Senhoras Católicas (1933-1945).

Ao pesquisar esse livro, pode-se entender o externato como um colégio particular que atendia somente a alunos externos. O mesmo documento também faz menção ao patronato, referindo-se à assistência e à proteção dada aos menores e demais alunos carentes, pois o colégio também concedia bolsa aos pais que tinham mais de um filho no colégio e a crianças carentes. No quadro, observa-se que em alguns anos não é citado o número de formandos. Nota-se, entre o primeiro e o segundo quadro, uma enorme lacuna, que compreende o período de 1946 a 1957. Nesse período, não foram encontrados os livros tombo ou outros documentos que informassem dados relativos ao período. O quadro 15 começa em 1960, pois não deve ter havido formaturas de 1958 a 1959.

Figura 9 - Formatura do Curso Profissionalizante em 2/12/1950

Ex-alunas do Colégio Casa de Nossa Senhora, na Avenida Visconde do Embaré, 151, nas proximidades do Mosteiro São Bento, em Santos-SP. A que está sentada é Neide Peres Paiva;a de pé, sua irmã gêmea, Neuza Peres Cruz.V

Fonte: Acervo pessoal de Neuza Peres Cruz.

Figura 10 - Lembrança de formatura

Fonte: Acervo pessoal de Neuza Peres Cruz.

As figuras 9 e 10 revelam que a formatura e a missa aconteciam no mesmo dia, o que evidencia a cultura religiosa no Colégio Casa de Nossa Senhora, assim como o duplo objetivo de sua proposta pedagógica: evangelizar e educar. Os ritos de formatura registrados nos documentos pesquisados destacam a missa como um dos elementos do rito de formatura, além da exposição de trabalhos realizados nessa oportunidade. Registra-se, ainda, o envolvimento da comunidade local e de autoridades da cidade de Santos - um público com potencial de divulgação do colégio. Com ele se contava para aumentar o número de benfeitores para ajudarem na manutenção tanto do ensino primário e profissionalizante, quanto das obras de assistência social. Estas últimas se faziam através da doação de roupas e alimentos aos necessitados, da concessão de bolsa de estudos aos alunos carentes e do investimento no curso profissionalizante, como destaca o quadro 15, onde se registram diversas turmas sendo formadas anualmente.

Quadro 15 - Formaturas (b)

9/12/1960	Profissional, Primário e Infantil	fl. 76
28/11/1964	Profissional e Primário	fl. 138v.
26/11/1965	Primário Noturno	fl. 145v.
8/12/1965	Primário e Profissional	fl. 146
30/11/1966	Primário e Profissional	fl. 154
29/11/1967	Primário e Profissional	fl. 156v.
6/12/1969	Primário e Profissional	fl. 167v.
5/12/1970	Primário e Profissional	fl. 172
19/11/1972	Primário Noturno	fl. 181

Fonte: Livro Tombo n. 2 - Casa de Nossa Senhora – Santos (1958-1975).

No quadro 15, segundo as referências citadas, nada consta sobre o currículo do ensino infantil; já o curso profissionalizante, segundo a ex-aluna Neuza, era destinado às mulheres, que podiam entrar direto no curso, ou após o curso primário. O objetivo era aprender uma profissão para ajudar na renda da família. Além da aula de religião, tinham as disciplinas de trabalhos manuais: flores artificiais, tricô, bordado, corte e costura. Destaca-se, ainda, o primário noturno, destinado aos adultos que queriam ser alfabetizados. Constituía, à época, o supletivo do primário.

Vemos, nas figuras 11 e 12, a entrega de diploma do curso profissionalizante e uma prova de bordado aplicada para averiguar o conhecimento adquirido durante as aulas de bordado. As provas também eram aplicadas nas disciplinas de corte e costura, flores artificiais e crochê. A avaliação do conhecimento era constante; com isso, pretendia-se atestar a aprendizagem e a qualidade do curso profissionalizante. Essas práticas educativas visavam à qualidade do curso e ao preparo das alunas para ajudarem na renda da família. Vale lembrar que a documentação estudada não registra cursos profissionalizantes para alunos.

Figura 11 - Formatura do Curso Profissionalizante

Formatura da ex-aluna Maria de Lourdes Alves Martins, em 1966, no colégio Casa de Nossa Senhora, na Avenida Rangel Pestana, 395, Santos/SP.

Fonte: Acervo pessoal de Maria de Lourdes Alves Martins.

Figura 12 - Prova de bordado

Prova do Curso profissionalizante.

Fonte: Acervo pessoal de Maria de Lourdes Alves Martins (ex-aluna).

As práticas educativas listadas revelam a cultura escolar que inculcava nos alunos um modo próprio de ser e estar no mundo. Tais práticas revelam a cultura de uma instituição católica, cuja função era educar, mas também catequizar, característica provada pelos ritos da missa, das práticas devocionais, pela disciplina e pelas aulas ministradas pelas missionárias, com vistas a preparar o aluno para além da sala de aula, o que o preparava a contribuir como cidadão e cristão na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propõe mais perguntas do que respostas às indagações feitas ao objeto investigado, razão por que o trabalho é sempre inacabado e cheio de rastros que precisam ser seguidos em busca de novas respostas para o que fora perguntado. Não se pode negar, contudo, um resultado satisfatório evidenciado pelo diálogo estabelecido com as fontes consultadas para a realização da presente investigação.

Os documentos estudados conservaram, sob a forma de registros, fotografias, atas, relatórios e livros tombo a dupla finalidade do Colégio Casa de Nossa Senhora: educar e evangelizar. Esse objetivo das Missionárias de Jesus Crucificado se manifestava, no âmbito interno do colégio, através de orações, devoções e retiros anuais com os alunos; no âmbito externo, por meio do ensino do catecismo e de ações sociais junto aos pobres, reafirmando a finalidade de difundir a fé católica.

No contexto desta pesquisa, destacam-se as décadas de 1920 e 1930, período em que no Brasil se travaram disputas ideológicas importantes, como a Revolução de 1930, provocadas pela política, que passou por um processo de reordenamento estrutural. Destaca-se, nesse momento e contexto, a educação, uma vez que este âmbito se tornou alvo de interesse público e motivos de debates acalorados entre a Igreja Católica e os liberais. Buscava-se a formação de um “novo homem”, um indivíduo compatível com as novas demandas sociais pelas quais o País atravessava. No caso, a educação foi considerada o fio condutor da política de uma nova “consciência social”.

Neste processo de desenvolvimento, durante o governo de Getúlio Vargas, o País experimentou a centralização da educação na formação do quadro moral e cívico até mesmo para o campo das produções, que acabaram sendo elaboradas com caráter cívico e pedagógico. Tais iniciativas não conseguiram ser totalmente desmobilizadas pelas inciativas liberais de renovação escolar, um empreendimento escolanovista da época. Soma-se a este grupo a Igreja Católica, que buscou retornar ao campo político por meio da catolicização da educação, tendo sido necessário, para tanto, criar condições e meios necessários ao cumprimento das exigências da recristianização do País, determinada por uma hierarquia eclesiástica da Igreja.

Outro cenário descortinado foi não ter sido possível o acesso a alguns arquivos, devido à desorganização e à desatualização tecnológica. Por se tratar de uma pesquisa documental, há que se destacar a importância desses documentos:

> A finalidade dos arquivos escolares é a comprovação do direito de pessoas ou da administração. As informações provenientes desses arquivos são utilizadas pelos órgãos da administração pública para exercer controle do fluxo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação, evasão, etc. Para além de fins comprobatórios ou burocráticos, os arquivos escolares têm valor histórico e cultural, na medida em que permitem apreender elementos das práticas administrativas e pedagógicas construídas ao longo do tempo de funcionamento (LEITE, 2008, p. 1.979).

Diante de tal relevância, ainda há muito por fazer para que não se perca a memória da instituição. No caso das Missionárias de Jesus Crucificado, foi constituída uma equipe de história para pesquisar, organizar e arquivar os documentos da congregação, em particular relativamente às fontes primárias, como livros tombo, livros de atas e documentos impressos que registravam o cotidiano da vida e da administração das missionárias. Tal organização facilitou a consulta, embora não tenham sido encontradas todas as fontes que respondessem com detalhe às questões da pesquisa. O fato provocou a busca por sujeitos vivos dessa história, embora, mesmo assim, pouco se tenha conseguido captar. O contato com os sujeitos tem revelado, de parte deles, um processo de “amnésia histórica”, não tendo sido rara a necessidade de ajudar a reavivá-la, fato, aliás, observado por Nora:

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (1993, p. 9).

Percebe-se, ao longo desta pesquisa, uma tensão entre memória - “um elo vivido no eterno presente” - e a história como “representação do passado”. Notam-se esses fenômenos nos textos manuscritos, em livros tombo e de ata. No caso das missionárias oblatas, que eram negras e tratadas como de segunda classe, este tema aparece sutilmente. Algo estava escondido até que a memória subterrânea viesse a clamar por igualdade, que foi o que mais aconteceu, conforme registrou a pesquisa. Quem escreve interpreta segundo sua subjetividade; igualmente, sintetiza para registrar o que convém. Veem-se manuscritos detalhados e manuscritos apenas

citados, sem dados suficientes para mapear o espaço escolar e interpretá-lo de forma circunstanciada.

Apesar do grande acervo encontrado no arquivo geral das Missionárias em Campinas/SP, poucas são as fotos que podem ser aproveitadas como fontes iconográficas. Tal restrição se deve à falta de legenda, ou por causa de legendas incompletas, e à dificuldade de encontrar missionárias das décadas de 1930 a 1950 com lucidez para trazer à memória nomes e fatos registrados no acervo fotográfico do arquivo geral em Campinas/SP.

De acordo com Benjamin (1985, p. 107), "[...] a legenda é introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida; sem ela, qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa".

Esse autor associa elementos como foto, arquivo, catálogo, ou seja, faz dela "documento histórico". O valor documental da fotografia está no fato de ela permitir manter viva uma memória fotografada, catalogada e legendada nos arquivos.

O registro fotográfico aqui disponível tem fornecido evidências de que nos anos de 1960, no Colégio Casa de Nossa Senhora, no Bairro do Jabaquara, em Santos, havia um grupo dos 'missionários externos', algo diferente de cuja existência a documentação manuscrita e impressa das missionárias não havia mencionado, limitando-se à menção de 'missionárias externas'.

Esse registro fotográfico, encontrado no arquivo da Paróquia Jesus Crucificado, em Santos, permitiu-nos identificar este grupo de homens missionários externos. Seu trabalho consistia principalmente em promover eventos para angariar fundos destinados à manutenção do colégio, a divulgar o colégio e a regra de vida das missionárias. Eram os braços delas para além do colégio.

Assim sendo, sintetizamos os capítulos e elencamos mais algumas considerações finais da presente pesquisa.

No primeiro capítulo, tem-se procurado narrar a história das missionárias da instituição, desde as reuniões que Maria Villac realizava com suas amigas para rezar, até a fundação do instituto fundado por d. Francisco Campos Barreto e a própria madre Maria Villac, por se tratar de instituto religioso. Maria Villac, como fundadora, recebeu o título de madre, isto é, de superiora das missionárias. Cabe citar os passos da institucionalização, que começou como uma associação, para cuja participação não havia restrição. Depois, tornou-se um instituto religioso, no qual somente entraria

quem quisesse ser religiosa. Inicialmente, o instituto era reconhecido apenas pelo bispo de Campinas; depois, aprovado por documento pontifício, tornou-se reconhecido em todo o mundo.

Com o reconhecimento de instituto religioso e especialista em catequese, as missionárias logo foram convidadas, desde 1930, a administrar colégios em várias partes do Brasil. As missionárias tinham formação em magistério; por isso, alinhavam a experiência do catecismo às aulas, o que facilitava conduzir uma sala de aula. Não eram inexperientes na arte de falar em público e se fazer entender. No primeiro capítulo, foi possível observar que, além do livro da própria congregação, não há outros autores que tratem dessa história. Embora nos últimos anos tenha aumentado o interesse pelo estudo de instituições escolares, no campo das instituições escolares religiosas ainda há um grande campo a ser explorado.

No segundo capítulo, foram mapeados os caminhos da educação das missionárias em Santos/SP, onde chegaram em 1933, e foram trabalhar na Cruzadas das Senhoras Católicas. Além do catecismo, davam aulas de trabalhos manuais aos alunos. A cruzada tinha administração própria. As missionárias estavam a serviço dessa instituição. O contrato feito por dois anos fora encerrado antes de terminar o ano de 1934, devido a um desentendimento com a diretoria, que não distinguia vida religiosa de escola, e as missionárias não conseguiam conciliar a vida conventual com o excesso de trabalho. Não havendo acordo, encerrou-se o contrato em 1934. Este período foi conturbado para as missionárias, a tal ponto de quererem voltar para Campinas. O apreço de d. José Maria Parreira Lara, bispo de Santos, pelas missionárias e pelo trabalho extraordinário por elas realizado no campo da catequese, do operariado e da educação contribuiu para que ele interviesse a favor da permanência delas na diocese.

Em 1935, d. Lara, interveio e fez algumas tratativas com os monges do mosteiro de São Bento. Eles tinham uma casa velha e abandonada, que reformaram para acolher as missionárias que, deste o início do mesmo ano, abriram matrículas e começaram o trabalho com a educação. Embora morassem em espaço cedido por contrato, elas tinham autonomia: dirigiam o colégio, davam aulas para o primário e curso profissionalizante. Tratava-se de um colégio particular, chamado Colégio Casa de Nossa Senhora, situado nas imediações do mosteiro.

Cabe registrar a assistência religiosa a várias categorias profissionais da cidade - operários, militares, jornaleiros e presidiários, e a quem mais precisasse de ajuda. Mantinham, para isso, uma dispensa e um roupeiro para ajudar os pobres e os alunos que precisavam de bolsa de estudo. A prática da caridade e a promoção social marcaram a atuação das missionárias. Neste colégio, ficaram até 1956, quando, em Santos, fortes chuvas alagaram diversas partes da cidade, com um deslizamento de terra no morro de São Bento que atingiu o colégio. Por conta dessa tragédia, as missionarias se mudaram para a Avenida Ana Costa, 70.

Enquanto estavam morando e dando aulas nesse novo endereço, conseguiram da Companhia Docas a doação de um terreno, na Avenida Rangel Pestana, 395, no bairro do Jabaquara, sempre em Santos. Este novo colégio, construído pela companhia e com doações de benfeitores e da comunidade, foi inaugurado no dia 2 de abril de 1960. O Livro Tombo (1958-1975) registra que as missionárias ali trabalharam até 1972, mais tarde alugado para as irmãs da Congregação do Coração de Maria, para a mesma finalidade. O mesmo livro não justifica a interrupção do trabalho com a educação realizado pelas missionárias. Estes, portanto, foram os caminhos da educação percorridos pelas missionárias na cidade de Santos.

No terceiro capítulo, mereceram destaque as práticas educativas realizadas no Colégio Casa de Nossa Senhora. Nele, ficou demonstrada uma lacuna no período de 1946 a 1957. O livro correspondente a este período não foi encontrado no arquivo geral de Campinas/SP, o que impediu o levantamento de dados relativos ao período.

Ficou evidenciada, por fim, a vida interna do colégio através de atos administrativos como: recepção de matrículas; agenda de passeios; inspeção escolar; desfile cívico; formaturas; exposições de trabalhos. A vida interna do colégio se regia por ritos próprios, que inculcavam nos alunos e no corpo docente uma cultura escolar, por se tratar de colégio católico e de professoras religiosas. O aluno não era visto somente como alguém que queria adquirir conhecimento. A disciplina, os valores religiosos e a documentação deixam rastros de que os alunos eram preparados para serem cidadãos e cristãos na sociedade, educados para contribuir para o bem comum.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a hipótese deste trabalho foi confirmada. As evidências encontradas na documentação citada comprovam que as Missionárias de Jesus Crucificado contribuíram com a educação primária e

profissionalizante, com a assistência aos pobres e a promoção de ações caritativas para minorar problemas de ordem econômica e social no entorno do colégio.

Vale ressaltar que os problemas que os educadores do passado e do presente enfrentaram são produto de construções históricas, como o assevera Saviani:

> Nessa condição, sofrem, por um lado, as determinações do passado; mas por outro lado, assim como a educação anterior foi fruto da ação dos que nos precederam, nós, educadores atuais, também temos a prerrogativa de agir sobre o presente e mudar-lhe os rumos (2008, p. 3-4).

Espera-se, portanto, que ao longo desta pesquisa se tenha percebido o trabalho educacional, social e religioso realizado pelas missionárias em Santos. Espera-se, mediante essa evidência, que se possa afirmar que a pesquisa tenha atingido o seu objetivo, que era o de apresentar a história das Missionárias de Jesus Crucificado, destacando o trabalho realizado com a educação primária e profissionalizante e com práticas educativas. Esta pesquisa poderá ser continuada. Aconselhável que se tenha como base o estudo do método Montessori, que é o que era aplicado no Colégio Casa de Nossa Senhora na década de 1960, em Santos, e verificar o impacto desse método na aprendizagem dos alunos através de entrevistas. Este método continua sendo usado no Colégio D. Barreto, em Campinas/SP, que pertence à Congregação da Missionárias de Jesus Crucificado, o único colégio das missionárias em funcionamento. Talvez muito mais pudesse ser dito ou escrito, mas, como escreve Costa, “[...] embora a pesquisa nunca termine, a escrita precisa de um ponto final (p. 257, 2012).

FONTES

MANUSCRITAS

Casa Nossa Senhora No patronato

Livro de Atas n.1 (29/1/1933 a 10/2/1982)

Casa de Nossa Senhora

Livro Tombo n. 1 e 2 (29/1/1933 a 11/2/1957)

Livro Tombo n.2 (3/3/1958 a 27/8/1975)

Histórico da Cruzada das Senhoras Católicas

Livro Tombo n.1 (29/1/1933 a 1º/12/1945)

Escola do Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos

Livro de Atas n. 2 (28/11/1944 a 20/11/1958)

Associação das Missionárias Externas

Livro de Atas da Associação das Missionárias Externas (22 de março de 1957 a 8 de agosto de 1966).

IMPRESSAS

Missionárias de Jesus Crucificado. Nossa história. 1998.

COR UNUM. Boletim mensal de circulação interna do Centro de Formação, Estudos e Planejamentos do Instituto Missionárias de Jesus Crucificado (CFESP) – Ano XXVII, maio e junho de 1967.

ARQUIVOS

Casa Geral da Missionárias de Jesus Crucificado em Campinas/SP

Cúria Diocesana de Santos/SP

Diretoria de Ensino da Região de Santos/SP

Fundação Arquivo e Memória de Santos (arquivos intermediário e permanente)

Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Escola

Museu de Arte Sacra de Santos/SP

Paróquia Jesus Crucificado de Santos/SP

Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venicio. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 3. ed. , 1985,339p.

ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Mulheres contra o arbítrio*: As Missionárias de Jesus Crucificado e a Escola Social Padre Anchieta em Maceió em tempos de AI5. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, 2008.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170. 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Grupos escolares em Sergipe (1911 – 1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal-RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009. 279p.

AZZI, Riolando; KLAUS, Van der Grijp. *História da Igreja no Brasil* - Tomo II 3/2 - Terceira Época (1930-1964). Petrópolis: Vozes, 2008. 686p.

AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (Orgs.). *Os religiosos no Brasil*: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986 (Coleção estudos e debates latino-americanos; v. 17).

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. História (São Paulo) v. 30, n.1, p.397-411, jan/jun 2011.

BENEDETTI, Luiz Roberto. O Santos Nômades e o Deus Estabelecido. São Paulo: Paulinas, 1984, 216p.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras escolhidas, 1985, v. 1. São Paulo: Brasiliense, p. 91-107.

BEOZZO, José Oscar *et al*. *Tecendo memórias, gestando futuro*: história das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 628.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce C. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 345p.

BRAGA, Maísa de Almeida. *Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos*: memórias da escola e da cidade. 191f. Dissertação (Educação) - Universidade Católica de Santos - Santos, 2008.

Brasília: MinC, 2005. 237p. LONZA, Furio. História do uniforme escolar no Brasil.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira:* instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

CAMACHO, Ildefonso. Doutrina Social da Igreja abordagem histórica. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1995. 516p.

CAPELATO, Rafael. *Francisco de Campos Barreto*: uma resenha biográfica fontes e críticas historiográfica. 149 f. Tesi (Licenza in Storia) - Pontificia Università Gregoriana - Falcoltà di Stória e Beni Culturali dela Chiesa - Roma, 2011.

CARREIRA, André Luiz Rodrigues. Cultivar o Espírito, Formar o Caráter: ideologia do progresso, educação escolar e a construção do cidadão republicano na cidade de Santos. Jundiaí: Paço Editorial, 2015. 141p.

CERTEAU, Michel de. A Operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 17-48.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: vozes, 1996. 376p.

CÔNEGO DO CABIDO DIOCESANO. Disponível em: https://www.veritatis.com.br/monsenhor-e-conego-o-que-significam-estes-titulos/. Acesso em: 23 jul. 2020.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ouvi o clamor deste povo: Campanha da fraternidade, 1988, texto base. Brasília. Distrito Federal.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência.* 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo - São Paulo, 2012. Disponível em: doi: 10.11606/T.48.2012.tde-26062012-153651. Acesso em: 10 fev. 2021.

DAMATTA, Roberto. Uma religião democrática. In: *Explorações:* ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 139-147.

DEBALD, Blausius Silvano. A relação católica com o estado brasileiro -1889/1960. In: Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61. jan./jun. 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Artigos. Tempo 12(23) 2007, p.100-122. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 6 set. 2021.

FELGUEIRAS, Margarida Maria Louro. Para um museu vivo da escola primária: trajectória de uma investigação. In: MAGALHÃES, Justino (Org.). *Fazer e ensinar história da educação.* Braga - Instituto de Educação e Psicologia, 1998. p. 147-154.

FERREIRA, Luzia Valladão. *A atuação das Missionárias de Jesus Crucificado como vigárias paroquiais em Nísia Floresta/RN (1963-1989):* uma inovação pastoral. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco - Recife, 2017.

FERREIRA, Silvio Carlos. *Escola Nossa Senhora de Lourdes: pioneirismo na integração de valores sociais e educacionais de crianças e adolescentes enfermos por longo tempo, em Santos*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos- Santos, 2005.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/gWnWZd8C5TsxsYC7d6KzbTS/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 6 set. 2021.

FINOTO, Denise; CÁRIA, Neide Pena. *O trabalho do inspetor escolar em Minas Gerais.* Disponível em: www.redemebox.com.br. Acesso em: 10 fev. 2021.

GOUVEA, Otávio Miranda de. Caminhos paralelos. Pouso Alegre-MG: Tipografia Katipal, 1982.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista brasileira da educação*, n. 1, p. 10-43, jan./jun. 2001.

JUNIOR, José Pereira de Souza. O processo de restauração católica no Brasil na Primeira República. Revista de História Fatos & Versões: v. 7, n. 14, p. 80-103, 2015. Disponível em: https://periodicosufms.br/index.php/fatver/about Acesso em: 3 abr. 2021.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História, 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 184p.

LAMEGO, Valéria. A farpa na lira: Cecília Meirelles na Revolução de 30. São Paulo: Record, 1996. 255p.

LARAÑA, Ildefonso Camacho. *Doutrina Social da Igreja - abordagem histórica*. Tradução de J. A. Ceschin. São Paulo: Edições Loyola, 1995. 516 p.

LEITE, Lilian Ianke. *Arquivo Morto ou Arquivo Histórico-Educacional*: qual o lugar da memória da/na escola? Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/114_55.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

LEITE, Liliam Moreira. Retratos de família. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

LEONARDI, Paula. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas/SP, v. 11, n. 2 (26). p. 103-129, mai./ago. 2011. Disponível em: http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/5 Acesso em: 28 ago. 2020.

LISBOA, Alessandra C.; KERR, Dorotéia M. Villa-Lobos e o canto orfeônico: análise de discurso nas canções e cantos cívicos. *XV ANPPOM* (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música), 2005. Disponível em: http://www.anppom.com.br/anaiscongresso_anppom_2005/comunicacoes.htm Acesso em: 11 fev. 2021.

LONZA, Furio. História do Uniforme Escolar no Brasil. Ministério da Cultura: Brasília, 2005.

MAGALHÃES, Justino. Contributos para a história das instituições educativas - entre memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). *Para a história do ensino liceal em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-78.

MELLO PUPPO, Celso Maria de. Campinas, seu berço e juventude. Campinas: Academia campinense de letras, 1969, 335p.

MENDES, José de Castro. Retratos da Velha Campinas. *Revista do arquivo Municipal.* São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo. 1951.

MÜLLER, Nice Lecocq. A população regional. In: AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). Universidade de São Paulo. *A Baixada Santista*: aspectos geográficos. São Paulo - Universidade de São Paulo, 1965.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/EDUSP, 2009. 344p.

NEGROMONTE, Alvaro. *Pedagogia do catecismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Jose Olimpio, 1961. 235 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-23, 1993. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 11 fev. 2021.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A Pedagogia do Catecismo, do Padre Álvaro Negromonte: um projeto de escolarização da catequese e renovação. Revista Educação, Brasília, ano 40, n. 153, p 51-66, jan/jun. 2017.

OUTHWAITE, William ; BOTTOMORE, TOM. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 970p.

PEIXOTO, Patrícia Rodrigues Luiz. *O educandário Nossa senhora Aparecida – Ipameri-GO (1936-1969)*. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás -Goiânia/GO, 2013.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. *A Igreja e a pobreza em Santos (1924-1941).* 341f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo -, São Paulo/SP, 1992.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. *Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920).* Santos: Loyola, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PUCCI, Bruno. A nova práxis educacional da Igreja. (1968 a 1970). São Paulo: Paulinas, 1985.

RAMPAZZO, Núria Aparecida Miatto; MATIAS, Lindon Fonseca. Cartografia histórica: uma contribuição ao conhecimento histórico-geográfico a partir da análise dos mapas históricos da cidade de Campinas –SP. Disponível em: https://www.prp.unicamp.br./pibic/congressos/xxicongresso/paineis/115875.pdf . Acesso em 3 abr.2021.

RICHARD, Pablo. Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 138.

ROCHA, Roseli Fernandes. O Instituto Dona Escholástica Rosa e o testamento de João Octávio dos Santos (1899-1933). 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973).* 35. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010, 279p.

ROXO, Rafael. A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial. Florianópolis: Geosul, v. 35, n. 74, p. 38-63, jan/abr. 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Truzzi. In: História & Documento e metodologia de pesquisa. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 168p. (História & Reflexões 10).

SANTOS, Carla Xavier dos. “Eu vos farei pescadores de homens”: os Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). In: *História,* Rio Grande, 1 (3): 91-106, 2010.Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/7532 Acesso em: 1º dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. In: *Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições*

Escolares. Organizado pela Uninove e realizado em São Paulo de 27 a 29 de agosto de 2008.

SCHNEIDER, José Odelso. O operário brasileiro e os Circulos Operários. *Síntese Política, Econômica e Social.* Rio de Janeiro, n. 27, jul./set. 1965, p. 53-54.

SESSO JUNIOR, Geraldo. Retalhos da Velha Campinas. Campinas: Editora Palmeira Ltda, 1970.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 475.

SILVA, Lindinalva Gomes da. *Um estudo sobre as Missionárias de Jesus Crucificado, movimentos de mulheres e movimentos feministas*. 137 f. Dissertação **(**Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Goiânia/GO, 2016.

SILVA, Rafael da. *A educação japonesa na cidade de Santos (1908-1943).* Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos – Santos/SP, 2011.

SILVA, Wilson Dias. O Instituto Dona Escolástica Rosa: a gestão de Pedro Crescenti (1934-1945). 106f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2010.

SOARES, Marcilio Braghetta. Introdução a formação econômica da Baixada Santista. Santos: *ASSECOB* (Associação dos Empresários da Construção Civil da Baixada Santista), 1984.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. Educar, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998. 304p. (Prismas).

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Socialismo*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, 80 p. (Coleção primeiros passos).

SPINDEL, Arnaldo. *O que é o Comunismo.* 4. ed. São Paulo: Brasiliense,1980, 88p. (Coleção primeiros passos).

THOMPSOM, Edward Palmer. Os filósofos e a história (VI). In: *A miséria da filosofia ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser).* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 34-47.

THOMPSOM, Edward Palmer. A Lógica Histórica (VII). In: *A Miséria da filosofia ou um Planetário de Erros (uma crítica ao pensamento de Althusser).* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

VALDEMARIM, Rosa Teresa. *História dos métodos e materiais de ensino:* a escola nova e seus métodos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (Orgs.). Uma biblioteca escolar: prática de formação do docente no Rio de Janeiro: 1927-1935. In: *Biblioteca e formação docente:* percursos da leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 11-36.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de história da educação*, n. 3, p. 109-119, jan./dez. 2004.

DOCUMENTOS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1941/1945-1954. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6-15, 1945-1954.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Situação Física Social e Cultural, v. 1, 1950. Departamento de Estatística do Estado. São Paulo: 1953.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, papa. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 2001. 503 p.

COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7. ed., São Paulo: Paulinas, 2011, p. 528.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CATÓLICOS, 1949, p. 5.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Amaricano e do Caribe. Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica Rerum Novarum (sobre a condição dos operários). São Paulo: Paulinas, 1998, 64p.

PAULO VI, Papa. Encíclica Populorum Progressio (sobre o desenvolvimento dos povos). São Paulo: Paulinas, 1967.

PIO XI, Papa. Encíclica Quadragésimo Anno (sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica). São Paulo: Paulinas, 2001, 88p.

LEIS E DECRETOS

Brasil Império. Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Munícipio da Côrte. Rio de Janeiro, fev. 1854. Disponível em: httt://www2.camara.leg.br. acesso em: 06 set. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931.* Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, mar. 1931. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais. Rio de Janeiro, fev. 1932. Disponível em:http//www2.camara.leg.br. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 7.164, de 12 de maio de 1941.* Concede à Confederação Nacional dos Operários Católicos a prorrogativa do artigo 3º, alínea e, do Decreto-Lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939. Rio de Janeiro, 12 mai. 1941. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – Decreto–Lei n. 21.241 de 4/5/1932* – Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências artigos (63 a 86). Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – Decreto-Lei n. 4.244*, de 9/4/1942. *Lei orgânica do ensino secundário*; artigos 75 e 76. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em 9 fev. 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – Lei n. 4.024* - 20/12/1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - Lei n. 5. 540* -28/11/1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

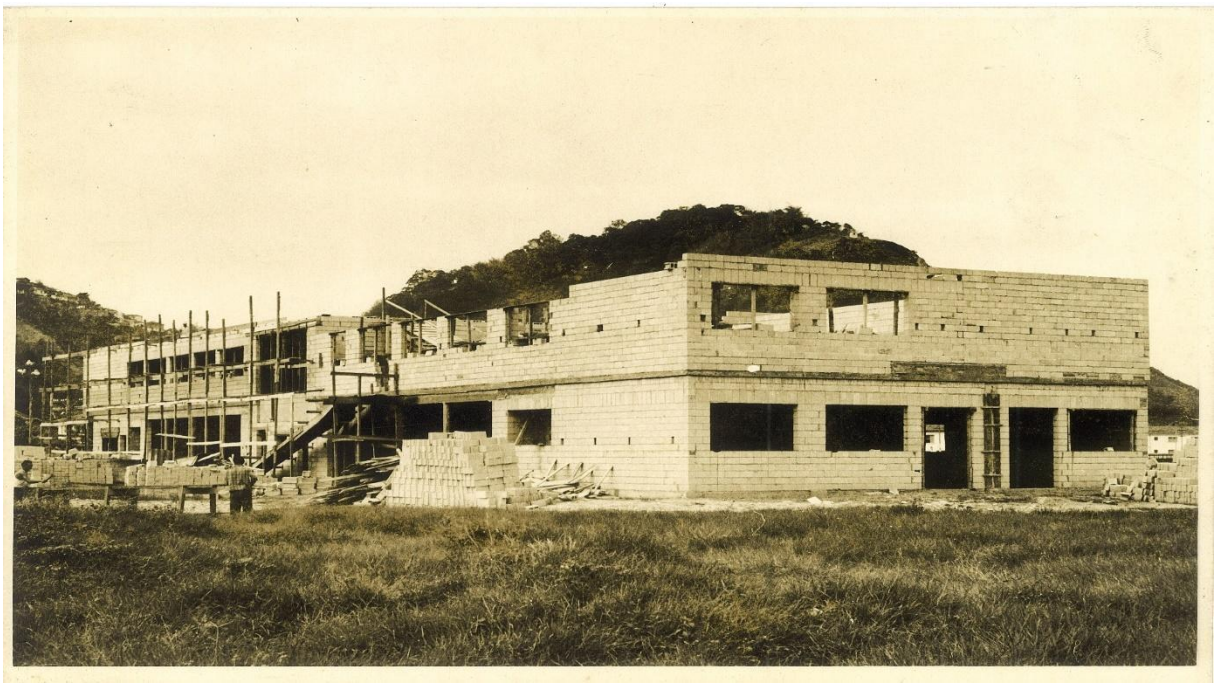
BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - Lei nº. 5.692* - 11/8/1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

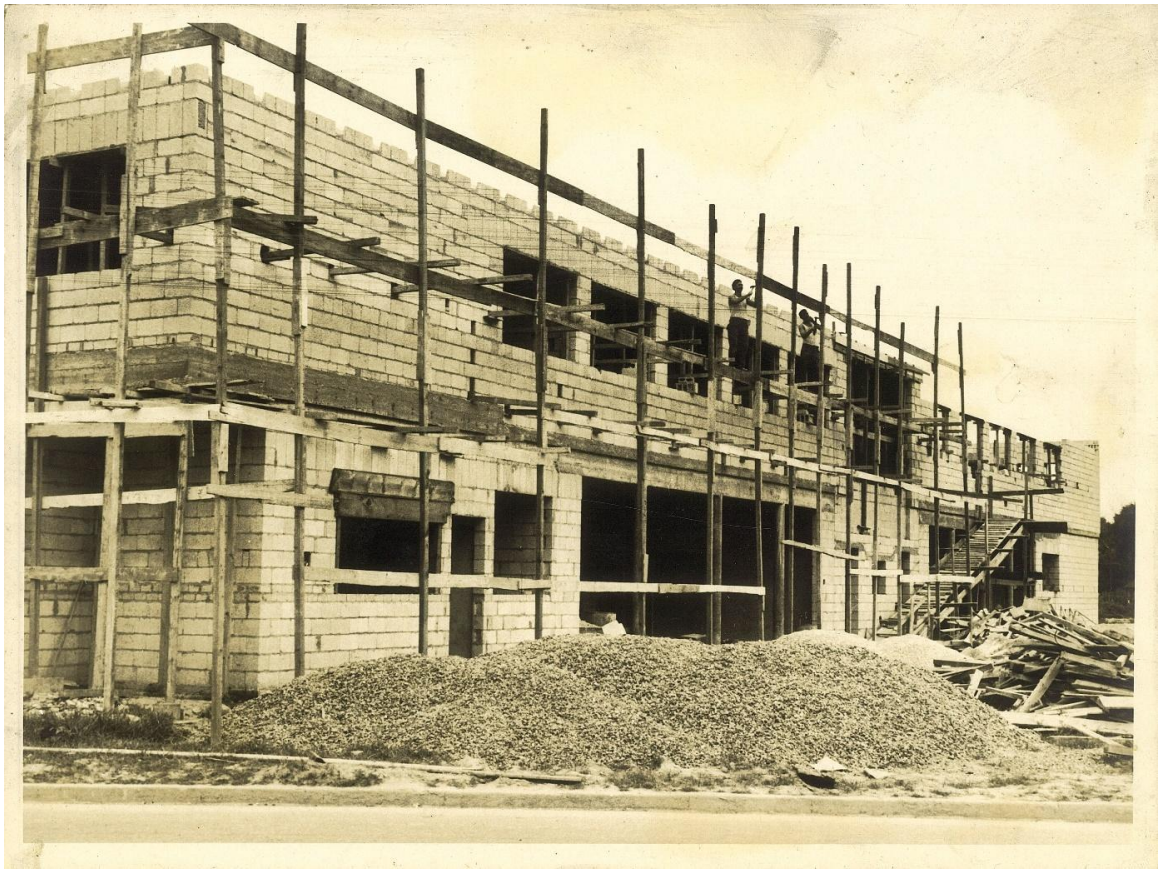
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - Lei n. 9.394 - 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

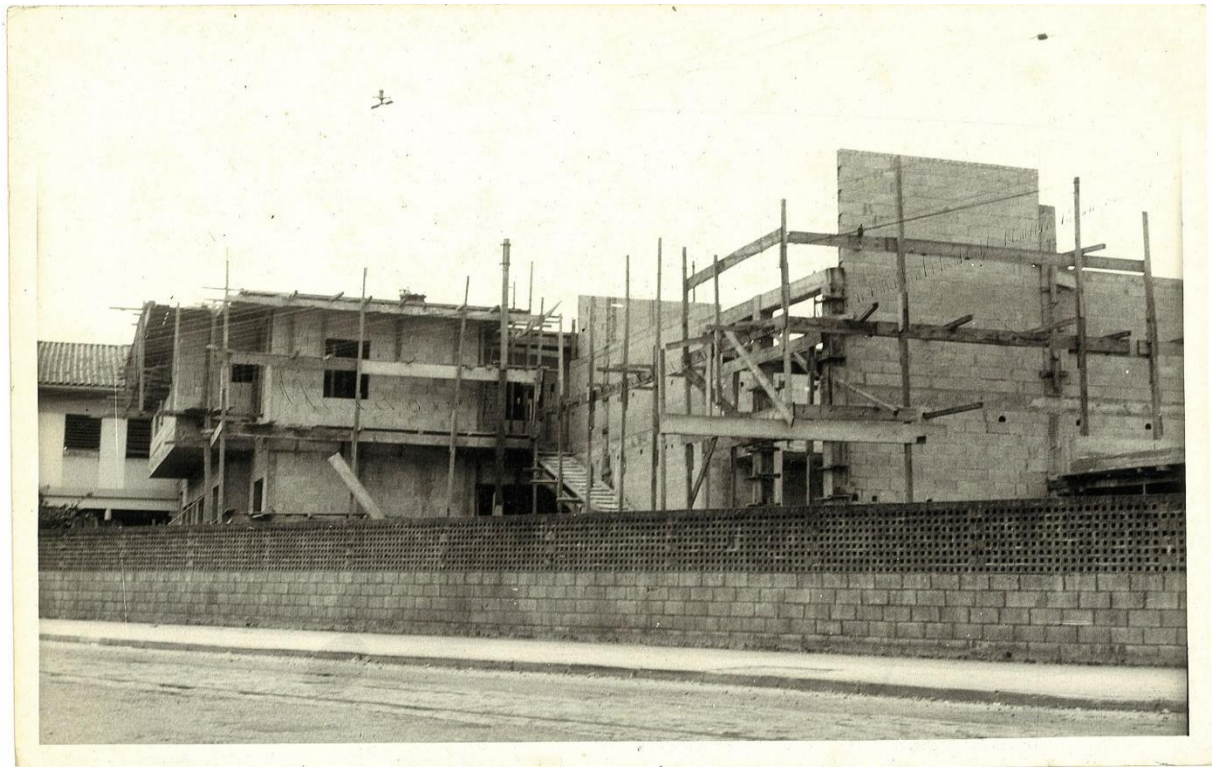
SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 233* - 24 de novembro de 1948. Fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio 1949-1953. Disponível em: www.al.sp.gov.br. Acesso em: 9 fev. 2021.

ANEXOS

Anexo 1 - Etapas da construção do Colégio Casa de Nossa Senhora







Este Colégio foi inaugurado no dia 2/4/1960, na Avenida Rangel Pestana, 395, Bairro do Jabaquara – Santos/SP.

Fonte: Arquivo da Paróquia Jesus Crucificado, Santos/SP.

Anexo 2 - Descerramento da placa de inauguração do colégio

Em destaque, o dr. José Menezes Berenguer.

Fonte: Arquivo da Paróquia Jesus Crucificado, Santos/SP.

Anexo 3 - Alunos na inauguração do colégio

Em destaque, d. Idílio José Soares, bispo da diocese de Santos, e alunos do colégio na inauguração, em 2/4/1960.

Fonte: Arquivo da Paróquia Jesus Crucificado, Santos/SP.

Anexo 4 - Grupo de missionários externos

Foto datada de abril de 1960.

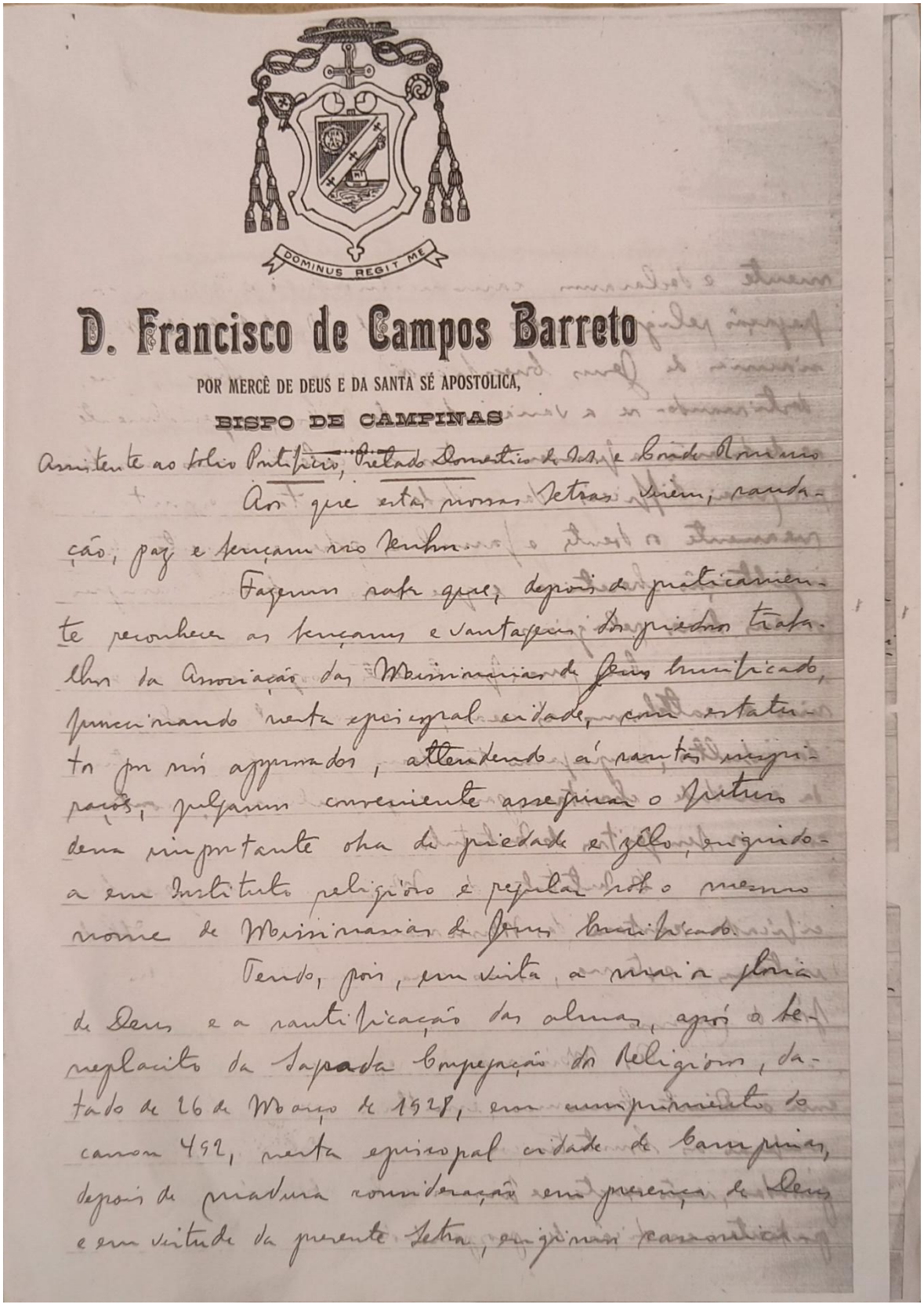
Fonte: Arquivo da Paróquia Jesus Crucifiado, Santos-SP

Anexo 5: Grupo de Missionárias Externas

Foto sem data.

Fonte: Arquivo da Paróquia de Jesus Crucificado, Santos/SP

Anexo 6 - Decreto de criação da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado



DOMINUS REGIT ME

D. Francisco de Campos Barreto

POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA,

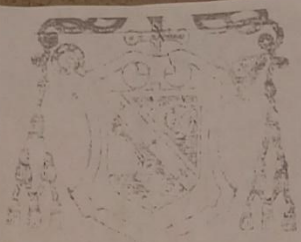
BISPO DE CAMPINAS

Assistente ao Solio Pontificio, Prelado Domestico de Sua Santidade e Grande Romano

Aos que estas nossas Letras virem, saude-
ção, paz e bençam no Senhor.

Fazemos saber que, depois de praticamen-
te reconhecer as bençams e vantagens das piedosas intenções
dos irmãos da Associação das Missionarias de Jesus Crucificado,
funccionando nesta episcopal cidade, com estatu-
tos por nós approvados, attendendo á santos propó-
sitos, julgamos conveniente assegurar o futuro
desa importante obra de piedade e zelo, erigindo-
a em Instituto religioso e regular sob o mesmo
nome de Missionarias de Jesus Crucificado.

Tendo, pois, em vista a maior gloria
de Deus e a santificação das almas, após o be-
neplacito da Sagrada Congregação dos Religiosos, da-
tado de 26 de Março de 1928, em cumprimento do
canon 492, nesta episcopal cidade de Campinas,
depois de madura consideração em presença de Deus
e em virtude da presente Letra, erigimos canonicamente

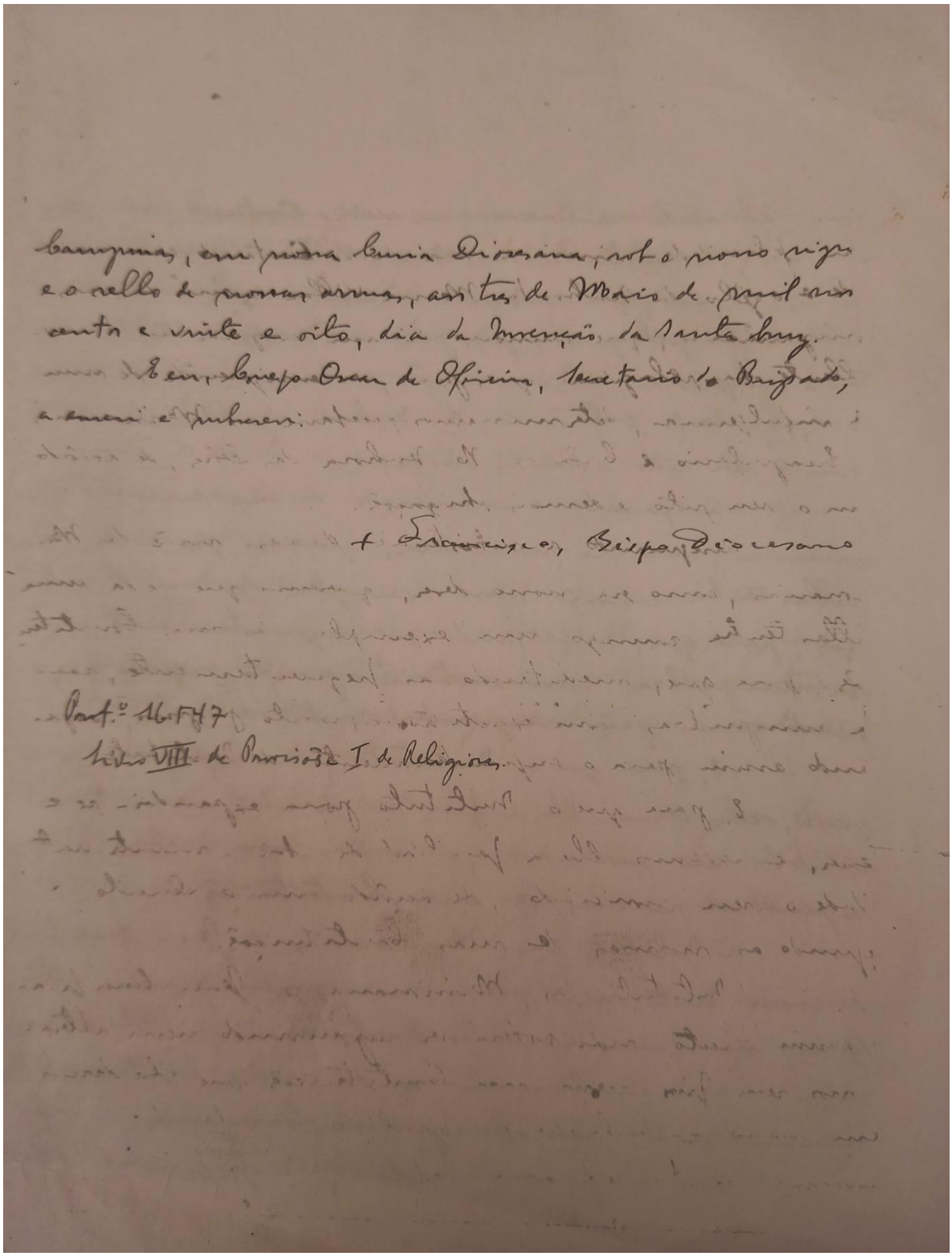


ute e declaramos canonicamente erecta uma con-
gação religiosa sob o nome de "Instituto de Mis-
sionarias de Jesus Crucificado" para senhoras, que,
tendo-se a varias obras de zêlo, especialmente
se dedicarão a fundar centros de catechismos nos bair-
ros mais difficeis das cidades e visitarão espontá-
neamente os doentes e familias pobres e suspeitas de
infiltração heretica e que não poderem cumprir
os seus deveres religiosos.

Para mais facilmente cooperarem no en-
sino do catechismo ás creanças e na pratica religiosa
aos adultos, empregarão tambem as santas industrias
caridade christan, para cuja realização, contarão
- os benefícios do Instituto.

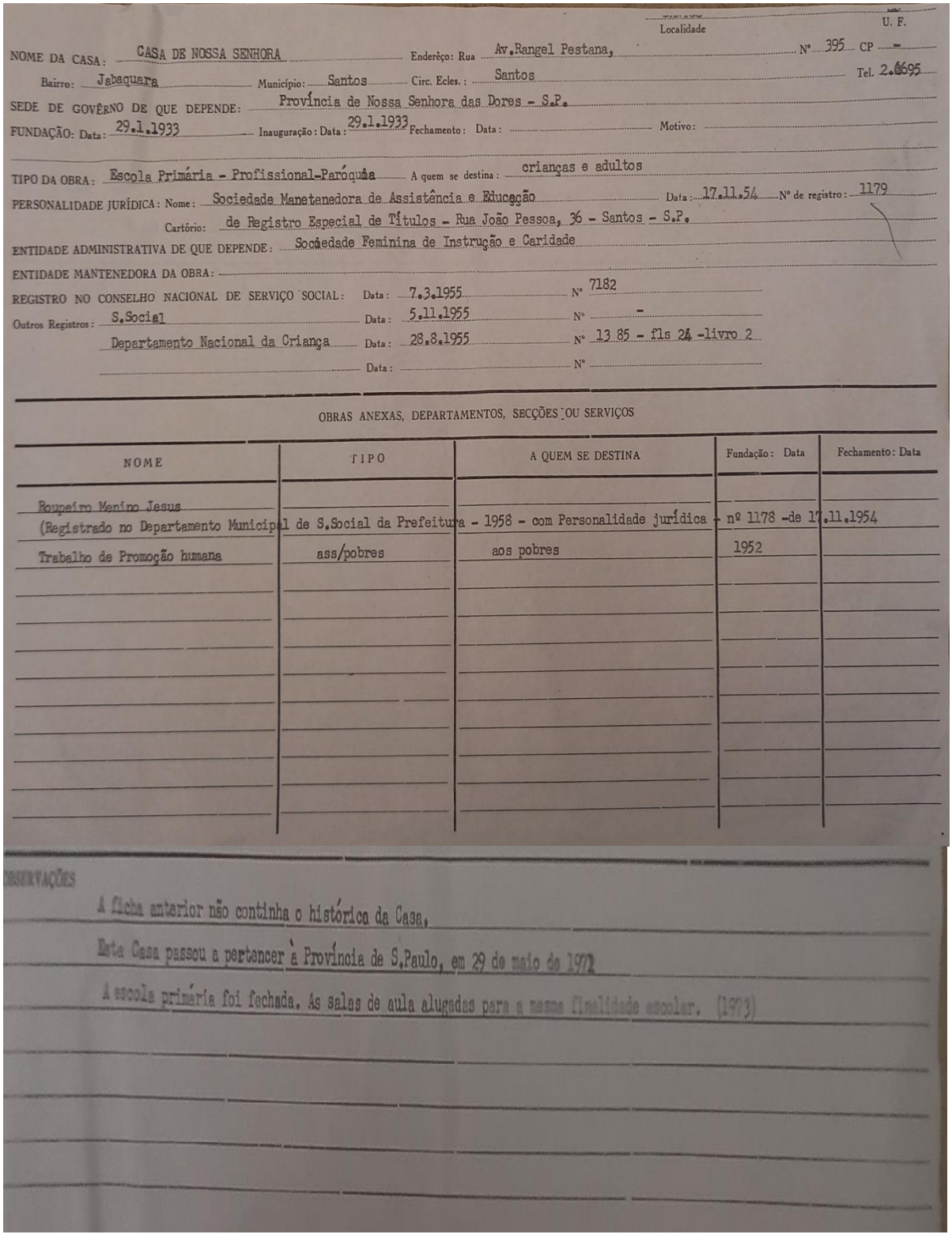
O Instituto das Missionarias de Jesus Cru-
cificado constará das Missionarias seculares e das Oblatas
internas e externas, como suas auxiliares dentro e
fora do mesmo.

As Missionarias seculares que, de accôrdo
o Direito Canonico, emittirão os tres votos religiosos,
terão as Constituições que, por Nós emendadas e ap-
rovadas, serão exacta e fielmente observadas como im-
portante condição de prosperidade do Instituto, que



Fonte: Arquivo Geral das Missionárias de Jesus Crucificado – Campinas/SP

Anexo 7 - Cadastro da Casa de Nossa Senhora



Localidade U. F.

NOME DA CASA: CASA DE NOSSA SENHORA Endereço: Rua Av.Rangel Pestana, Nº 395 CP -

Bairro: Jabaquara Município: Santos Circ. Eccles.: Santos Tel. 2.6695

SEDE DE GOVÊRNO DE QUE DEPENDE: Província de Nossa Senhora das Dores - S.P.

FUNDAÇÃO: Data: 29.1.1933 Inauguração: Data: 29.1.1933 Fechamento: Data: Motivo:

TIPO DA OBRA: Escola Primária - Profissional-Paróquia A quem se destina: crianças e adultos

PERSONALIDADE JURÍDICA: Nome: Sociedade Manetenedora de Assistência e Educação Data: 17.11.54 Nº de registro: 1179

Cartório: de Registro Especial de Títulos - Rua João Pessoa, 36 - Santos - S.P.

ENTIDADE ADMINISTRATIVA DE QUE DEPENDE: Sociedade Feminina de Instrução e Caridade

ENTIDADE MANTENEDORA DA OBRA: -

REGISTRO NO CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: Data: 7.3.1955 Nº 7182

Outros Registros: S.Social Data: 5.11.1955 Nº -

Departamento Nacional da Criança Data: 28.8.1955 Nº 13 85 - fls 24 -livro 2

Data: Nº

OBRAS ANEXAS, DEPARTAMENTOS, SECÇÕES OU SERVIÇOS

NOME	TIPO	A QUEM SE DESTINA	Fundação: Data	Fechamento: Data
Roupeiro Menino Jesus (Registrado no Departamento Municipal de S.Social da Prefeitura - 1958 - com Personalidade jurídica - nº 1178 -de 17.11.1954				
Trabalho de Promoção humana	ass/pobres	aos pobres	1952	

OBSERVAÇÕES

A ficha anterior não continha o histórica da Casa.

Esta Casa passou a pertencer à Província de S.Paulo, em 29 de maio de 1972

A escola primária foi fechada. As salas de aula alugadas para a mesma finalidade escolar. (1973)

Fonte: Arquivo Geral das Missionárias de Jesus Crucificado – Campinas/SP.